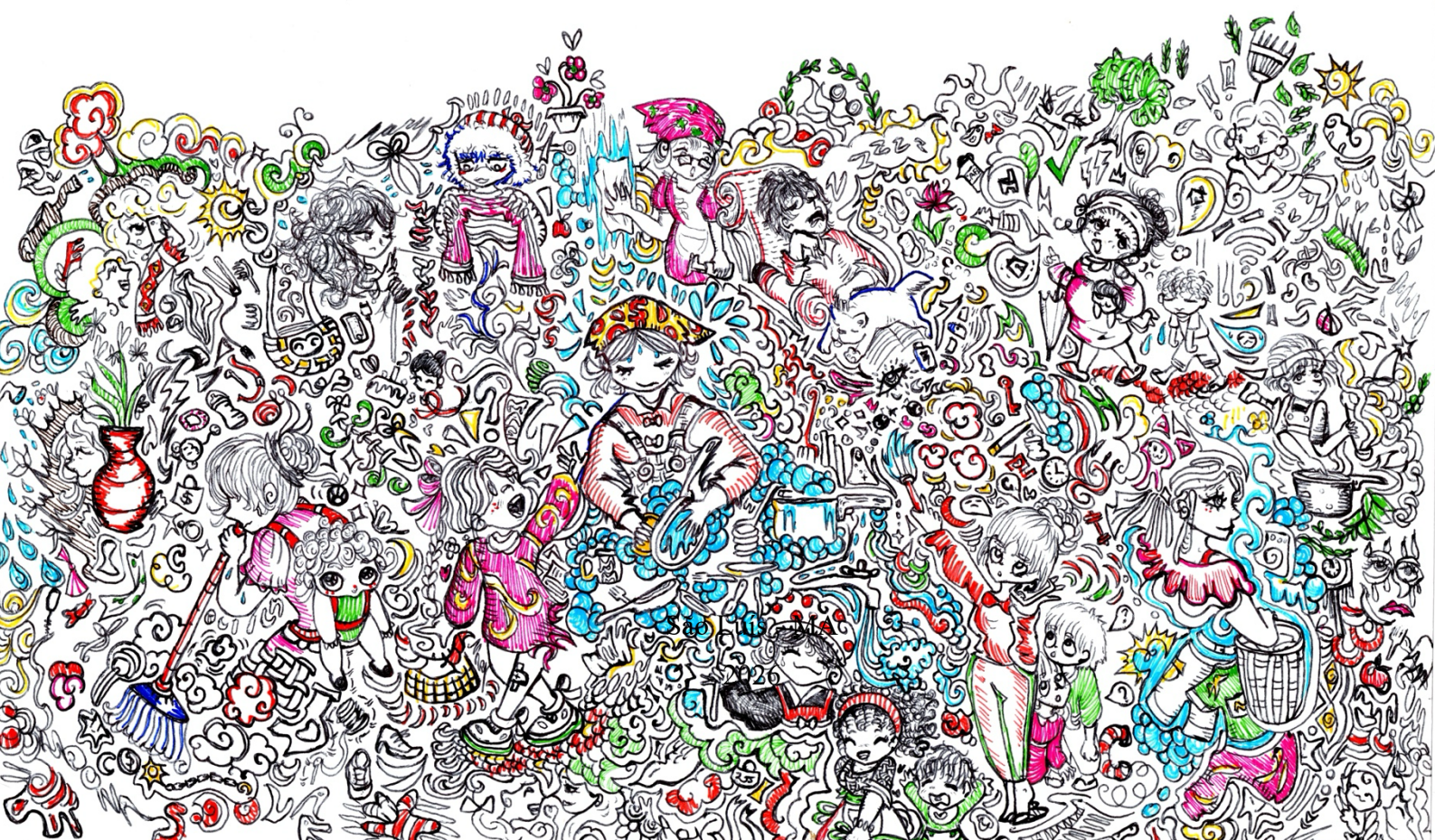




UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH
CURSO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

VICTÓRIA AMORIM DA SILVA

***“EU NÃO MANTENHO A CASA FINANCEIRAMENTE, MAS EU MANTENHO A
ENERGIA DELA”***: as repercussões do Trabalho Reprodutivo não remunerado na
subjetividade de mulheres em São Luís - MA

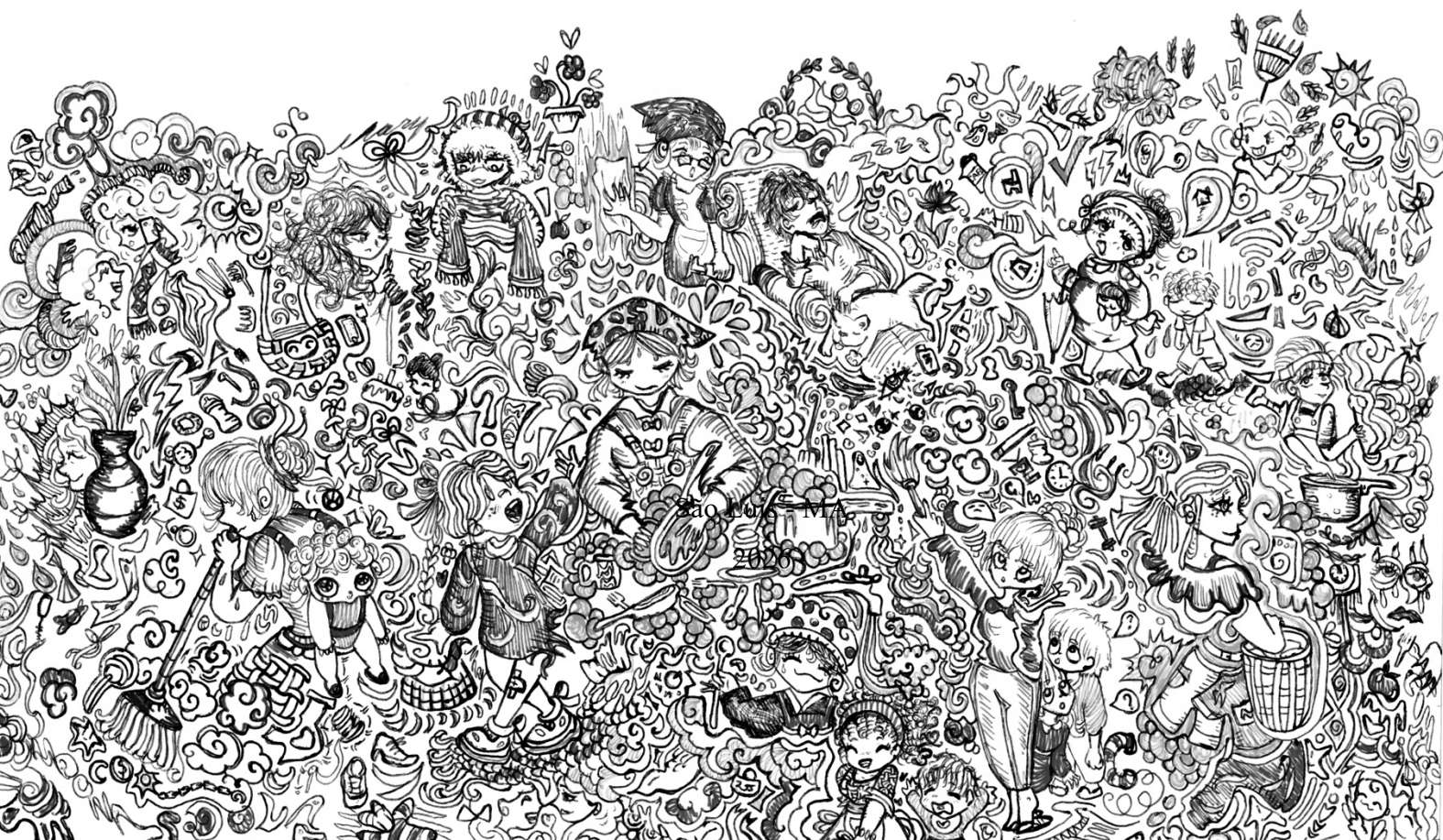


VICTÓRIA AMORIM DA SILVA

***“EU NÃO MANTENHO A CASA FINANCEIRAMENTE, MAS EU MANTENHO A
ENERGIA DELA”***: as repercussões do Trabalho Reprodutivo não remunerado na
subjetividade de mulheres em São Luís – MA

Dissertação apresentada como requisito para obtenção
do Título de Mestre do Programa de Pós-graduação em
Psicologia da Universidade Federal do Maranhão, área
de concentração: Trabalho, Saúde e Subjetividade.

Orientador(a): Prof.(a) Dr.(a) Carla Vaz dos Santos
Ribeiro



Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Silva, Victória Amorim da.

EU NÃO MANTENHO A CASA FINANCEIRAMENTE, MAS EU MANTENHO A ENERGIA DELA: as repercussões do Trabalho Reprodutivo não remunerado na subjetividade de mulheres em São Luís - MA / Victória Amorim da Silva. - 2026.

109 p.

Orientador(a): Carla Vaz dos Santos Ribeiro.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Psicologia/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís - Ma, 2026.

1. Trabalho Reprodutivo. 2. Mulheres. 3. Subjetividade. 4. Psicodinâmica do Trabalho. I. Ribeiro, Carla Vaz dos Santos. II. Título.

VICTÓRIA AMORIM DA SILVA

“EU NÃO MANTENHO A CASA FINANCEIRAMENTE, MAS EU MANTENHO A ENERGIA DELA”: as repercussões do Trabalho Reprodutivo não remunerado na subjetividade de mulheres em São Luís - MA

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do Título de Mestre do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Maranhão, área de concentração: Trabalho, Saúde e Subjetividade.

Orientador(a): Prof.(a) Dr.(a) Carla Vaz dos Santos Ribeiro

Aprovada em: 19/01/2026

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Carla Vaz dos Santos Ribeiro (orientadora)
Universidade Federal do Maranhão

Profª. Dr. Carlos Wellington Soares Martins
Universidade Federal do Maranhão

Profª. Dra. Vanessa Catherina Neumann Figueiredo
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Profª. Dra. Denise Bessa Leda (suplente)
Universidade Federal do Maranhão

Dedico este trabalho a todas as mulheres participantes desta pesquisa, que contribuíram com suas vozes e experiências para a realização deste estudo.

Dedico, de forma especial, a todas as mulheres que fazem parte da minha vida, por sustentarem com coragem, sensibilidade e sabedoria o sentido de ser e resistir no mundo.

AGRADECIMENTOS

A profissão de professora sempre me despertou apreço, acredito que esse desejo tenha nascido na infância, influenciado pelo fato de meus pais também serem professores. Ao ser aprovada no curso de Psicologia, senti-me satisfeita com a escolha, embora já carregasse o desejo de, futuramente, lecionar Psicologia. Durante a graduação, encontrei na pesquisa um espaço de realização acadêmica e, na Psicologia do Trabalho, um campo de atuação que ampliou significativamente meus interesses. À medida que a formação se aproximava do fim, percebi que ainda havia a necessidade de avançar na minha trajetória acadêmica. Foi nesse contexto que se consolidou a decisão de ingressar no mestrado.

Hoje, chego a essa etapa com gratidão e força, compreendendo esse momento como a celebração não apenas da minha trajetória, mas também da história construída junto àqueles que caminham comigo.

Acredito que o ser humano é moldado pelas relações que vivencia ao longo da vida. Por isso, sou profundamente grata a todas as pessoas que cruzaram meu caminho e, de alguma forma, ofereceram afeto e contribuíram para quem eu sou hoje.

Primeiro, agradeço aos meus pais Urcinete Amorim e Adriano José, sem eles, nada disso seria possível. E, quando penso no mestrado, percebo que sem o apoio deles na graduação esse sonho talvez continuasse distante. Obrigada por tudo!

À Leandro Freitas, meu companheiro, pelo apoio constante e por me oferecer força e motivação exatamente nos dias em que eu mais precisei. Obrigada por vibrar comigo e viver, dia após dia, cada etapa deste caminho. Essa conquista é nossa. Obrigada por sonhar junto, você é incrível.

À minha amada irmã, Maria Clara, pela cumplicidade que temos!

À meu irmão Arthur Gabriel, você é o meu maior presente!

À Dofila Barroso, Reginaldo, Rogério e Liz por fazerem parte da minha família!

À Luciana, Jefferson, Laura, Maria Barbosa, Fábio, Lucca, Laurilene, Lucas, Lia e Pedro, por serem a família que a vida me presenteou!

À minha colega de mestrado, Hayanne Galvão, pelo companheirismo, pelo incentivo constante e por acreditar em mim, muitas vezes mais do que eu mesma.

Aos meus amigos que eu conheci na graduação e seguem vibrando junto comigo: Giordano, Ranyelle e Evilly, eu amo vocês!

À minha querida Aida Almeida, por abrir caminhos através da Bital Ambiental, incentivando e apoiando sempre.

Aos meus colegas de trabalho, que ao longo desse processo se tornaram grandes amigos: Tathiane, Dilvan, Katiane, Maria, Ana, Rosinete e Clarice.

À professora Dr. Carla Vaz, por todo conselho que me destes e pelo incentivo à autonomia de pensamento, você com certeza me ajudou a chegar até aqui. Obrigada por toda dedicação, compreensão e sensatez. Para mim, és uma grande inspiração e referência. Ainda me recordo do período em que estava concluindo a graduação e de todo o incentivo que você me deu para ingressar no mestrado. Tenho muito orgulho da trajetória que construímos juntas.

Ao professor Dr. Carlos Wellington, minha profunda gratidão pelo nosso encontro. Sua presença foi excepcional para a concretização deste trabalho. Saiba o quanto admiro você, tanto como pessoa quanto como profissional.

À professora Dr. Vanessa Figueiredo, que alegria encontrar alguém capaz de abrir portas com tanta generosidade. Obrigada por acolher este convite de forma tão afetuosa e verdadeira, e por somar tanto ao meu trabalho.

À professora Dr. Denise Leda, por sua humanidade e generosidade, pelo apoio constante, pelo carinho e afeto.

À Maria Elyse, pela arte da capa deste trabalho, por representar, de forma sensível e expressiva, as diversas versões e o cotidiano dessas mulheres.

A CAPES, pelo incentivo e financiamento desta pesquisa.

E, por fim, às mulheres que participaram desta pesquisa, pelos relatos de suas vivências, por meio das quais aprendi a valorizar e respeitar ainda mais suas trajetórias. Agradeço por terem concedido um pouco de seu tempo e por me oferecerem um espaço de escuta. Obrigada por darem voz e concretude a esta pesquisa.

Escutar essas mulheres foi uma experiência de profundo crescimento; não sou mais a mesma após a realização deste trabalho. Acredito, inclusive, que cada leitor também não permanecerá o mesmo ao final desta leitura.

RESUMO

O trabalho é um fenômeno complexo e multifacetado que desempenha um papel central na constituição do ser social. Ele pode ser compreendido como uma atividade dotada de sentido, que vai além da mera execução de tarefas, envolvendo não apenas o esforço físico, mas também a inteligência, as emoções e a criatividade. Na presente pesquisa, o trabalho é compreendido de forma ampliada, englobando a atividade profissional e a doméstica, o vínculo formal e informal, sendo ou não remunerado. Para as mulheres, o trabalho não se limita à atividade produtiva; inclui também o cuidado com as crianças, a manutenção da casa e outras responsabilidades. Assim, ao longo da história, a atribuição dos cuidados com as pessoas e das tarefas domésticas tem recaído, majoritariamente, sobre as mulheres. Diante disso, a pesquisa teve como objetivo geral analisar as repercussões do Trabalho Reprodutivo não remunerado na subjetividade de mulheres em São Luís - MA. Para tanto, analisou-se os sentidos do trabalho atribuído pelas mulheres, bem como os elementos que se constituem como fonte de prazer e sofrimento e, por fim, investigou-se as estratégias de mediação utilizadas pelas mulheres para lidar com o trabalho. Visando o alcance desses objetivos, utiliza-se o referencial teórico da Psicodinâmica do Trabalho (PDT) em articulação com a Teoria da Reprodução Social (TRS). Trata-se de uma pesquisa qualitativa que teve como instrumento de coleta de dados uma entrevista semiestruturada e, para análise de dados, utilizou-se da Análise Crítica do Discurso (ACD), a partir de Fairclough. Assim, entrevistou-se 7 (sete) mulheres entre os meses de junho a outubro de 2025. E constatou-se que o sentido do trabalho é percebido tanto como expressão de cuidado e utilidade, quanto como uma forma de servidão, marcada por sacrifício, culpa, repetição e cansaço. Somado a isso, de acordo com os discursos das mulheres, observa-se que o trabalho gera mais sofrimento do que prazer. Por fim, destacam-se as estratégias de Racionalização, Passividade e as estratégias coletivas de Virilidade e Mulheridade. Ademais, constatou-se que o autocuidado das mulheres se encontra significativamente comprometido em razão da sobrecarga decorrente do Trabalho Reprodutivo.

Palavras-chave: Trabalho Reprodutivo; Mulheres; Subjetividade; Psicodinâmica do Trabalho.

ABSTRACT

Work is a complex and multifaceted phenomenon, playing a central role in the constitution of the social being. It can be understood as a meaningful activity that goes beyond the mere execution of tasks, involving not only physical effort but also intelligence, emotions, and creativity. In this research, work is understood in a broader sense, encompassing professional and domestic activity, formal and informal employment, whether remunerated or not. For women, work is not limited to productive activity; it also includes childcare, household maintenance, and other responsibilities. Thus, throughout history, the attribution of caregiving and domestic tasks has fallen predominantly on women. Therefore, the general objective of this research was to analyze the repercussions of unpaid reproductive labor on the subjectivity of women in São Luís, Maranhão, Brazil. To this end, the meanings of work attributed by women were analyzed, as well as the elements that constitute a source of pleasure and suffering, and finally, the mediation strategies used by women to deal with work were investigated. To achieve these objectives, the theoretical framework of Psychodynamics of Work (PDT) in conjunction with the Theory of Social Reproduction (TRS) was used. This is a qualitative research study that used semi-structured interviews as a data collection instrument and, for data analysis, used Critical Discourse Analysis (CDA), based on Fairclough. Thus, 7 (seven) women were interviewed between June and October 2025. It was found that the meaning of work is perceived both as an expression of care and usefulness, and as a form of servitude, marked by sacrifice, guilt, repetition, and exhaustion. In addition, according to the women's discourses, it is observed that work generates more suffering than pleasure. Finally, defensive strategies predominate over collective mobilization strategies. Among these, the strategies of rationalization, passivity, virility, and womanhood stand out. Furthermore, it was found that women's self-care is significantly compromised by the overload resulting from reproductive work.

Keywords: Reproductive Work; Women; Subjectivity; Psychodynamics of Work.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Caracterização das participantes.....	23
Quadro 2 - Atividades do Trabalho Reprodutivo.....	55

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Teto da Capela Sistina (1508-12): A criação de Eva	26
Figura 2 - Percepções acerca do Trabalho Reprodutivo.....	98

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADC	Análise Crítica do Discurso
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAAE	Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CLT	Consolidação das Leis de Trabalho
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
GN	Gênero e Número
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PDT	Psicodinâmica do Trabalho
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amstras de Domicílios
SOF	Sempreviva Organização Feminista
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TRS	Teoria da Reprodução Social
TFT	Taxa de Fecundidade Total
TEA	Transtorno do Espectro Autista
UFMA	Universidade Federal do Maranhão

*Eles dizem que é amor.
Nós dizemos que é trabalho não remunerado.
Eles chamam de frigidez.
Nós chamamos de absenteísmo.
Todo aborto é um acidente de trabalho.
Tanto a homossexualidade quanto a
heterossexualidade são condições de
trabalho... Mas a homossexualidade
é o controle da produção pelos
trabalhadores, não o fim do trabalho.
Mais sorrisos? Mais dinheiro. Nada será
tão poderoso em destruir as virtudes
de cura de um sorriso. Neuroses,
suicídios, dessexualização: doenças
ocupacionais da dona de casa.*

(FEDERICI, 2018)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. A RELAÇÃO HISTÓRICA ENTRE A MULHER E O TRABALHO.....	26
2.1 Trabalho Feminino no Brasil: <i>“O trabalho doméstico é assim, escravocrata”</i>	36
3. AFINAL, O QUE É O TRABALHO?	44
3.1 <i>“Trabalho, eu acho que sou eu me doar”</i> : os sentidos do Trabalho Reprodutivo.....	49
4. TRABALHO (RE)PRODUTIVO: AS MULHERES SEMPRE TRABALHARAM	54
4.1 <i>“A pandemia foi um momento que eu descobri que não podia adoecer”</i> : Trabalho Reprodutivo durante a pandemia	67
5. O INVISÍVEL QUE SUSTENTA O MUNDO: O TRABALHO REPRODUTIVO À LUZ DA PSICODINÂMICA DO TRABALHO.....	72
5.1 Prazer e sofrimento: <i>“Eu não tinha prazer, casamento e filho era sinônimo de desprazer”</i>	76
5.2 Estratégias de mediação e autocuidado: <i>“Eu não penso muito em mim, primeiro vêm eles”</i>	82
6. (IN)CONCLUSÕES	91
REFERÊNCIAS.....	96
APÊNDICES	104
APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	104
APÊNDICE B - Questionário Sociodemográfico.....	107
APÊNDICE C - Roteiro de Entrevista	109

1. INTRODUÇÃO

A presente dissertação propõe uma análise aprofundada acerca do Trabalho Reprodutivo não remunerado e suas implicações na subjetividade de mulheres em São Luís – MA. Parte-se da compreensão de que essa forma de trabalho, embora essencial para a sustentação da dinâmica social e econômica, permanece frequentemente marginalizada e invisibilizada. O Trabalho Reprodutivo configura-se como um alicerce indispensável para a manutenção da vida cotidiana e o funcionamento da sociedade, sendo, portanto, imprescindível investigar não apenas os seus impactos diretos sobre aquelas que o desempenham, mas também suas reverberações na estrutura social em sua totalidade.

Os debates sobre o trabalho doméstico e de cuidado aparecem de maneiras diferentes a partir das análises feministas ao longo da história. Entre as décadas de 1960 e 1980, o trabalho doméstico não correspondia à produção de mercadorias, nem ao trabalho improdutivo. E a família seria uma instituição não capitalista. Em outras palavras, considerava-se o trabalho doméstico como não capitalista e, portanto, incapaz de extrair mais-valia. Dessa forma, se entre as décadas de 60 e 80 os debates sobre os trabalhos domésticos destacavam o seu caráter improdutivo, a partir da década de 1990, essa noção começa a ser questionada e colocada em discussão e são inaugurados os debates mais recentes que marcam os nexos capitalistas dos trabalhos domésticos e de cuidados (Grecco, 2018).

A partir disso, a Teoria da Reprodução Social (TRS), desenvolvida por feministas marxistas, afirma que a força de trabalho do sistema capitalista é produzida e reproduzida no contexto familiar. Sua ideia central sustenta que o capitalismo se configura como um sistema unitário, capaz de integrar, ainda que de forma desigual, as esferas da reprodução e da produção. Assim, transformações em uma dessas esferas repercutem na outra. Nesse debate, se começa a considerar a reprodução como o campo que abrange todas as atividades por meio das quais a vida e o trabalho são reproduzidos: o trabalho doméstico não remunerado ou mal remunerado, os cuidados de saúde, a educação, entre outros (Bhattacharya, 2019; Brito; Coelho, 2021).

De acordo com Brito e Coelho (2021), o conceito sobre a reprodução da força de trabalho nasce dos apontamentos de Marx, haja vista que a nossa capacidade de trabalhar não nos é dada, mas se consome todos os dias e precisa ser reproduzida constantemente. Apesar de Marx apresentar o termo da reprodução, é válido frisar que ainda existem lacunas, uma vez que não reconhece que a reprodução da força de trabalho envolve o trabalho não remunerado das mulheres. Na verdade, percebe-se como as discussões de gênero e trabalho doméstico não remunerado ocupam um lugar marginal em todo *O Capital*. Nessa perspectiva, Vogel (2022)

apresenta que para Marx, o potencial da força de trabalho é realizado quando o seu portador produz algo útil, ou seja, um valor de uso. Por outro lado, é importante considerar que os portadores da força de trabalho são mortais e sofrem desgaste, haja vista que cada indivíduo, em algum momento, morre. Então, o processo que satisfaz as necessidades pessoais dos portadores da força de trabalho é, portanto, uma condição de reprodução social. Ou seja, os processos de manutenção diária e reposição a longo prazo estão fundidos no termo reprodução da força de trabalho.

Bhattacharya (2019) e feministas marxistas a partir da transformação da teoria marxista e sua tradição viva e expansiva, argumentam que a força de trabalho, em grande parte, é reproduzida através de três processos interconectados:

1. Atividades que regeneram o trabalhador fora do processo de produção e que são essenciais para que ele retorne com vigor. Elas englobam, entre outros fatores, a alimentação, um ambiente adequado para o descanso, como uma cama confortável, e cuidados psíquicos que preservam a integridade mental e emocional da pessoa.

2. Atividades que mantêm e regeneram não-trabalhadores fora do processo de produção, incluem aqueles que são futuros ou antigos trabalhadores. Isso abrange crianças ou adultos fora do mercado de trabalho por diversos motivos, como idade avançada, deficiência ou desemprego.

3. Reprodução de trabalhadores frescos, ou seja, dar à luz.

Essas atividades mencionadas anteriormente constituem a base do capitalismo, pois garantem a reprodução da força de trabalho. E são realizadas de forma gratuita por mulheres dentro do lar e na comunidade. Para Kergoat (2018), o trabalho realizado na esfera privada (doméstica), ou seja, o Trabalho Reprodutivo, foi reproduzido no sistema capitalista como uma responsabilidade das mulheres, como se constituíssem uma obrigação natural do ser mulher em realizar de forma gratuita esse tipo de labor. Por isso, de acordo com Vogel (2022), com esses três tipos de processos desembaraçados, o conceito de reprodução da força de trabalho pode ser liberado das noções normativas relativas à procriação biológica em contextos familiares heterossexuais.

Indo além, Cavallero e Gago (2024, p. 25), afirmam que:

Quando falamos em Trabalho Reprodutivo, referimo-nos ao trabalho realizado nos territórios domésticos, que não são apenas lares, mas se constituem como espaços de reprodução coletiva, comunitária, de bairro, diante das espoliações sistemáticas que privaram esses mesmos lares das possibilidades mais básicas de sustento. São esses trabalhos desenvolvidos nesses territórios que ampliam de fato a espacialidade

doméstica e que respondem às urgências cotidianas: da escassez alimentar à emergência sanitária, passando pelas violências de gênero e pelos problemas habitacionais.

Paralelamente, o conceito de trabalho que se pretende difundir neste estudo abrange um espectro amplo de atividades, incluindo aquelas frequentemente negligenciadas ou subvalorizadas, como o Trabalho Reprodutivo não remunerado. Essa categoria engloba tarefas essenciais, como o cuidado infantil, a limpeza e a manutenção do lar, que, embora fundamentais para a estruturação da sociedade e da economia, permanecem invisibilizadas. O Trabalho Reprodutivo não apenas sustenta os lares, mas também viabiliza a participação de outros membros da família no mercado de trabalho. Porém, ao não ser contabilizado nas estatísticas econômicas tradicionais, contribui para a perpetuação das desigualdades de gênero e para a desvalorização da significativa contribuição que muitas pessoas, especialmente mulheres, oferecem diariamente.

Cuidar e ser cuidado são questões fundamentais para a humanidade e envolvem os seres humanos em diferentes etapas da vida. Dessa maneira, o cuidado é um direito da pessoa humana. Sendo assim, tanto quem cuida quanto quem recebe o cuidado necessita ter as condições adequadas para a sua concretude. Este processo de efetivação do cuidado é permeado por questões econômicas, sociais, ambientais e políticas, sobretudo pela construção social histórica de se constituir enquanto trabalho gratuito, realizado no âmbito familiar, não valorizado socialmente, e que reflete as desigualdades de classe, de raça e de gênero (Muller; Moser, 2022). Em outras palavras, tal questão está no cerne da relação social de sexo, que atribui essas atividades às mulheres a partir da noção de cuidar e ser dócil, como se tais características não fossem construídas socialmente, mas sim herdadas biologicamente.

A responsabilidade pelo trabalho doméstico, bem como pelo desempenho de atividades não remuneradas e subsistência da própria família é predominantemente atribuída à mulher. Por exemplo, ainda hoje, algumas profissões são consideradas femininas, como enfermagem ou magistério e estão relacionadas ao cuidado, atribuição socialmente destinada às mulheres (Antloga *et al.*, 2020; Bruschini; Lombardi, 2002).

A desigualdade de gênero é uma questão para o mundo do trabalho desde que o capitalismo se consolidou. Homens assumem posições hierárquicas mais altas não só no mundo corporativo, mas na sociedade em geral. Existem mais mulheres do que homens no mundo, 52% da população mundial é feminina, mas, em sua maioria, os cargos de poder e prestígio são ocupados por homens. Os empregadores costumam associar os cargos de poder ao desenvolvimento de características como virilidade, força e coragem, enquanto destinam à mulher as finalidades relacionadas ao cuidado, à sensibilidade e à empatia (Antloga *et al.*, 2020;

Adichie, 2015; Federici, 2017). Com isso, Scott (1995) define uma visão ampla de gênero, que as ideias sobre o que é “ser homem” ou “ser mulher” são formadas nas relações sociais, ou seja, na forma como as pessoas convivem, trabalham, educam e se organizam em sociedade. Assim, segundo Teixeira (2021), esse conceito ajuda a desnaturalizar aquilo que se entende como essência da mulher, essência do homem e que, por meio de estruturas de poder na sociedade, colocaram os homens em condição de privilégio. E colocaram as mulheres em condição de violências e vulnerabilidades múltiplas.

Esse ideal construído acerca do feminino está ligado, por exemplo, à naturalização da maternidade enquanto uma atividade de cuidados e afetos centrada na figura feminina, sendo essa habilitada organicamente e com recursos psíquicos inatos, para desempenhar o papel de cuidadora. Desde muito cedo, meninas são ensinadas a desenvolver competências e saberes ligados à “natureza feminina”, destreza, minúcia, paciência, solicitude, geralmente associadas ao ambiente do trabalho doméstico. Em decorrência dessa naturalização, o trabalho de cuidado (remunerado e não remunerado) é desqualificado e desvalorizado. Ao cuidado não remunerado soma-se a invisibilização, não sendo reconhecido como um verdadeiro trabalho (Guimarães; Hirata, 2020), estando sua motivação envolta em noções como “amor”, “responsabilidade” e “obrigações” sociais ligadas à mulher.

Quando não se analisa o Trabalho Reprodutivo não remunerado como um trabalho, deixa-se de compreender que ele é atravessado por questões semelhantes ao trabalho produtivo. Por isso, sob o referencial da Psicodinâmica do Trabalho (PDT), desenvolvida por Dejours no final da década de 70, compreende-se que este trabalho, como qualquer outro, é atravessado pela dicotomia prazer/sofrimento. Evidentemente, não se trata de atribuir a execução de determinadas atividades exclusivamente às mulheres, mas de demonstrar e afirmar que, até o presente momento histórico, alguns trabalhos são endereçados a elas, causando-lhes sacrifícios físicos, cognitivos, afetivos e financeiros (Antloga *et al.*, 2020; Lima, 2012).

Nesse sentido, a dinâmica prazer e sofrimento se constitui por meio da relação entre a subjetividade e o modo pelo qual ocorre a organização desse trabalho. Subjetividade referindo-se ao processo de subjetivação, particular e autêntico vivenciado por cada mulher, e sendo o Trabalho Reprodutivo a base do sistema capitalista que atribui à mulher esse papel, circunscritos nos âmbitos social e cultural. Logo, trata-se de uma dinâmica onde:

Prazer e sofrimento são vivências subjetivas, que implicam um ser de carne e um corpo onde ele se exprime e se experimenta, da mesma forma que a angústia, o desejo, o amor etc. Esses termos remetem ao sujeito singular, portador de uma história e, portanto, são vividos por qualquer um, de forma que não pode ser, em nenhum caso, a mesma de um sujeito para outro (Dejours; Abdoucheli, 1994, p. 8).

É amplamente reconhecido que o Trabalho Reprodutivo impacta a subjetividade da mulher, que, em decorrência disso, pode deixar de se ouvir e se perceber como sujeito de suas próprias necessidades. Nesse contexto, aquilo que inicialmente se configura como uma estratégia de mediação diante das exigências desse tipo de trabalho, se não for devidamente acompanhado, tem o potencial de resultar em adoecimento psíquico. Tornando-se, assim, essencial compreender como essas mulheres têm observado a sua rotina e a si mesmas em função de suas experiências nesse contexto de trabalho.

O interesse pela temática foi instigado por razões pessoais, sociais e científicas. Do ponto de vista pessoal, a minha trajetória, assim como a de muitas mulheres, está diretamente ligada ao Trabalho Reprodutivo, pois eu cresci em uma família composta por mulheres que sempre desempenharam esse papel, sem questionar o lugar que lhes foi imposto. Muitas delas nasceram em um contexto histórico em que os direitos das mulheres eram extremamente limitados, sendo esperado que fossem “boas mães”, esposas e donas de casa. Além disso, muitas ainda precisavam se desdobrar entre o trabalho remunerado e o não remunerado, acumulando múltiplas responsabilidades e estando sujeitas a diferentes formas de violências. A partir disso, busco entender com um olhar crítico e sensível, o sofrimento e o desprazer a que foram e ainda são submetidas, sobretudo em função da romantização e da idealização desse trabalho.

No âmbito social, percebo constantemente a luta de mulheres que buscam um espaço de equidade, em que sejam reconhecidas em suas múltiplas potencialidades e possam atuar ativamente em benefício próprio e da sociedade. Assim, o interesse pela temática se fortaleceu inicialmente na graduação, através do PIBIC, quando pesquisei sobre as repercussões do trabalho na subjetividade de profissionais de enfermagem durante a pandemia da Covid-19. Neste estudo, já se evidenciava marcas significativas do trabalho doméstico e de cuidado realizado no lar através dos discursos das enfermeiras e técnicas de enfermagem, após o cumprimento das atividades remuneradas. Ademais, essa percepção também se consolidou durante o mestrado acadêmico, quando aprofundei os estudos sobre os trabalhos historicamente invisibilizados. O Trabalho Reprodutivo, por diversas razões, continua sendo ignorado e pouco valorizado, o que reforça a necessidade de pesquisas que deem visibilidade a essa realidade.

Do ponto de vista científico, esta pesquisa busca contribuir para a formulação de políticas públicas e intervenções multiprofissionais que atendam às demandas das mulheres que realizam esse trabalho. Além disso, pretende fomentar reflexões críticas sobre o tema, estimulando novas abordagens que levem em consideração os elementos e sujeitos envolvidos. Também se evidencia a necessidade de ampliar o debate dentro da Psicologia, pois a

contribuição de diferentes áreas do conhecimento pode fortalecer a compreensão do Trabalho Reprodutivo e promover mudanças nas relações laborais. Tal como afirma Siqueira (2002), é importante propor uma Psicologia que vá além de uma abordagem a-crítica e a-histórica, contribuindo para uma ética das relações sociais e familiares, superando moralismos tradicionais e enfrentando as grandes desigualdades presentes na vida humana.

Dessa maneira, percebe-se uma lacuna em relação ao tema nos últimos anos, como se a inequidade de gênero fosse uma questão já superada. Nesse sentido, considera-se tal pesquisa relevante, sobretudo diante da escassez de estudos científicos que compreendam o Trabalho Reprodutivo como um trabalho, sendo uma das bases de sustentação de todo o sistema capitalista. Essa perspectiva possibilita que os profissionais da Psicologia possam refletir e se tornarem mais sensíveis ao tema, auxiliando no processo de reconhecimento da importância do Trabalho Reprodutivo e de todas as implicações psicossociais associadas a ele. Considerando que o trabalho ocupa um lugar central na vida das pessoas, é fundamental salientar que as mulheres são duplamente atravessadas por ele: no trabalho produtivo e no reprodutivo, ambos profundamente entrelaçados por desigualdades de gênero.

Diante disso, buscou-se, enquanto objetivo geral desta pesquisa, analisar as repercussões do Trabalho Reprodutivo não remunerado na subjetividade de mulheres em São Luís - MA.

Especificamente, pretendeu-se:

- Analisar os sentidos atribuídos ao Trabalho Reprodutivo por mulheres;
- Identificar as vivências de prazer e sofrimento de mulheres através do Trabalho Reprodutivo;
- Investigar as estratégias de mediação, que auxiliam as mulheres no manejo do Trabalho Reprodutivo.

Visando o alcance dos objetivos já citados, o presente estudo é baseado nos pressupostos teóricos da Psicodinâmica do Trabalho e da Teoria da Reprodução Social. Embora oriundas de matrizes teóricas distintas, essas abordagens podem ser articuladas de forma consistente para compreender como as desigualdades sociais e a organização do trabalho contribuem para a produção e a manutenção do sofrimento psíquico no âmbito do Trabalho Reprodutivo, ao mesmo tempo em que restringem as possibilidades de emancipação das trabalhadoras.

No que diz respeito à Teoria da Reprodução Social, esta revela que a categoria-essência do capitalismo, é o trabalho humano, e não a mercadoria. Em outras palavras, a TRS compreende a relação entre trabalho que produz mercadoria e o que produz pessoas como parte da totalidade sistêmica do capitalismo, pois o trabalho humano está no centro da criação e

reprodução da sociedade. Nesse sentido, desde a década de 1970, quando feministas desenvolveram o conceito da reprodução social, através das reflexões iniciais de Karl Marx, notou-se como essa teoria ajudou a refinar o modo de pensar a relação entre gênero, raça, sexualidade e classe; a entender as origens da opressão das mulheres; a reconhecer como o capitalismo é dependente do trabalho doméstico não remunerado; e a ressaltar a diversidade da luta de classes, entre outras coisas (Bhattacharya, 2023; Mohandesi; Teitalmen, 2023).

A Teoria da Reprodução Social se concentra não somente nos trabalhadores assalariados das fábricas, mas também na articulação de diferentes tipos de lutas: as dos remunerados e não remunerados, homens e mulheres, brancos e não brancos, cidadãos locais e imigrantes. Possibilita aprofundar a compreensão do modo de produção capitalista, mostrando como o seu crescimento se baseou em parte no múltiplo enquadramento de atividades socialmente reprodutivas sob relações capitalistas (Mohandesi; Teitalmen, 2023).

Por outro lado, a Psicodinâmica do Trabalho foi desenvolvida por Christophe Dejours, fundamentando-se na psicanálise, na ergonomia e na sociologia do trabalho. Este estudioso em psiquiatria e psicanálise considera que o homem é composto por conflitos intrapsíquicos, constituindo-se como um ser na relação com o outro. Nesse processo de formação do sujeito, o trabalho desempenha um papel essencial, sendo central para a construção da subjetividade (Bendassolli; Soboll, 2011).

A PDT tem por objetivo o estudo das relações existentes na dinâmica entre as organizações do trabalho e processos de subjetivação, os quais são manifestados nas vivências de prazer-sofrimento, de reconhecimento, saúde e adoecimento no mundo do trabalho (Mendes, 2007). Tal teoria defende o rompimento com os princípios taylorizados, na medida em que busca uma integração entre o saber fazer e os resultados obtidos, por meio da descentralização de decisões, sendo possível o comparecimento/desenvolvimento da autonomia, da flexibilidade hierárquica e, também, da história singular de cada sujeito (Martins; Robazzi; Bobroff, 2010). A PDT compreende o trabalho não apenas enquanto uma relação empregatícia/salarial ou atividade de produção social, mas sim reconhece que o trabalhar implica no engajamento da personalidade, de maneira específica, para enfrentar uma tarefa prescrita (Dejours, 2012). Dessa forma, o trabalho, é então um espaço de construção de sentido, conquista da identidade e historicização do sujeito (Dejours; Abdoucheli; Jayet, 2011).

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que tem como destaque a relevância dada às experiências e percepções dos indivíduos, sendo construída a partir da compreensão e interpretação de dados dos participantes (Patias; Hohendorff, 2019). Sendo assim, o manejo da subjetividade do pesquisador dentro de uma pesquisa qualitativa tem como um dos objetivos a

garantia da representatividade dos participantes, por meio de uma discussão mais crítica dos resultados obtidos.

Ademais, foi realizado o levantamento bibliográfico acerca das categorias abordadas neste estudo. E também foi estabelecida a utilização da entrevista semiestruturada (APÊNDICE C) como instrumento de coleta de dados. Essa entrevista apresenta um roteiro previamente definido, entretanto, com a possibilidade de variar de acordo com o que é trazido pelo sujeito que responde às perguntas. A entrevista semiestruturada também traz um índice de respostas bem mais abrangente, já que há mais possibilidades de as pessoas aceitarem falar sobre determinados assuntos. Além de evitar engano dos informantes, permite uma cobertura mais aprofundada sobre determinados assuntos e a interação entre o entrevistador e o entrevistado favorece respostas espontâneas. Estas respostas espontâneas acabam por fazer surgir questões inesperadas para o entrevistador, que podem ser de grande utilidade para a pesquisa (Boni; Quaresma, 2005).

Dessa forma, em termos de instrumentos para coleta de dados, além da entrevista semiestruturada, também adotou-se o questionário de caracterização profissional (APÊNDICE B) e o gravador de voz. Entrevistou-se 7 (sete) mulheres entre os meses de junho a outubro de 2025. Antes da entrevista, foi realizado um contato inicial por meio do WhatsApp para explicar os objetivos e a relevância da pesquisa, bem como a importância da participação dos sujeitos de pesquisa para enriquecer o conteúdo da temática. Na sequência, procedeu-se à realização da entrevista de forma presencial no domicílio das colaboradoras.

Em relação a amostragem, entrou-se em contato com as participantes através do método bola de neve, e estas, também indicaram colegas que atendiam aos critérios. Assim, foram consultadas sobre as suas disponibilidades, e tendo-as, foram contatadas para demais acertos em relação a horários e datas. O tipo de amostragem nomeado como bola de neve é uma forma de amostra não probabilística, que utiliza cadeias de referência. Tornando-se útil para estudar determinados grupos difíceis de serem acessados. A execução da amostragem em bola de neve se constrói da seguinte maneira: para o pontapé inicial, lança-se mão de documentos e/ou informantes-chaves, nomeados como sementes, a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral. Isso acontece porque uma amostra probabilística inicial é impossível ou impraticável, e assim as sementes ajudam o pesquisador a iniciar seus contatos e a tatear o grupo a ser pesquisado. Em seguida, solicita-se que as pessoas indicadas pelas sementes indiquem novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente e, dessa forma, o quadro de amostragem pode crescer a cada entrevista (Vinuto, 2014).

Dessa forma, é válido frisar que, estabeleceu-se como critérios de inclusão as seguintes características:

- Mulheres cis¹;
- Maiores de 18 anos, que não possuem trabalho remunerado;
- Mulheres que trabalham em casa;
- Não houve critérios para número de filhos, estado civil e condição socioeconômica.

Por outro lado, o critério de exclusão dizia respeito a:

- Mulheres que exercem qualquer tipo de atividade remunerada;
- Participantes que não apresentaram disponibilidade para realização da entrevista.

Diante dos depoimentos obtidos através da entrevista semiestruturada, utilizou-se a Teoria Social do Discurso proposta por Fairclough para análise dos dados coletados. A referida teoria se baseia em um modelo tridimensional de análise do discurso que consiste em três princípios metodológicos autônomos, porém, complementares: a análise de textos falados e/ou escritos; a análise do processo de produção, distribuição e consumo de textos (por ele denominada de prática discursiva) e; a análise de acontecimentos discursivos como práticas socioculturais. Os discursos não apenas refletem ou representam entidades e relações sociais, eles a constroem ou as “constituem”. Diferentes discursos constituem entidades-chave (sejam elas a “doença mental”, a “cidadania” ou o “letramento”) de diferentes modos e posicionam as pessoas de diversas maneiras como sujeitos sociais (por exemplo, como médicos ou pacientes), e são esses efeitos sociais do discurso que são focalizados na análise do discurso (Fairclough, 2008, p. 22).

No quadro 1, visualiza-se os dados referentes a idade, autodeclaração, dependentes, nível de escolaridade e religião. Além disso, para proteger a identidade dessas mulheres, seus nomes foram substituídos pelos nomes fictícios demonstrados no quadro a seguir:

Quadro 1 - Caracterização das participantes

NOME	IDADE	AUTODECLARAÇÃO	DEPENDENTES	ESCOLARIDADE	RELIGIÃO
ANA	28 ANOS	PARDA	1	SUPERIOR COMPLETO	CATÓLICA
CLARA	37 ANOS	PRETA	1	SUPERIOR COMPLETO	CATÓLICA
MARIA	48 ANOS	PARDA	4	ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	EVANGÉLICA

¹ Mulher cis se refere a uma pessoa designada mulher ao nascer e que se identifica com o gênero feminino ao longo da vida.

SARA	45 ANOS	PRETA	2	ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	EVANGÉLICA
LAÍS	34 ANOS	PARDA	1	ENSINO MÉDIO COMPLETO	CATÓLICA
DORA	37 ANOS	PARDA	2	ENSINO MÉDIO COMPLETO	CATÓLICA
JÚLIA	59 ANOS	PARDA	2	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	CATÓLICA

Fonte: dados da pesquisa 2026

É importante trazer que estabeleceu-se contato com outras mulheres para participação da pesquisa, contudo, não foi possível realizar. Uma dessas mulheres foi contatada por meio do Instagram, uma vez que compartilhava todos os dias em seu perfil aspectos do seu cotidiano doméstico. Assim, inicialmente, demonstrou interesse e concordou em participar; mas, posteriormente informou que a entrevista poderia demandar tempo considerável, motivo pelo qual optou por não prosseguir. Além disso, das 7 mulheres participantes, 6 afirmaram que sua principal fonte de renda provém do esposo/marido, enquanto uma relatou que seus rendimentos são provenientes de aluguéis e da filha. Assim, é importante salientar que, ao longo do texto, as falas das entrevistas serão apresentadas em *itálico*.

As entrevistas foram realizadas individualmente, em local reservado, para que a participante se sentisse segura. Antes de iniciar a entrevista, foi entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE A), para análise e autorização à comunidade científica. Com base nas Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos, conforme a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), esta pesquisa foi submetida à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa e obteve aprovação sob o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº 81632224.3.0000.5087. Ademais, este estudo preza pelo respeito à dignidade humana e proteção dos sujeitos envolvidos, considerando também os princípios regulamentadores do Código de Ética do Psicólogo, Resolução CFP Nº 010/05, como instrumento norteador sobre as responsabilidades e deveres do profissional, no intuito de contribuir para o desenvolvimento e crescimento da saúde individual e coletiva.

Dessa maneira, apresenta-se quatro capítulos que embasam a presente pesquisa. O primeiro capítulo explora a história da mulher e a sua relação com o trabalho no contexto do capitalismo, destacando períodos e acontecimentos marcantes na luta feminina. Também se analisa como as transformações econômicas e sociais moldaram a inserção das mulheres no

mercado de trabalho. Além disso, o capítulo aborda a realidade da mulher no Brasil, mostrando a trajetória e a luta contínua por reconhecimento e direitos. O segundo capítulo discute o conceito de trabalho, analisando como o trabalho mudou ao longo da história e como diferentes sociedades valorizaram e organizaram as atividades laborais. Ademais, o capítulo inclui uma contextualização sobre o Trabalho Reprodutivo, destacando a sua importância para o sistema capitalista. A partir disso, o capítulo apresenta uma concepção ampliada de trabalho, compreendendo-o como uma atividade carregada de sentido, que transcende a dimensão meramente produtiva.

O terceiro capítulo aborda o Trabalho Reprodutivo, enfatizando sua definição e importância na sociedade. Ele apresenta as atividades que compõem esse tipo de trabalho, como o cuidado, a educação e a manutenção do lar. Discute também como essas tarefas são frequentemente desvalorizadas e invisibilizadas, especialmente quando relacionadas ao contexto da Covid-19.

E por fim, o quarto capítulo propõe uma discussão sobre a Psicodinâmica do Trabalho e a sua relação com o Trabalho Reprodutivo. Analisa-se as vivências de prazer no trabalho, bem como os fatores geradores de sofrimento e adoecimento, considerando as estratégias de mediação mobilizadas pelas participantes para enfrentar os constrangimentos decorrentes dessa relação com o trabalho. Ademais, incorpora-se à discussão a temática do autocuidado dessas mulheres, analisando como, diante de suas rotinas intensas e multifacetadas, elas constroem estratégias para preservar sua saúde física e emocional e minimizar os impactos das pressões do cotidiano.

2. A RELAÇÃO HISTÓRICA ENTRE A MULHER E O TRABALHO

“Me levanto
Sobre o sacrifício
De um milhão de mulheres que vieram antes
E penso
O que é que eu faço
Para tornar essa montanha mais alta
Para que as mulheres que vierem depois de mim
Possam ver além”²

Figura 1: Teto da Capela Sistina (1508-12): A criação de Eva



Fonte: História das Artes

A *Criação de Eva* é a pintura central no teto abobadado da capela Sistina. Ela retrata Adão mergulhado em um sono distraído, enquanto Eva, em contraste, estende a mão para seu criador. Nesta pintura, Michelangelo incluiu uma representação de Deus, que aparece como uma figura paterna arcaica, animando Eva com seu olhar. Logo, a escolha dessa pintura para abrir a discussão do presente capítulo se justifica porque ela simboliza a criação da mulher a partir da figura masculina. Na tradição patriarcal, a mulher não é vista como protagonista de sua própria existência, mas como uma extensão do homem, que assume o papel central.

Tal como Deus criou Eva para dar prazer a Adão, assim fez o capital criando a dona de casa para servir física, emocional e sexualmente o trabalhador, para criar seus filhos, remendar suas meias, cuidar de seu ego quando ele estiver destruído por causa do trabalho e das (solitárias) relações sociais que o capital lhe reservou. É precisamente essa combinação particular de serviços físicos, emocionais e sexuais que está envolvida no papel que as mulheres

² (Poesia de Rupi Kaur)

devem desempenhar para que o capital possa criar a personagem específica da criada que é a dona de casa, tornando seu trabalho tão pesado e, ao mesmo tempo, tão invisível (Federici, 2019). A mulher para ser mulher deve ser mãe, ao mesmo tempo que para ser realizada ela precisa ser escolhida e amada. Socialmente, a ausência do homem representa a falta da presença necessária. As mulheres estariam mais conectadas em olhar o outro, a servir o outro, e talvez, a existir pelo outro. Subjetivamente, as mulheres seriam educadas a cuidar dos outros e se colocar em segundo plano (Rezende *et al.*, 2024). Por isso, o Trabalho Reprodutivo “é considerado invisível, pois não é realizado para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno” (Hirata; Kergoat, 2008, p. 264). Dessa maneira:

A questão de gênero, então, torna-se essencial para vislumbrar o equilíbrio complexo e dinâmico entre o sexo e aquilo que se é esperado da mulher, em outras palavras, aquilo que é permitido ou inviabilizado por uma diferença calcada pela via do patriarcado, justificado por um discurso biológico restringindo as mulheres às atividades de cuidado (Rezende *et al.*, 2024, p.127).

A priori, a história entre o trabalho e a mulher é tão longa quanto a do homem. Para Scott (1994), a história das mulheres tem uma força política potencialmente crítica, uma força que desafia e desestabiliza as premissas disciplinares estabelecidas, principalmente, porque este tipo de história questiona a prioridade relativa dada à “história do homem”, em oposição à “história da mulher” e desafia a competência de qualquer reivindicação da história de fazer um relato completo quanto à perfeição e à presença intrínseca do objeto desta ciência - o Homem Universal.

Souza (2020) traz à tona uma discussão importante sobre os papéis de gênero em diferentes sociedades com base em estudos antropológicos em relação ao trabalho. Ao ser analisada três culturas da Nova Guiné, na sociedade dos arapesh, ambos os sexos cuidam das crianças, evitando violência e hierarquias. Nos mundugumor, tanto homens quanto mulheres são incentivados a ser fortes e violentos. Já nos tchambuli, as mulheres lideram economicamente, pescam e fabricam utensílios, enquanto os homens se dedicam às artes. Percebe-se que tal discussão é importante para desmistificar dois aspectos relacionados às mulheres e ao mundo do trabalho quando nos referimos ao fenômeno de opressão à mulher. O primeiro ponto é a ideia de que as mulheres sempre ocuparam posições periféricas na produção, quando, na verdade, elas desempenharam papéis essenciais para a manutenção e sustento da vida em diferentes épocas e culturas. E o segundo ponto questiona a visão de que a divisão sexual do trabalho sempre existiu e apresentou as mesmas contradições em todas as sociedades desde o início da humanidade.

E também, na Suécia existe uma outra relação de divisão, inclusive com licença maternidade dividida entre homens e mulheres. Duas outras políticas, adotadas na década de 1970, são de crucial importância: a eliminação da tributação conjunta dos casais e a concessão de “generosos” e flexíveis benefícios de licença remunerada para ambos os pais quando do nascimento (ou adoção) de uma criança. A Suécia em 1974, tornou-se o primeiro país a transformar a licença maternidade em um sistema de licença remunerada para ambos os pais, com o objetivo de induzir os pais (homens) a assumirem um papel mais ativo na criação dos filhos e, também, para fomentar uma divisão mais igualitária das tarefas domésticas pelo casal. Nesse sentido, a probabilidade de sofrer estresse psicológico e fadiga se tornou também mais equivalente entre mães e pais suecos entre os anos de 1968 e 1981, devido também à participação das mães suecas no mercado de trabalho. Isso pode indicar também uma divisão mais igualitária das tarefas domésticas entre os membros do casal, o que pode ter sido influenciado pelo sistema sueco de seguridade para os pais (Faria, 2002).

Desde a Antiguidade, a mulher cumpre importante papel nas relações de produção, mesmo que na maioria das vezes sua posição jurídica, política e social fosse considerada completamente inferior à do homem. Assim, por volta do quarto milênio, a maior parte das sociedades agrícolas tinha desenvolvido novas formas de desigualdade entre homens e mulheres, no sistema patriarcal com o domínio de marido e pais. À medida que as civilizações se desenvolveram, as relações entre homens e mulheres e a determinação de papéis foram tomando forma. Apesar dos sistemas culturais apontarem para a importância das deusas, como geradoras de forças criativas associadas com a fecundidade, a nova economia promovia uma hierarquia de gênero ainda maior (Stearns, 2018).

Nesse sentido, os homens eram responsáveis pela plantação e por suprir a maior parte dos alimentos. Somado a isso, a taxa de natalidade subiu, em parte porque os suprimentos de alimentos se tornaram mais seguros, e porque havia a oportunidade de aproveitar o trabalho das crianças, sendo essa a razão principal do homem de assumir a maior parte das funções agrícolas, já que a maternidade consumia mais tempo das mulheres. Em outras palavras, as vidas das mulheres passaram a ser definidas em termos de gravidez e cuidado das crianças (Stearns, 2018).

Nas civilizações patriarcais os homens eram considerados criaturas superiores. Na Mesopotâmia, o Código de Hamurabi, estabelecia que uma mulher que não tenha sido uma dona de casa, tenha vadiado, negligenciado sua casa e depreciado o seu marido, deveria ser “jogada na água”. A lei judaica surgida após o Código de Hamurabi, se mostrava mais severa na sexualidade das mulheres e de seus papéis públicos. No Oriente Médio, surgiu o uso do véu

para as mulheres em espaços públicos. Esse costume representava sua condição de inferioridade e seu pertencimento ao pai e ao marido. Já na China, apareceu como costume enfaixar os pés, sob a dinastia Tang, os pequenos ossos dos pés das meninas eram quebrados para impedir que andassem com facilidade, o jeito desajeitado de andar era recebido como sinal de beleza e modéstia respeitável, enquanto na Índia, uma nova prática conhecida como *sati*, instigava viúvas a se fazerem queimar nas piras funerárias dos maridos, com a justificativa de que elas não tinham razão para viver (Stearns, 2018).

Ao passo que uma civilização ganhou forma na Grécia, alguns aspectos do patriarcado começaram a emergir. Dessa maneira:

O patriarcado grego gerou algumas flexões diferentes, com as crenças normais sobre a inferioridade das mulheres e sua prioridade nas obrigações domésticas: muitas cidades-estados gregas eram militares, o que pode ter sustentado uma versão mais agressiva de masculinidade. Em Esparta, em que a organização militar era particularmente pronunciada, os meninos eram mantidos separados das meninas por períodos essenciais de treinamento. Embora as mulheres se ocupassem com exercícios físicos, suas funções principais eram a maternidade - para criar mais garotos - e incentivar a coragem masculina. Um espartano assim aconselhou as mulheres: "Case-se com um bom homem e gere bons filhos" (Stearns, 2018, p. 49).

Segundo a filósofa Federici (2017), mesmo antes da Idade Média e da consolidação do capitalismo como modo de produção, as mulheres desempenhavam papéis essenciais dentro de suas comunidades, como mencionado anteriormente neste capítulo. No entanto, essas funções foram gradativamente suprimidas à medida que o Estado passou a exercer um controle mais rígido sobre a reprodução e a produção de bens, impulsionando o desenvolvimento do capitalismo. Assim:

Nessa época, as mulheres haviam perdido espaço inclusive em empregos que haviam tradicionalmente ocupado, como a fabricação de cerveja e a realização de partos. As proletárias, em particular, encontraram dificuldades para obter qualquer emprego além daqueles com status mais baixos: empregadas domésticas (a ocupação de um terço da mão de obra feminina), trabalhadoras rurais, fiandeiras, tecelãs, bordadeiras, vendedoras ambulantes ou amas de leite. [...] Ganhava espaço (no direito, nos registros de impostos, nas ordenações das guildas) a suposição de que as mulheres não deveriam trabalhar fora de casa e de que tinham apenas que participar da "produção" para ajudar seus maridos (Federici, 2017, p. 182).

Diante disso, ao longo da história, as mulheres foram estimuladas a limitar sua participação na esfera privada, isto é, doméstica. E esse trabalho foi sendo cada vez mais reforçado. Assim:

Se uma mulher costurava algumas roupas, tratava-se de "trabalho doméstico" ou de "tarefas de dona de casa", mesmo se as roupas não eram para a família, enquanto quando um homem fazia o mesmo trabalho, se considerava como "produtivo". [...]

Rapidamente, todo o trabalho feminino, quando realizado em casa, seria definido como “tarefa doméstica”, e até mesmo quando feito fora de casa era pago a um valor menor do que o trabalho masculino – nunca o suficiente para que as mulheres pudessem sobreviver dele. O casamento era visto como a verdadeira carreira para uma mulher, e a incapacidade das mulheres de sobreviverem sozinhas era algo dado tão certo que, quando uma mulher solteira tentava se assentar em um vilarejo, era expulsa, mesmo se ganhasse um salário (Federici, 2017, p. 183-184).

Historicamente, foi reservado ao homem a função de prover a família e gerir a vida pública e à mulher reservou-se o espaço doméstico. O trabalho feminino, desde então, é considerado como suplementar ao do homem, sendo que o salário por elas auferido é tido como mero complemento da renda familiar. Ainda na Idade Média, pode-se notar a marginalização da mulher dentro do sistema produtivo. Desde esta época, verifica-se a criação de obstáculos ao acesso da mulher ao mercado de trabalho, bem como a desvalorização da mão de obra feminina.

Para Federici (2017) na Idade Média, a caça às bruxas representou um grande movimento de repressão e de disciplinarização das mulheres que ousassem divergir desse modelo feminino que estava sendo estabelecido. Assim, esse grande momento histórico contribuiu para que as mulheres assumissem todo o trabalho de cuidado dentro da sociedade. A filósofa acentua que o Trabalho Reprodutivo das mulheres favoreceu o desenvolvimento econômico das sociedades capitalistas, uma vez que esse trabalho foi o responsável pela ampliação e cuidado da força de trabalho social. E sendo realizado pelas mulheres, foi um trabalho invisibilizado e desvalorizado.

Assim, “foi precisamente nas câmaras de tortura e nas fogueiras onde se forjaram os ideais burgueses de feminilidade e domesticidade”, ideais que encontraram seu auge no século XIX, quando foi criada a figura da dona de casa em tempo integral. Esse longo processo de domesticação do corpo feminino resultou em uma divisão sexual do trabalho que “não apenas sujeitou as mulheres ao Trabalho Reprodutivo, mas também aumentou sua dependência, permitindo que o Estado e os empregadores usassem o salário masculino como instrumento para comandar o trabalho das mulheres” (Federici, 2017, p. 146).

Como dito anteriormente, as mulheres tinham papéis relevantes dentro de suas comunidades. Segundo Stelmachuk (2012), na era feudal, a divisão do trabalho existente se refere a categorias senhor ou proprietário, dividida entre clero, nobreza e trabalhadores. Estes pagavam a proteção espiritual e militar que recebiam dos senhores cultivando a terra. Dessa forma, a classe trabalhadora era constituída pela família como um todo, razão pela qual aparentemente não havia uma divisão mais definida do trabalho. As condições históricas que se configuraram com a diminuição do campesinato, a industrialização e a escolarização superior

constelaram possibilidades que alavancaram a participação das mulheres no mundo laboral de forma intensificada em todos os setores. A participação igualitária nas atividades de subsistência nos núcleos familiares que incluía a presença de todos, como se vê ainda nos dias de hoje em algumas propriedades rurais, não discriminava a mão de obra feminina, masculina ou infantil. Assim, aos poucos e de acordo com as condições sociais e históricas de cada época, as diferenciações e divisão do trabalho foram se constituindo de modo a separar tarefas e atividades laborais.

Na sociedade feudal, tanto a reprodução quanto a produção de excedentes eram atividades compartilhadas dentro do grupo familiar. Era na “esfera privada” desse grupo que se produziam os bens necessários para sua própria reprodução. Com o advento do capitalismo, essa dinâmica se transforma. As atividades de reprodução permanecem na esfera familiar, tornando-se uma responsabilidade atribuída às mulheres, muitas vezes justificadas como um papel “natural”. Em contrapartida, as atividades produtivas voltadas para a troca, passam a ocorrer fora do ambiente doméstico, em uma esfera pública de produção, sendo designadas como responsabilidade dos homens. Assim, alimentação, vestimenta, higiene e a educação das novas gerações tornam-se elementos fundamentais para a produção da mercadoria (Souza, 2020).

A posição marginalizada da mulher ao longo da história se manteve estável ao longo de diversos séculos. Contudo, a posição desta mulher como mãe e dona de casa foi se modificando conforme o contexto político e econômico. Observa-se que, até o final do XVIII, período de transição para Idade Moderna e Contemporânea, a maternidade não possuía o mesmo significado que exerce na contemporaneidade, tanto as mulheres camponesas, quanto às pertencentes à nobreza, era comum que os filhos fossem entregues às amas responsáveis por sua criação. No contexto das famílias camponesas, a infância era um período breve, limitado aos primeiros anos de maior fragilidade física; posteriormente, a criança era inserida nas atividades cotidianas dos adultos, sendo considerada um “pequeno homem” que já participava de suas tarefas. No final do século, a concepção de infância se transforma e a figura da mãe adquire uma relevância social. Então, surge a imagem da dona de casa, associada às mulheres da classe média alta, essa representação passa a definir a feminilidade como um papel de vocação e deveria ser o modelo para todas as mulheres (Badinter, 1985; Duarte; Spinelli, 2019).

Com a chegada da Idade Contemporânea, inaugurada pela Revolução Industrial e a Revolução Francesa, na segunda metade do século XVIII, iniciam-se as profundas transformações sociais, políticas e econômicas que também repercutem na posição da mulher na sociedade.

De acordo com Goldman (2016), a Revolução Industrial representou um marco na entrada massiva das mulheres na produção, mas também gerou resistência por parte dos homens. Isso ocorreu porque, frequentemente, a força de trabalho masculina era substituída por mão de obra feminina, que recebia salários mais baixos. Afinal, como mencionado, o preço da força de trabalho é determinado, em grande parte, pela concorrência entre os indivíduos da mesma classe. Países como a Inglaterra e a França presenciaram movimentos de homens contra o trabalho feminino, pois acreditavam que as culpadas pela baixa dos salários e desemprego eram as mulheres, e não o capital que se aproveitava cada vez mais das opressões para baixar os salários não só das mulheres, mas de toda a família, e extrair mais-valor não mais de uma força de trabalho, mas de duas, às vezes três, quatro (quando as crianças eram postas a trabalhar) forças de trabalho.

No período da Revolução Industrial, observa-se que, assim como o homem, a mulher operária era submetida a condições de trabalho extremamente precárias. Não havia qualquer tipo de regulamentação da atividade laborativa, ficando os empregados submetidos a todo tipo de exploração por parte dos patrões. Eram pagos salários de miséria por jornadas de catorze, até mesmo dezesseis horas. Não bastasse isso, a remuneração que as mulheres recebiam pelo mesmo serviço prestado era bastante inferior à do homem. Apesar de o problema central residir na exploração da força de trabalho humana, os fatos não deixam de revelar que a discriminação da mulher no que tange às condições salariais, é histórica (Alves; Guimarães, 2009).

Desde a Revolução Industrial as mulheres foram incluídas, aos poucos, no processo industrial, o que provocou a manifestação dos movimentos que reivindicavam melhores salários e condições de trabalho. Dessa maneira, a participação das mulheres, também abriu caminho para a luta por equiparação de direitos entre homens e mulheres na esfera econômica e, sobretudo, na esfera familiar e social.

Por outro lado, o feminismo tem seu primórdio na Revolução Francesa, no século XVIII, quando as mulheres passaram a se afirmar como sujeitos políticos, reivindicando igualdade, educação, trabalho e participação política. O movimento de domesticação do Outro, provocou comportamentos em algumas mulheres que, devido a contextos sociais adversos, empenharam-se para formular “reações” de defesa. Graças a esses confrontos é recorrente considerar, por parte de estudiosos, o início da luta das mulheres por direitos. Porém, é importante frisar que a burguesia manteve a estrutura patriarcal, restringindo esses ideais de liberdade e igualdade apenas aos homens.

Assim, configura-se um século que muito contribuiu para a formulação do ideal de “domesticidade feminina” das cidadãs francesas, imputando-lhes a carga dos afazeres do lar e

a sua exclusão compulsória do espaço público. Existiam lugares praticamente proibidos às mulheres (políticos, judiciários, intelectuais, e até esportivos), e outros que lhes eram quase exclusivamente reservados (lavanderias, grandes magazines, salões de chá). A associação da imagem da mulher como mãe de família, submissa ao homem, sendo este compreendido como o “provedor” da casa e detentor da racionalidade, tornou-se cada vez mais difundida ao longo do século XIX, cujos ecos perpetuaram (ou perpetuam) a relação hegemônica estabelecida entre os sexos (Pastorini, 2021).

Em 1791, há uma tentativa da busca da mulher ser vista como cidadã através da Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã por meio de Olympe de Gouges. Segundo Pastorini (2021), Gouges pertenceu ao grupo das mulheres que atuou de forma direta em defesa da causa feminina, questionando os argumentos apresentados pela declaração. A intelectual apontava que os deveres compartilhados entre homens e mulheres deveriam ser os mesmos, mas também os direitos deveriam ser compartilhados. Não obtendo o devido mérito na época pelo seu tratado, o fim obtido por Gouges foi a sua execução na guilhotina em 1793, face a um imenso auditório. Apesar do fim precoce, a sua contribuição para o modo de pensar os direitos das mulheres foi inegável. Haja vista que buscava evidenciar que o movimento estava excluindo as mulheres do poder político e da cidadania social da “nova” sociedade francesa que estava sendo construída.

A ideia de uma natureza feminina foi amplamente explorada para colocar a mulher em posição de inferioridade, onde ela está naturalmente apta a ocupar um lugar apenas na vida privada (doméstica e familiar). Por outro lado, os homens, são os seres naturalmente aptos para vida pública, a serem ativos na vida social e na política. Assim, a inferioridade feminina está ligada, contraditoriamente, ao fato dela ser o baluarte para a continuação da espécie humana (Colling, 2017).

O trabalho doméstico é até hoje considerado por muitas pessoas uma vocação natural das mulheres, tanto que é rotulado como “trabalho de mulher”. Na realidade, o trabalho doméstico, como o conhecemos, é uma estrutura bastante recente, datada do fim do século XIX e das primeiras décadas do século XX, quando, pressionada pela insurgência da classe trabalhadora e pela necessidade de mão de obra mais produtiva, a classe capitalista da Inglaterra e dos Estados Unidos começou uma reforma social que transformou não apenas a fábrica, mas a comunidade, o lar e, antes de tudo, a posição social das mulheres. De acordo com Alves (2013), durante o século XIX, ideólogos reformadores alegavam que a entrada das mulheres de classe média no mercado de trabalho poderia comprometer as habilidades domésticas da mulher, assim como suas responsabilidades reprodutivas.

Entre 1930 e 1970, nos países europeus e nos Estados Unidos, houve um aumento das mulheres em trabalhos remunerados, principalmente por parte das que pertenciam a classes mais baixas, haja vista que o salário do marido não era suficiente e muitos deles estavam lutando na Segunda Guerra Mundial. A partir disso, o contingente de mulheres inseridas no mercado de trabalho aumentou, entretanto, ainda em posições de cuidado (cozinheira, cuidadora de idosos, lavadeira, secretária) (Castro; Santos; Santos, 2018).

Dessa maneira, surge o novo ideal da “mulher” na sociedade do capital, passivas, obedientes, puras e naturalmente propensas ao cuidado. O controle de sua sexualidade e força de trabalho como máquinas geradoras e reprodutoras de novas forças de trabalho, aparece como característica imanente dessa “nova mulher” que foi forjada a fogo, para ser a esposa e a mãe (Federici, 2017, 2021).

Compreende-se, a partir do exposto, que os períodos compreendidos pela história como idades Moderna e Contemporânea foram momentos de mudanças marcantes para as sociedades, sobretudo, referindo-se aqui à sociedade ocidental, e foram significativos para a história das mulheres no que tange o estabelecimento de concepções sobre características tidas como naturalmente femininas.

Desde o século XX, observou-se um aumento significativo da participação da mulher no mercado de trabalho, isso se deu devido ao grande crescimento da indústria, propiciando cenário para inserção feminina. Na época de sua inserção houve uma avalanche de preconceito que perdura até os dias de hoje e podemos observar através de pesquisas que comprovam que as mulheres ainda ganham menos que os homens, executando as mesmas tarefas (Querino; Domingues; Luz, 2013). Ainda assim, culturalmente, o trabalho doméstico é tido como intrínseco ao feminino, essa condição parte da lógica do patriarcado, haja vista que historicamente é imputado às mulheres o dever do cuidado e manutenção do lar (Rezende *et al.*, 2024).

Quanto à divisão sexual do trabalho doméstico: se indicamos desigualdades gritantes no que diz respeito ao trabalho profissional, pior ainda parecem ser as desigualdades no âmbito do trabalho doméstico: o que é atribuído a um e a outro sexo é um fator imediato de desigualdade e de discriminação. A atribuição do trabalho doméstico às mulheres permaneceu intacta em todas as regiões do mundo, com diferenças de grau na sua realização, dos modelos tradicionais aos modelos de delegação (Hirata, 2018).

Como assinalam Mohandesi e Teitelman (2017):

A feminilidade foi associada à ideia de domesticidade, de provimento de cuidados, de fraqueza física e dependência, e essa ideologia conformou tanto o tipo de trabalho que

as mulheres devem acessar, como o pagamento a ela destinado. Assim sendo, as mulheres foram relegadas a atividades mal pagas e consideradas como desqualificadas, de forma que sua inserção no trabalho nem sempre tem significado uma real autonomia econômica (p. 44).

A presença das mulheres no mercado de trabalho fora do ambiente doméstico constitui um fenômeno irreversível, ainda que historicamente sempre tenha existido, mesmo que de forma limitada. Atualmente, essa participação alcança dimensões inéditas, abrindo novas possibilidades de atuação, formação e realização para parte significativa da população feminina. No período compreendido de 2012 a 2024 no Brasil, a taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho, embora mais baixa que a dos homens, apresentou um crescimento modesto, passando de 51,9% em 2012 para 52,8% em 2024. Ressalta-se que durante a pandemia, pela primeira vez nesta série histórica, a taxa de participação das mulheres alcançou valores abaixo de 50% (Ministério do Trabalho e Emprego, 2025; Siqueira, 2002).

No entanto, essa inserção profissional não é acompanhada por uma divisão mais equitativa das responsabilidades domésticas, resultando na chamada dupla jornada de trabalho. Além disso, como já mencionado, o mercado de trabalho produtivo ainda apresenta desigualdades estruturais baseadas em gênero. O mercado de trabalho brasileiro é marcado por forte segregação entre homens e mulheres, o que explica em parte a desigualdade de gênero. Observa-se que as mulheres representam 58,1% dos vínculos formais de trabalho, um dado que se relaciona ao maior nível de escolarização alcançado pela população feminina no Brasil. As mulheres são maioria nas áreas de cuidados (73,8%), que incluem ocupações na educação, saúde e bem-estar e serviços. Mulheres também estão sobre representadas nas humanidades, artes e ciências sociais (54,1%), bem como nos negócios e administração (52,1%). Por outro lado, observa-se a ascensão de mulheres a posições e espaços sociais que antes pareciam inacessíveis, enquanto uma grande quantidade de mulheres continua enfrentando analfabetismo, opressão e condições de vida extremamente precárias (Ministério do Trabalho e Emprego, 2025; Siqueira, 2002).

Apesar do avanço na inclusão das mulheres na esfera produtiva conquistado ao longo dos anos, alguns desafios ainda persistem. Entre eles podemos citar a baixa representatividade das mulheres em cargos de liderança. Haja vista que entre os anos de 2012 a 2024, observou-se que o percentual de mulheres em diretorias e gerentes oscilou levemente ao longo do período, mas mantendo-se entre 37% e 40%. Estes diferenciais refletem fatores estruturais e conjunturais, mas também de discriminação de gênero (Ministério do Trabalho e Emprego, 2025).

2.1 Trabalho Feminino no Brasil: “O trabalho doméstico é assim, escravocrata”

Sabe-se que as mulheres, durante um longo período tiveram suas histórias não contadas e vistas como sendo um passado pouco importante. Entretanto, para compreender a história do trabalho feminino no Brasil, é necessário considerar os principais períodos históricos. Também é fundamental reconhecer que as questões de gênero estão profundamente interligadas às questões raciais, uma vez que a formação histórica do país envolve a presença e a atuação de mulheres indígenas, negras e brancas europeias, cujas experiências e condições de trabalho foram marcadas por diferentes formas de desigualdade e opressão.

A colonização do território brasileiro pelos portugueses começou no ano de 1532. Os rumos agrícolas, a noção de família e a escassez de mulheres brancas fizeram com que os homens, recém-chegados, convivessem em uma terra de mulheres de cabelos longos, olhos escuros e totalmente nuas, que se distanciava da realidade vivida na Europa. Antes da chegada dos portugueses, o trabalho no campo era quase todo entregue às mulheres, como o de dentro de casa. Eram as mulheres ameríndias que cuidavam do campo, da casa, dos filhos, enquanto os homens tinham suas atividades voltadas mais às produções artísticas. Mesmo quando grávida a mulher indígena servia ao campo e aos homens. Seu papel na produtividade foi de suma importância para a consolidação da monocultura, que mais tarde seria a base da economia colonial (Baseggio; Silva, 2015).

Segundo Baseggio e Silva (2015), na cultura indígena, os meninos eram ensinados a tratar as mulheres de forma inferior, sendo impostos sobre eles ensinamentos e o costume de se considerarem sempre superiores a elas. Ou seja, a submissão da mulher estava também presente na cultura nativa muito antes da chegada dos colonizadores que, viram nos homens indígenas, uma mão de obra promissora para a sustentação do sistema colonial, o que logo perceberam terem se enganados. Desde a chegada dos portugueses, bem como de outros estrangeiros, e mesmo após a tentativa de escravizar os indígenas, os homens brancos perceberam que a mulher é que era a principal responsável pelo trabalho duro de subsistência antes dos anos de 1500. Talvez este tenha sido o fator que fez com que a escravização indígena desse errado: os homens eram os responsáveis pelas artes e as mulheres pelo serviço no campo, e durante a sua escravização estes papéis foram invertidos.

Quando a escravização indígena falhou, e os colonizadores perceberam que precisavam de trabalhadores mais resistentes, encontraram nos africanos aquilo que procuravam. O tráfico de escravos passou a ser uma prática predominante nos períodos do Brasil colonial. A

exploração da África fazia com que milhares de negros e negras viessem parar no território brasileiro sob domínio português. As mulheres, junto com os homens, eram trazidas em péssimas condições, sujeitas à fome e a doenças. Os homens, escravos, eram explorados no campo, com um serviço braçal mais bruto. Já as mulheres eram escravas e concubinas das grandes famílias. Assim surge a separação Casa Grande e Senzala, que tem uma ligação feita pelas mulheres negras, que muitas vezes, são as que criam e alimentam os herdeiros deste sistema colonial (Baseggio; Silva, 2015).

As mulheres brancas chegaram ao Brasil colonial muito depois do início da sua colonização. Inicialmente vinham com seus maridos que eram designados a chefes e donos de engenhos. Na colônia, as mulheres brancas viviam uma realidade muito diferente que a do mundo europeu, e foram as responsáveis por trazerem e criarem hábitos europeus aqui, do outro lado do oceano. As mulheres muitas vezes tinham uma vida restrita a cuidar dos seus filhos, junto com suas amas escravas. A educação era precária e os costumes eram os que restavam depois de terem deixado a Europa. Aqui encontravam necessidades e dificuldades tanto na vida excluída da sociedade como também na higiene e na alimentação (Baseggio; Silva, 2015).

De acordo com Teixeira (2021) a abolição da escravidão representou, inicialmente, uma transição para os negros, que passou da condição de escravizados formais para a de escravizados informais. Jogados à própria sorte, muitos apoiaram a manutenção de relações de trabalho com seus antigos senhores, pois não encontraram outras oportunidades de sustento devido à cor da pele e às características fenotípicas que, socialmente, os marcavam como pertencentes a uma categoria racial inferior. A situação das ex-escravizadas domésticas após a abolição foi próxima da escravização. Muitas dessas mulheres residiam nas casas de seus antigos patrões, sem horário de trabalho definido e sem qualquer tipo de remuneração. Quando recebiam algum pagamento, geralmente era irrisório. Era comum que o trabalho começasse na infância, quando as meninas se mudavam para as casas de seus patrões. Nesse ambiente, elas não eram tratadas como sujeitos, mas empregadas domésticas disponíveis para satisfazer todas as pessoas.

A visão de que a mulher serve como propriedade do homem, no Brasil, tem sua origem no Brasil colonial. A mulher deveria ter um papel de exclusão social, de geração de filhos e de submissão ao marido. Esta é a ideia que muitos historiadores antigos tinham sobre a mulher na sociedade colonial, onde o Brasil estava sob domínio português. Ou seja, a mulher não era digna de realizar grandes feitos (Baseggio; Silva, 2015).

Com a consolidação do sistema capitalista, no século XIX, ocorreram várias mudanças na dinâmica do trabalho feminino. Um intenso crescimento da maquinaria, e um acelerado

desenvolvimento tecnológico fizeram com que grande parte da mão de obra feminina fosse transferida para as fábricas, com uma carga horária de até 18 horas por dia, e um salário inferior ao do homem (Kuhner, 1977). No entanto, apesar de um número significativo de mulheres ocupando as fábricas, é válido esclarecer que à medida em que se avançava a industrialização, elas foram expulsas das fábricas e sendo substituídas pela mão de obra masculina.

Por outro lado, as primeiras instituições destinadas a educar as mulheres apareceram na primeira metade do século XIX com evidentes especializações de gênero. A primeira lei que ratifica o direito da mulher à instrução foi em 1827, no entanto, se referia apenas à educação primária, onde, naquela época, as disciplinas tinham um forte conteúdo de moral cristã e social. Esse tipo de educação das mulheres reforçava os papéis de mãe e esposa. A educação secundária feminina ficava restrita quase exclusivamente ao magistério, isto é, à formação de professoras para os cursos primários. As mulheres continuaram excluídas dos graus mais elevados de instrução durante todo o século XIX e início do século XX (Leone; Portilho, 2018).

Assim, decorrente da Proclamação da República, surge a Constituição de 1891. Esta declara a igualdade de todos perante a lei e que todos os cidadãos maiores de 21 anos têm direito ao sufrágio. Acreditando estarem incluídas no termo “cidadãos” e por mais uma vez não terem sido nominalmente excluídas, as mulheres pensam que estavam incluídas no direito ao voto. Contudo, isso mostrou-se uma crença equivocada. O dever da mulher como mãe e esposa mais uma vez é utilizado como argumento para excluí-las da cidadania, a inclusão no espaço público poderia atrapalhá-las na maior de sua vocação: o cuidado do lar e dos filhos e isso poderia ser o fim da família brasileira (Colling, 2017).

A partir do século XX, tem-se que, juridicamente, a mulher deve ser subalterna ao marido, saindo do controle paterno para o controle marital. A exemplo do Código Civil Brasileiro de 1916, em seu art. 233, há o reconhecimento do homem como chefe da sociedade conjugal e a mulher como colaboradora e coadjuvante. O pátrio poder estava na mão do homem. A ele o ato de prover, à mulher os cuidados da casa. Ele era responsável por administrar seus bens (art. 234) e a maioria de seus atos deveriam ser autorizados pelo marido (art. 242). Essa concepção é herdada do Código Napoleônico em que as mulheres são vistas juridicamente como menores, submetendo-as ao pátrio poder, as tornando incapazes e menores, assim, dependentes do marido. Dito isso, vê-se a instituição legal que imputa os lugares a serem ocupados pelo homem e pela mulher (Colling, 2017; Rezende *et al.*, 2024). Além disso, até a década de 1980, os crimes cometidos em defesa da honra e a violência contra a mulher eram práticas comuns e naturalizadas, resultado das concepções patriarcais presentes no Código Civil.

Nesse paradigma, o Brasil vivenciou a Revolução Constitucionalista de 1932, que trouxe avanços importantes para as mulheres que trabalhavam fora de casa. Assim, foi estabelecido que todo trabalho de igual valor deveria receber salário equivalente, sem distinção de sexo. Como observado a seguir:

Art. 1º. Sem distinção de sexo, a todo trabalho de igual valor correspondente salário igual.

Art. 2º O trabalho da mulher nos estabelecimentos industriais, comerciais, públicos ou particulares, é vedado desde 22 horas até 5 horas.

O decreto de nº 21.417, de maio de 1932, também proibiu o trabalho noturno feminino, exceto em profissões que não exigiam maior esforço físico, como telefonista. Além disso, a mulher gestante deveria ser afastada 4 semanas antes e depois do parto, e poderia romper com o contrato de trabalho sem qualquer obrigação em caso de gravidez. Assim, durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), existia um limite de peso que a mulher poderia carregar durante o trabalho, justificando-se por possuir menor força física que o homem e a não contratação de mulheres.

Nesse período, Getúlio Vargas decretou a concessão do voto feminino a partir da edição do Código Eleitoral. Tal medida visava a tentativa de modernização do país, visto que várias nações mais desenvolvidas já tinham realizado essa concessão. Contudo, o decreto-lei 21.076, sancionado por Vargas, esbarrava no Código Civil ainda vigente, diante disso foi imposto que as mulheres casadas só poderiam ser eleitoras se fossem independentes financeiramente e com a autorização do marido (Colling, 2017).

No entanto, essas importantes conquistas não vedaram algumas formas de exploração que ainda duraram muito tempo, à mulher ainda continuaria a laborar em jornadas de 14 a 18 horas com diferenças salariais exorbitantes, com a justificativa de que o homem era o mantenedor do lar, assim, não era necessário pagar um salário maior à mulher. A rotina da mulher dentro das fábricas, de acordo com Rago (2017), além de enfrentar baixos salários e péssimas condições de trabalho, ainda eram vítimas de assédio sexual. As que buscavam participar dos sindicatos eram mal vistas e, por várias vezes, até o direito de comer, lhe era negado.

Entre as mulheres negras a situação ainda é pior, após a abolição do trabalho escravo, em 1888, quando as famílias negras, recém-liberadas da escravidão e relegadas à miséria, passaram a buscar formas de inserção no trabalho remunerado. As principais formas encontradas estiveram relacionadas ao trabalho doméstico realizado pelas mulheres, tendo em vista as maiores dificuldades vivenciadas pelos homens negros para se inserir no trabalho. É

assim que, desde a abolição da escravatura, a entrada das mulheres no trabalho remunerado se dá em atividades voltadas ao cuidado das famílias, sobretudo de crianças, enfermos/as e idosos/as. Com ela, multiplicam-se os trabalhos remunerados em casas de família, de babás, cozinheiras, lavadeiras, passadeiras, cuidadoras, empregadas domésticas, etc. Esse tipo de inserção no trabalho passará a orientar a entrada das mulheres em atividades relacionadas aos cuidados, de uma forma geral, com sérias repercussões nos modos de remuneração, na (des)valorização de seu trabalho e nos direitos a eles associados, bem como nas condições de trabalho, deixando a marca indelével da precariedade no trabalho feminino remunerado (Leite, 2023, p. 13).

Com as mudanças políticas, econômicas e sociais ocorridas no país após a Revolução de 1930 e a promulgação da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) em 1943, as mulheres pobres, brancas e, principalmente, as negras, continuaram a se inserir em atividades de trabalho remuneradas associadas ao trabalho de cuidado, raramente conseguindo acessar os direitos trabalhistas e previdenciários reconhecidos a partir de então (Leite, 2023). Embora tenha havido avanços com a promulgação da Lei Complementar nº 150/2015, que regulamenta o contrato de trabalho doméstico e estende a essa categoria direitos trabalhistas como: a inclusão do empregado doméstico no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), seguro-desemprego, salário-família, adicional noturno, 13º salário, férias com acréscimo de 1/3, licença-maternidade e paternidade, aviso prévio, proteção contra a dispensa arbitrária ou sem justa causa da gestante e a jornada padrão de 8 horas diárias e 44 horas semanais, com a possibilidade de horas extras de no mínimo 50% a mais do valor da hora normal (Brasil, 2015).

Em meados dos anos 60 as mulheres passaram a apresentar taxas crescentes de participação no mercado de trabalho. Houve uma confluência de fatores e de novas posturas culturais e ideológicas na sociedade que influíram na decisão das mulheres pelo ingresso na atividade econômica. Um fator importante foi a intensa redução do crescimento demográfico ocorrido de forma simultânea à ampliação da participação da mulher no mercado de trabalho. A pronunciada queda da fecundidade vivenciada pelas mulheres facilitou sua entrada no mercado de trabalho, que por sua vez, reforçou o declínio da fecundidade (Bruschini; Puppini, 2004; Leone; Portilho, 2018). Atualmente, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio dos dados do Censo Demográfico de 2022, apresentou um panorama detalhado das significativas transformações na população brasileira. Um dos pontos mais relevantes é a queda na Taxa de Fecundidade Total (TFT). Em 1960, a média era de 6,28 filhos por mulher, mas o número baixou para apenas 1,55 em 2022, uma queda de aproximadamente 75,3%.

Nesse paradigma, o envelhecimento da população brasileira também se tornou evidente, com o aumento da expectativa de vida das mulheres e, consequentemente, um maior percentual de viúvas. Além disso, outro fator relevante foi o crescimento do número de famílias chefiadas por mulheres, que ao final do século, representavam 26% do total das famílias brasileiras (Bruschini; Puppín, 2004). Em 2022, das 72.522.372 unidades domésticas do Brasil, 49,1% tinham como principais responsáveis as mulheres. A proporção representa uma mudança importante em relação ao Censo de 2010, quando o percentual de homens responsáveis (61,3%) era substancialmente maior do que o percentual de mulheres (38,7%) (Brasil, 2022).

Para Bruschini e Puppín (2004), além dessas transformações demográficas, mudanças nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel social da mulher alteraram a identidade feminina, cada vez mais voltada para o trabalho produtivo. Ao mesmo tempo, a expansão da escolaridade e o ingresso nas universidades viabilizaram o acesso das mulheres a novas oportunidades de trabalho. Assim, tais fatores contribuem para compreender não apenas o crescimento da atividade feminina, mas também as transformações no perfil da força de trabalho desse sexo.

A inserção das mulheres no mercado de trabalho brasileiro, ao longo do tempo, tem sido marcada pela precariedade, o que atinge importante parcela de trabalhadoras. Em 1998, nada menos que 36% da força de trabalho feminina ou dez milhões de mulheres, situavam-se como trabalhadoras domésticas, seja realizando atividades não remuneradas ou trabalhos destinados ao consumo próprio ou do grupo familiar. O emprego doméstico, ocupação feminina por excelência (90% de mulheres), absorve 17% da força de trabalho feminina, isto é, mais de quatro milhões de mulheres. E esta ocupação é considerada precária tendo em vista as longas jornadas de trabalho desenvolvidas pela maioria das trabalhadoras, pelo baixo índice de posse de carteira de trabalho e pelos baixos rendimentos auferidos. Em 1998, 76% delas não possuíam carteira de trabalho e 88% ganhavam menos de dois salários mínimos por mês (Bruschini; Puppín, 2004).

As mudanças que ocorreram na sociedade e a saída das mulheres do espaço privado para o mercado de trabalho considerado produtivo, não representam necessariamente uma divisão mais igualitária das atividades domésticas, pois essas se mantiveram como as principais responsáveis pelos trabalhos da vida privada familiar. Embora possamos constatar esse aumento nas taxas de atividade femininas, também se deve assinalar a persistência das desigualdades, tanto entre sexos, quanto entre raças e entre classes, na medida em que partimos do ponto de vista segundo o qual as relações sociais de gênero, de raça e de classe são interdependentes e indissociáveis. O exemplo paradigmático do trabalho precário é o emprego

doméstico, sobretudo o emprego de diarista, majoritariamente exercido sem vínculo empregatício, sem proteção social e sem direitos (Hirata, 1995, 2004, 2018).

Para grande parte das camadas populares mais pobres e das trabalhadoras em situação precária, o acúmulo de tarefas domésticas e profissionais é uma realidade. Muitas delas exercem atividades remuneradas no setor informal, sem proteção ou direitos sociais, enquanto outras enfrentam o desemprego. Elas “se viram” para enfrentar a procura de emprego, as atividades de cuidado dos filhos e de outros membros da família, frequentemente ampliada, e diversas atividades profissionais, em geral “bicos” (Hirata; Kergoat, 2008).

Figueiredo (2020), em um projeto de pesquisa sobre a “Prevalência de Transtorno Mental Comum (TMC) em trabalhadores que buscam emprego: um levantamento junto a mulheres desempregadas e inseridas em trabalhos informais em Corumbá e em Campo Grande” realizado entre 2013 e 2016, constatou a demanda de escuta as mulheres cadastradas na instituição da Casa do Trabalhador, devido a degradação psíquica decorrente do sofrimento social e o impedimento de expressão por meio de um trabalho formal. A pesquisa revelou que, para as mulheres, a aceitação de trabalhos precários, informais e abaixo das expectativas era justificada pela possibilidade de conciliar melhor o emprego com os cuidados com os filhos, evidenciando o atravessamento das relações de gênero nas dificuldades de (re)inserção e permanência no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo em que a entrada informal gerava uma renda, também significava uma cilada, pois não conseguiam comprovar sua experiência quando concorriam a um emprego, assim como não eram capazes de se aposentar ou receber auxílio-doença por não serem aptas a confirmar o seu vínculo trabalhista.

No Brasil, sabe-se que a organização social dos cuidados é desigual. São as famílias, e principalmente as mulheres, que dedicam longos ciclos de vida, sem que consigam acessar o mercado de trabalho ou ter um tempo de qualidade para outras áreas da vida. O trabalho Reprodutivo, dificulta ou reduz a igualdade na sua inserção ao mercado de trabalho, o que gera dificuldade de participar plenamente na sociedade. Esse trabalho é tratado como um ato de amor para justificar a não remuneração, gerando um aprisionamento das mulheres no ambiente privado. De acordo com os autores, essa realidade resulta em exaustão mental e sobrecarga, uma vez que muitas mulheres enfrentam jornadas triplas: desempenham suas atividades no trabalho formal, realizam as tarefas domésticas e ainda assumem a responsabilidade pelo cuidado afetivo e emocional dos membros da família (Fontoura, 2023; Silva; Fonseca; Costa Silva, 2025).

É importante destacar que, ainda que tardiamente, foi instituída em 2024 a Política Nacional de Cuidados (Lei nº 15.069), com o objetivo de trazer à tona o debate sobre a

centralidade do cuidado e sua valorização no âmbito das políticas públicas. Essa política compreende que o cuidado é um trabalho, uma necessidade e um direito que precisa de um olhar social e comunitário para a promoção do bem comum. O cuidado precisa ser visto como uma política pública e não mais como uma necessidade particular de algumas famílias. Assim, em um contexto de transformações, especialmente pelo envelhecimento e longevidade da população do mundo, faz-se necessário repensar a forma como o cuidado se distribui na sociedade, necessitando forjar novas formas de trabalho e rever valores organizacionais (Fontoura, 2023).

O intuito é reconhecer o cuidado como um direito humano e um dever do Estado, promovendo uma mudança cultural e estrutural na forma como a sociedade compreende o cuidado. A norma propõe redistribuir essa responsabilidade entre Estado, mercado e comunidade, por meio de um sistema universal e integrado, garantindo igualdade de direitos para cuidadores, sejam profissionais ou familiares, acesso digno a serviços para grupos vulneráveis como crianças, idosos, pessoas com deficiência, sendo a corresponsabilidade como princípio ético. Assim, a Lei 15.069/2024 representa um avanço ao afirmar o cuidado como um direito e dever de todas as pessoas, abrangendo o direito de cuidar, de ser cuidado e de exercer o autocuidado. A conscientização para que o direito ao cuidado saia do plano privado representa um avanço social na corresponsabilização social, reconhecendo a dimensão coletiva e pública (Fontoura, 2023; Maas; Matievicz, 2025).

Portanto, percebe-se que, apesar da inserção tardia e árdua da mulher no mercado de trabalho, seu papel na sociedade sempre esteve profundamente ligado ao Trabalho Reprodutivo. Historicamente, as mulheres foram responsáveis pelas tarefas domésticas, como cozinhar, limpar a casa, cuidar dos filhos e familiares, funções que, embora muitas vezes invisibilizadas, nunca deixaram de ser essenciais para o funcionamento da vida cotidiana. Assim, mesmo com a crescente participação feminina no mercado de trabalho, essas responsabilidades continuaram a ser um fardo desproporcionalmente atribuído a elas, refletindo uma divisão de trabalho desigual que persiste até hoje.

3. AFINAL, O QUE É O TRABALHO?

Ao negar um salário ao trabalho doméstico e transformá-lo em um ato de amor, o capital matou dois coelhos com uma cajadada só. Primeiramente, ele obteve uma enorme quantidade de trabalho quase de graça e assegurou-se de que as mulheres [...] procurariam este trabalho como a melhor coisa da vida.³

No Livro *O Capital*, capítulo V, Marx define que o trabalho é um processo que envolve o ser humano e a natureza, ou seja, um processo em que o ser humano, com a sua ação, regula e controla seu metabolismo com esta. Põe em movimento o seu próprio corpo, com o objetivo de apropriar-se dos recursos da natureza. Nessa dinâmica, o ser humano modifica a natureza e a si mesmo (Marx, 2014). O trabalho, por sua vez, é um elemento comum de todas as épocas da história humana. Porém, é preciso perceber que este algo em comum é ele próprio multiplamente articulado, cindido em diferentes determinações. Algumas características são comuns a todas as épocas, posto que seria impossível imaginar o trabalho humano sem elas, mas outras não o são. É fundamental que não se perca de vista as diferenças essenciais entre os diferentes períodos da história, sob o risco de naturalizar-se aquilo que é singularmente histórico da nossa sociedade (Knust, 2019).

Para compreender as nuances do trabalho, é necessário narrar a trajetória do trabalho, primordialmente na ênfase no modo de produção capitalista e as suas características, para entender como essas relações hoje são afetadas. Socialmente, o conceito de trabalho tende a ser compreendido apenas como um processo histórico e social determinado pelos modos de produção da sociedade, baseado na Revolução Industrial, composto por uma troca heterogênea: “o tempo trocado por remuneração, o tempo de vida vendido” (Dorna; Muniz, 2018, p.3). Para Negri e Hardt (2004), o conceito de trabalho faz referência ao problema do "valor". De fato, é perceptível que o modo como utiliza-se esse conceito entende-se que o trabalho é uma prática que somente produz valor.

Um ponto que deve ser mencionado diz respeito ao que Marx nomeou de trabalho necessário que se divide em dois componentes. Um deles, podemos chamar de componente social do trabalho necessário que está ligado ao trabalho excedente no processo de produção capitalista. Em outras palavras, a jornada de trabalho no emprego capitalista inclui uma certa quantidade de tempo durante o qual o trabalhador produz valor equivalente ao valor das

³ (Federici, 2019, p. 44).

mercadorias necessárias para a reprodução da sua força de trabalho. Esse é para Marx o trabalho necessário do trabalhador. Por outro lado, Marx não identificou um segundo componente do trabalho necessário, o qual pode-se chamar de componente doméstico do trabalho necessário. O trabalho doméstico é a parte do trabalho necessário realizado fora da esfera da produção capitalista. Ou seja, para que a reprodução da força de trabalho ocorra, tanto o componente doméstico como o social do trabalho são requeridos (Vogel, 2022).

Partindo desse pressuposto, a presente pesquisa demonstra que há uma necessidade de revisitar o conceito de trabalho, ao passo que a sua definição extrapola as concepções difundidas no imaginário social.

De outro modo, o conceito de trabalho que se busca difundir é por uma perspectiva ampliada, ressignificando e compreendendo o trabalho em sua complexidade, atribuindo também as dimensões sexual e psicológica, sem reduzir a dimensão remunerada. É importante frisar que o trabalho preenche parcela significativa da existência e, em sua natureza ambígua, pode ser símbolo tanto de prestígio e realização, como de castigo e punição (Grint, 1998). Dessa forma, de acordo com Kergoat (2018), o trabalho deve ser entendido no sentido amplo, enquanto trabalho profissional e trabalho doméstico, enquanto trabalho informal e trabalho formal, enquanto trabalho remunerado e não remunerado. Pois, para as mulheres, o trabalho não se reduz ao trabalho produtivo: trabalhar é também assegurar os cuidados às crianças, se ocupar da casa, etc. Assim, “para uns, o trabalho, trata-se de uma relação social (tipicamente: uma relação salarial), para outros, trata-se sobretudo do emprego, para outras ainda, trata-se de uma atividade de produção social e etc” (Dejours, 2012, p. 24).

Segundo Negri e Hardt (2004), a explicação das práticas reconhecidas como trabalho, não é estabelecida de uma vez por todas, é determinada histórica e socialmente. Algumas linhas de pesquisa e de prática feminista baseadas em uma análise da divisão sexual do trabalho revelaram formas diferentes de trabalho familiar além do trabalho afetivo, de tratamento e do trabalho doméstico, que tradicionalmente eram consideradas dever das mulheres. Tais pesquisas esclarecem como essas atividades produzem as redes sociais e a própria sociedade. Hoje, essas práticas que criam valor podem e devem ser reconhecidas como trabalho.

Analizada pela lente feminista, a definição do conceito “trabalho” se expande para além das pessoas que recebem salário, porque considera como “trabalhadoras e trabalhadores” todos aqueles que experimentam situações de exploração e opressão, estejam ou não inseridos em uma relação remunerada, dentro ou fora do terreno da fábrica. Atualmente, a disputa sobre as formas de trabalho é essencial, pois a tensão entre essencialidade, reconhecimento e remuneração tornou-se uma pauta central do feminismo, refletida nas convocações das recentes

greves internacionais de mulheres. Essa discussão busca ampliar o conceito de trabalho, enfocando a reprodução social e transformando essas questões em reivindicações políticas concretas (Cavallero; Gago, 2024).

É importante ressaltar que o trabalho doméstico não é definido como trabalho, diferente do que é compreendido nesta pesquisa. O conceito de trabalho é majoritariamente utilizado no sentido restrito ao chamado “trabalho produtivo” nas relações capitalistas, e isso significa trabalho que produz mais-valia. Por isso, embora sejam as mulheres que também desempenhem este trabalho que produz mais-valia, o conceito de trabalho é dotado de uma marca masculina, pois as mulheres são definidas tipicamente no capitalismo como donas de casa, ou seja, como não trabalhadoras (Mies, 2016). Mesmo se as doxas marxista e economista tenham reduzido o trabalho apenas à produção mercantil, isso não impede que, atendo-se aos textos, toda atividade verdadeiramente humana seja “trabalho” (Kergoat, 2018). Haja vista que, “o mundo é trabalho. Quando Marx reconheceu o trabalho como substância da história humana, talvez tenha cometido um erro, não por ter avançado demais, mas por não ter ido longe o bastante” (Negri; Hardt, 2004, p. 24). Rezende *et al.*, (2024) destacam que as concepções como “a mulher é a rainha do lar” ou “o homem é o provedor da casa” reforçam a naturalização dos papéis sociais tradicionalmente atribuídos a mulheres e homens.

Por isso, o mais importante fenômeno de transformação do trabalho nos últimos anos foi a passagem ao que definimos como “sociedade-fábrica”. A fábrica não pode ser idealizada como o espaço da concentração do trabalho e da produção, haja vista que os processos do trabalho ultrapassaram os muros das fábricas e atingiram toda a sociedade. Em outras palavras, o declínio da fábrica como lugar de produção não significa o declínio do regime e da disciplina da fábrica, mas que essa disciplina não se limita mais a um espaço específico dentro da sociedade (Negri; Hardt, 2004).

Portanto, para além da revisão conceitual do trabalho, também é importante refletir sobre os sentidos do trabalho, compreendendo-o como categoria que articula dimensões materiais, simbólicas e afetivas. Assim, o trabalho é apreendido como uma atividade carregada de sentido que mobiliza o seu fazer, que implica o fato de trabalhar “[...] os gestos, o saber-fazer, o engajamento do corpo, a mobilização da inteligência, a capacidade de refletir, de interpretar e de reagir à diferentes situações; é o poder de sentir, de pensar e de inventar, etc.” (Dejours, 2012, p. 24). Não se configura, portanto, em meras ações mecânicas desenvolvidas no tempo e espaço que operam para obtenção monetária, antes disso, o trabalho se trata de engajar o corpo e a subjetividade, com responsabilidades e sentidos, direcionado ao cuidado de algo ou de um ser.

O trabalho é, segundo a Organização Internacional do Trabalho - OIT (2009), um dos meios pelos quais os benefícios do desenvolvimento econômico e social se materializam e chegam às pessoas. Assim, a atividade laboral, seja ela assalariada ou por conta própria, institucionalizada ou informal, coletiva ou individual, presencial ou virtual, em espaço/tempo tradicional ou na modalidade teletrabalho, continua ocupando um lugar central na produção da riqueza, na construção da identidade dos indivíduos, no delineamento das condutas e, consequentemente, nas relações sociais.

De um modo histórico, nas comunidades, há milênios de anos, a economia priorizava as atividades de caça e coleta de frutos. Ou seja, a compreensão do trabalho era voltada somente para a necessidade de sobrevivência. Nas sociedades grega e romana, a concepção de trabalho surgiu com a filosofia clássica e o regime escravista, no qual os senhores dominavam a vida dos escravos. O trabalho era atribuído exclusivamente a estes últimos, sendo considerado desgastante e reservado às classes inferiores. Além disso, gregos e romanos atribuíam baixa importância ao trabalho, valorizando, em contrapartida, o ócio (Borges, 1999). Ademais, segundo Ribeiro e Leda (2004), na Grécia Antiga, o trabalho era desprezado pelos cidadãos livres. Platão considerava o exercício das profissões vil e degradante.

É interessante frisar que a Mitologia Grega é rica em exemplos relativos às atividades dos deuses. Não foram raros os casos em que o trabalho foi imposto pelos deuses como um castigo aos erros dos seres humanos. De acordo com Bulfinch (2002), a exemplo de Sísifo, condenado a empurrar uma pedra até o cume de um monte:

Sua tarefa consistia em rolar uma enorme pedra até o alto de um morro, mas quando já se encontrava bem avançado na encosta, a pedra, impelida por uma força repentina, rolava de novo para a planície. Sísifo a empurrava de novo morro acima, coberto de suor, mas em vão (p. 321).

Por esse motivo, até hoje usa-se a expressão “Trabalho de Sísifo” para significar qualquer tarefa inútil e destituída de sentido (Ornellas; Monteiro, 2006).

Na antiguidade, os indivíduos tinham uma visão negativa sobre o trabalho, pelo fato dele simbolizar tortura, além de ser um dever ou uma obrigação. Embora não existisse a valorização da atividade laboral, esta tinha a sua função, era útil, pois era um meio de satisfação das necessidades do homem (Araújo; Sachuk, 2007).

Nos primeiros tempos do cristianismo, o trabalho era visto como tarefa penosa e humilhante, como punição para o pecado. Ao ser condenado, Adão teve por expiação trabalhar para ganhar o pão com o suor do seu próprio rosto (Ribeiro; Leda, 2004). No Jardim do Éden, o trabalho realizado por Adão, estava atrelado ao cuidado e cultivo do jardim, sendo uma tarefa

prazerosa que fazia parte dos planos de Deus. Entretanto, após a desobediência de Adão e Eva, a terra foi amaldiçoada, fazendo do trabalho uma tarefa difícil, intensa e árdua.

Com a queda do Império Romano, teve início o período feudal, no qual a sociedade medieval se organizou em feudos⁴. Nesses feudos, os camponeses eram responsáveis pela produção de alimentos e estavam ligados ao senhor feudal por um laço servil. Assim, na Idade Média, a visão sobre o trabalho refletiu a transição do período, por isso ora foi exaltado, glorificado, ora foi punido como um pecado. Nessa época, o trabalho não favoreceu a ascensão social dos indivíduos, uma vez que a posição social era uma determinação divina, de acordo com a igreja católica. Com o fim da escravidão, foi possível o livre contrato e depois o regime assalariado, mudando o lugar do trabalho na vida das pessoas, em que este começa a ficar central (Anthony, 1977). Trabalhadores, instituídos juridicamente na sociedade medieval na condição de servos (a maioria), vassalos, escravos, camponeses e trabalhadores livres produziam bens de consumo para dar conta de suas necessidades. Ao mesmo tempo, os trabalhadores servos, em especial, tinham que cumprir a obrigação legal de pagar tributos ao seu senhor e dízimo à Igreja. Se não bastasse tal grau de subordinação e deveres, jamais poderiam reclamar das terras concedidas pelos senhores feudais, independente das condições de fertilidade encontradas (Pirenne, 1982).

A concepção de trabalho como fonte de identidade e autorrealização humana, foi constituída a partir do Renascimento. O trabalho passa, então, a possuir um significado intrínseco, onde as razões para realizá-lo estão nele próprio, e não em fatores externos ou em suas consequências. A partir dessa época, uma outra visão passou a vigorar, concebendo o trabalho não mais como uma ocupação servil. E longe de escravizar o homem, entendeu-se que o labor propicia o seu desenvolvimento, preenche a sua vida e transforma-se em condição necessária para a sua liberdade (Albornoz, 1994; Ribeiro; Leda, 2018).

A concepção moderna de trabalho originou-se atrelada à economia de mercado concorrencial. Nessa ambiência, o trabalho passou a ser descrito como mercadoria, ou seja, como meio de se alcançar o sucesso econômico. Este se tornou uma atividade, por um lado, desafiante, dignificante e fornecedora de benefícios; por outro lado, o trabalho era descrito também como alienante, explorador e discriminante, pois estava pautado na disciplina, na sistematização e na padronização. Era uma atividade supervisionada por indivíduos que cobravam submissão, o poder se justificava na propriedade, no comando das coerções e no domínio do saber. Na contemporaneidade, o conceito de trabalho se expandiu, indo além da

⁴ Feudos são propriedades de terra pertencentes aos chamados senhores feudais

mera subsistência financeira. Hoje, a atividade laboral é percebida não apenas como um meio de sustento, mas também como uma via para a realização pessoal, estruturação da identidade e a busca pelo prazer (Araújo; Sachuk, 2007; Borges, 1999).

Segundo Schwartz (2011), a cultura moderna tende a limitar o conceito de trabalho ao modelo consolidado pela Revolução Industrial e pelo sistema de assalariamento, reduzindo-o ao tempo dedicado em troca de remuneração. Essa definição permite separar o "trabalho" do que está "fora do trabalho" (como o lazer) ou do "não trabalho" (como o desemprego), distinguindo as esferas socioprofissional e privada. Foi com base nessa troca, que desde o início se mostrou amplamente desigual, que se estruturaram as classes sociais, os movimentos sociais e a experiência da exploração. A partir do século XIX, as lutas, as contradições sociais e as dinâmicas de poder político passaram a se organizar amplamente em torno dessa visão comercial do trabalho.

Portanto, segundo Ribeiro e Leda (2018), o trabalho humano é uma atividade complexa, multifacetada, polissêmica, que não apenas permite, mas exige diferentes olhares para sua compreensão. Por isso, o trabalho é impregnado de toda uma subjetividade, inserido em um contexto econômico, político e social com tantas diversidades, levando os indivíduos a terem vivências bastante distintas. Além disso, para Rezende *et al.*, (2024), em uma sociedade ocidental e capitalista, o Trabalho Reprodutivo pode ser compreendido como um serviço de natureza contínua e de finalidade não lucrativa e lido estruturalmente como um trabalho associado às mulheres.

3.1 "*Trabalho, eu acho que sou eu me doar*": os sentidos do Trabalho Reprodutivo

Emprega-se “sentido do trabalho” como um fator que é construído por cada indivíduo, através de variáveis pessoais e sociais em um dado momento histórico de cada um. Para Antunes (2005), o alcance de uma vida cheia de sentido, em todas as esferas do sujeito, está diretamente relacionado com um trabalho dotado de sentido.

Leontiev (1978) diferencia os termos sentido e significado, compreendendo este último como um produto da realidade objetiva, independente da relação que o indivíduo estabelece com ela. Isto é, o homem encontra um sistema de significações pronto e apropria-se dele. Entretanto, apesar da categoria sentido remeter ao individual e o significado ao construído historicamente, o sentido que o trabalhador atribui à sua atividade é criado na vida pelas relações objetivas que se estabelecem entre os indivíduos e está estritamente imbricado ao

processo coletivo de significação do trabalho, determinado pelo contexto histórico, econômico, cultural e social.

Para Blanch (2003), as condições do trabalho estão relacionadas às circunstâncias nas quais ele ocorre e os sentidos remetem aos diferentes valores e concepções sobre o trabalho. Nessa direção, o sentido do trabalho diferencia-se em três posições: a primeira, polo negativo, onde o trabalho é representado como maldição, julgo, castigo; na segunda, no centro do contínuo as representações do trabalho se reduzem a sobrevivência material; e no polo positivo, o trabalho é visto como missão, valor, vocação, fonte de autorrealização e satisfação.

Para as entrevistadas, o trabalho é uma forma de estruturar a vida e, ao mesmo tempo, é atravessado pela ideia de “servir”. Assim, o trabalho ocupa um lugar marcante que vai além de uma simples característica humana, sendo uma categoria central na estruturação do ser social. Ou seja, mais do que garantir o sustento financeiro, a atividade laboral possui múltiplas representações na vida do sujeito. Além disso, associam o trabalho ao cuidado e à dedicação à família, atribuindo uma dimensão afetiva, ainda que extenuante. E que o trabalho é uma condição de sobrevivência, atrelado a ideia de necessidade de organização. Seguem os relatos:

*O trabalho ao meu ver, ele dignifica a pessoa, eu acho que ele apesar de não ser remunerado, mas é algo que eu vejo que eu não sou inútil, então é o que dá significado à vida, a gente tá servindo, tá em utilidade, eu vejo por esse lado. Quando falo em trabalho no meu caso, falando de mim, né? **Eu vejo que não é remunerado, que eu faço isso todos os dias, mas que não é remunerado, quando eu falo também no trabalho eu vejo que é servir é como se eu fosse um funcionáriozinho, entendeu?** (ANA, grifo nosso)*

*Eu gosto dessa função dentro de casa porque eu quero manter a minha casa organizada, **eu gosto de dar uma boa atenção a minha família**, entende? Então eu me sinto grata em poder exercer essa função dentro de casa, **é gratificante, porém cansativo** (MARIA, grifo nosso).*

***Trabalho para mim é um modo de sobrevivência**, todo mundo tem que trabalhar para sobreviver, né? Eu gosto de manter as coisas arrumadas e fazer as minhas tarefas de casa (SARA, grifo nosso)*

Além disso, os relatos de Ana, Maria e Sara também revelam que existe um aspecto superegoico em relação aos trabalhos de cuidado que o leva para o lado da moralidade. Aquelas que devem cuidar, cuidam estando a serviço do outro. Um cuidar que é um dever, sacrifício, abnegação e entrega, que tem a culpa como base, fazendo do trabalho de cuidado uma servidão. É importante frisar que servir diz também sobre se adequar, produzir e estar abaixo daquele ou daquilo a que se serve. Portanto, há uma hierarquia de deveres e lugares que justifica a própria servidão (Moreira, 2023). Ainda sobre essa questão, segue o relato de Júlia:

*Trabalho, eu acho que sou eu me doar. Fazer as coisas que eu sei que tem para fazer, eu estou trabalhando. **Ajudando quem está precisando**, eu tenho que fazer essas coisas, o trabalho de casa. **Trabalho pra mim significa tudo, eu preencho o meu espaço, porque eu não tenho nada para fazer**, porque eu não vou ficar sem fazer nada em casa. **Então eu cuido da casa e ajudo a minha família** (JÚLIA, grifo nosso)*

O discurso de Júlia traz à tona essa concepção marcante do trabalho como uma doação de si. O Trabalho Reprodutivo não aparece apenas como um conjunto de tarefas, mas como um modo de existir e preencher o cotidiano. Essa ideia, reforça a naturalização histórica do papel feminino como cuidadora e mantenedora do funcionamento familiar. A ideia de “servir” como função moral e social traz uma dimensão de culpa e sacrifício, que na maioria das vezes é sustentada por uma hierarquia de deveres e afetos. E isso também comparece nos discursos de Clara e Sara:

*Graças a Deus hoje eu tenho uma pessoa que é o meu esposo que ultrapassou uma barreira, ele quebrou uma fronteira, **hoje ele tem a compreensão de que ele faz parte da casa e que ele faz parte desse cuidado também**. Então hoje eu consigo compartilhar o trabalho doméstico com ele. Mas, pouco tempo atrás não, **eu tinha a ideia de que o trabalho era exclusivo da mulher, ainda mais na minha condição de não contribuir financeiramente**, eu tinha mesmo essa ideia, como sendo **a minha obrigação**, que eu tinha que dar conta de tudo e da melhor forma possível, **com a sobrecarga, eu quase adoeci mentalmente**. Aí eu coloco a participação da minha terapeuta que foi essencial, porque eu já estava assim no nível de pensar besteiras, estava nesse patamar, e fui me dando conta, **eu estava em exaustão [...]** e apesar de hoje eu saber que é algo compartilhado, é cultural né, **a gente cresce e aprende que a mulher tem que cuidar da casa** (CLARA, grifo nosso).*

*Eu sempre quis ser mãe, orei muito por isso. Chorei, porque o meu primeiro filho eu perdi. E depois eu não conseguia ter outro e pensava que eu não ia ter devido a médica dizer que eu tinha endometriose. **E um dia, a família do meu marido ficava falando e cobrando “ah, nunca vai ter um filho” e isso me magoava muito**, porque eu queria ter (SARA, grifo nosso)*

Na fala de Clara observa-se uma internalização da ideia de que o cuidado da casa e da família se constitui como obrigação feminina. De modo semelhante, Sara expressa a maternidade como núcleo simbólico da realização feminina, revelando a persistência de um imaginário que associa o valor da mulher à capacidade de gerar e cuidar. Tais discursos dialogam diretamente com o recente movimento das TradWifes, popularizado no TikTok e Instagram. Esse grupo de mulheres, inspirado em ideais dos anos de 1950, valoriza um estilo de vida centrado no lar, na submissão ao marido e na recusa às conquistas feministas ligadas à autonomia e ao trabalho fora de casa. Um dos perfis com mais de 90 mil seguidores é da norte-americana Estée Williams, que viralizou produzindo conteúdo de receitas, rotinas domésticas e o motivo de ter escolhido viver como uma Tradwife. De acordo com os perfis, Tradwife é uma

mulher que prefere ter um papel tradicional no casamento, incluindo a crença de que o lugar da mulher é na esfera privada.

Por outro lado, que o cuidado seja necessário, isso não faz dele um dever. É a imposição moral que acomete os corpos de forma generificada que acaba por fazer do cuidado uma labuta e um estorvo (Moreira, 2023). Para Clara, Maria e Dora, o trabalho se apresenta de forma negativa, sendo vivenciado como algo penoso e repetitivo, relevando as dimensões de exploração, ausência de reconhecimento e desgaste físico e mental. Seguem as falas:

Trabalho para mim é algo penoso, é algo que realmente nós temos que colocar a nossa força corporal ou psíquica, né?. Mas nessa configuração de hoje, o trabalho para mim é sinônimo de penosidade. O trabalho doméstico é assim, escravocrata. Porque é o tempo todo, o tempo inteiro tem trabalho doméstico, ainda mais com criança, tu limpa aqui e vira já está tudo bagunçado novamente e o trabalho do cuidado é algo desumano, para mim é desumano (CLARA, grifo nosso)

Trabalho é um conjunto de coisas que a gente desenvolve durante um dia e eu acredito que o trabalho doméstico é um dos mais pesados que a mulher exerce. Não apenas dentro de casa, se eu trabalhasse fora como empregada doméstica, é praticamente a mesma tarefa. É a mesma quantidade de atividades que a gente faz durante um dia dentro da nossa casa ou fora, seria o mesmo percentual, porque é pesado, trabalho doméstico é cansativo (MARIA, grifo nosso)

Trabalhar para mim é... no dia a dia aqui de casa eu acho cansativo, pois todo dia é a mesma coisa. Eu levanto, lavo louça, varro casa. No outro dia a mesma coisa, eu acho isso cansativo (DORA, grifo nosso)

Assim como Clara descreve o trabalho doméstico como escravocrata, desumano e infinito, destacando o caráter exaustivo das tarefas domésticas e de cuidado. A canção “*Cotidiano*”⁵ de Chico Buarque ilustra a repetição da vida organizada pelo trabalho da seguinte forma: “Todo dia ela faz tudo sempre igual; Me sacode às seis horas da manhã; Me sorri um sorriso pontual; E me beija com a boca de hortelã”. Aqui, o “fazer tudo sempre igual” representa uma crítica sutil ao ciclo repetitivo do trabalho doméstico, invisível e naturalizado. Revelando a exaustão emocional e simbólica da vida organizada em torno do servir.

Maria, Clara e Dora relatam a dor de um trabalho que é invisível e desvalorizado, especialmente o trabalho doméstico e de cuidado, feito majoritariamente por mulheres, diante das condições em torno do servir. E o caráter monótono e cíclico desse labor, com uma rotina cansativa, é marcada pela impossibilidade de conclusão do trabalho. É fato que:

Todas as discussões sobre o trabalho feminino invisível evocam a noção de trabalho para apontar sua utilidade, relevância, necessidade de ser assalariado, dificuldades para o exercício, por aí vai. Fora o fato de ser mal valorado socialmente, haveria outro

⁵ Música - Cotidiano - Canção de Chico Buarque (1971)

problema, o de ser um trabalho pelo meio do qual dificilmente alguém poderia se realizar: primeiro, por não ter fim e segundo, por se configurar nos níveis dos afetos e do cotidiano, como obrigação (Moreira, 2023, p. 152).

Sobre isso, é relevante citar que na sociedade contemporânea, as pessoas somente são merecedoras de respeito se desempenham atividades necessárias à manutenção do fluxo do capitalismo. A inserção social pela via do trabalho assalariado, é o caminho tradicionalmente aceito. Os indivíduos sem trabalho, sob a lógica do capital, não são dignos, não têm valor. Dessa forma, terminam por engrossar o contingente populacional dos incluídos à margem. Eles se colocam na periferia da sociedade, tornando-se vulneráveis a um doloroso processo de discriminação que, inevitavelmente, desestrutura seus laços sociais e afetivos (Castel, 2001).

Por isso, a fala de Laís revela uma percepção ambivalente acerca do trabalho, reconhecendo nele tanto o prazer quanto o desgaste. Ao afirmar que:

O trabalho é algo que é trabalhoso, que tem suas dificuldades. Às vezes o trabalho é prazeroso, mas é cansativo (LAÍS, grifo nosso)

Esse relato evidencia o caráter contraditório dessa experiência: o trabalho comparece como espaço de realização e, simultaneamente, de esgotamento. Dessa forma, a multiplicidade de sentidos carregada pela categoria trabalho decorre desta atribuição ser um processo determinado pelo contexto histórico, econômico, cultural e social (Ribeiro; Leda, 2018). Sendo assim, a atribuição de sentido de determinada ocupação leva em conta o desenvolvimento da subjetividade dos sujeitos a partir da realização de tal atividade laboral, sendo importante destacar que a própria subjetividade afeta e é afetada por todo o contexto na qual está inserida.

4. TRABALHO (RE)PRODUTIVO: AS MULHERES SEMPRE TRABALHARAM

Quem vai fazer o arroz
 Quem vai me aconselhar
 Quem vai saber depois
 Reacender a nossa fogueira
 Quem vai cuidar de mim
 Quem vai massagear
 Quem vai flambar pudim
 Para enfeitar a nossa geladeira⁶

Em outubro de 2019, Silvia Federici veio ao Brasil para participar do seminário internacional “Democracia em Colapso?” promovido pela Boitempo. Ao falar sobre o trabalho oculto realizado pelas mulheres, a autora afirma em sua entrevista:

[...] criar crianças é um trabalho, então estávamos descobrindo que era tudo trabalho. Trabalho doméstico, criar as crianças, o sexo, isso tudo é um trabalho. Não é só um serviço pessoal, não é só algo que fazemos porque somos mulheres. Se temos útero, é o que fazemos, cozinhamos. Estávamos descobrindo que isso, na verdade, é trabalho, que é organizado assim como os trabalhos nas fábricas. Em outras palavras, o que chamamos de trabalho doméstico é parte da organização capitalista de produção. O trabalho doméstico em casa era um tipo especial de fábrica, onde em vez de produzir carros, cadeiras ou tapetes, produzíamos trabalhadores (informação verbal)⁷.

O ponto de partida é o entendimento de que mulheres e homens formam dois grupos sociais, os quais estão envolvidos em uma relação social específica, que são as relações sociais de sexo, cuja base material é o trabalho. Com base nisso, a divisão sexual do trabalho está ancorada em dois princípios. O princípio de separação, no qual haveria trabalhos convencionalmente femininos e masculinos, e o princípio de hierarquia, no qual os trabalhos masculinos teriam maior valor e prestígio do que os femininos (Grecco, 2018).

Assim sendo, separação e hierarquia, se dariam não apenas em processos de trabalho específicos, por exemplo, dentro de uma determinada fábrica. Antes de tudo, trata-se de separações e hierarquias que conformam toda a estrutura das sociedades capitalistas e sua principal característica é estabelecer o lugar da produção para os homens e o da reprodução para as mulheres. Em outras palavras, nas sociedades capitalistas ocidentais há separação e hierarquia em todo o conjunto de trabalho e isto se reflete, por exemplo, dentro das empresas, fábricas, escritórios, unidades familiares e cooperativas de trabalho (Grecco, 2018).

⁶ Música – Quem – Canção de Tíe (2020)

⁷ FEDERICI, S. Mulheres e caças às bruxas. [Entrevista cedida a Boitempo], São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EFThPuCsrls> / Acesso em 12 abril. 2025.

A partir do século XIX, com a intensificação da mercantilização da vida, ocorreu uma divisão sexual do trabalho que separou o trabalho produtivo do reprodutivo. Nesse contexto, o capitalismo designou às mulheres o trabalho de cuidado da casa e dos entes familiares, sem garantir-lhes qualquer forma de remuneração por essas atividades, apesar de serem fundamentais para a reprodução não só das famílias, mas da própria sociedade. Enquanto o trabalho produtivo, realizado majoritariamente por homens, garantia acesso a salários e aos direitos a eles associados, o Trabalho Reprodutivo, desempenhado predominantemente por mulheres, seguia oculto e desvalorizado. Dessa forma, as mulheres tornaram-se dependentes dos homens que, dedicados ao trabalho produtivo, possuíam o controle sobre os recursos financeiros e sociais (Leite, 2023).

Nesta pesquisa, entendeu-se como Trabalho Reprodutivo quaisquer atividades necessárias à reprodução social, ou seja, essenciais à manutenção da sociedade. A lista dos Trabalhos Reprodutivos é extensa. Inclui atividades relacionadas à alimentação, como planejar, preparar e servir refeições, a higiene e cuidados pessoais, como dar banho e vestir, acompanhar ou ministrar medicação, transportar crianças a escolas, brincar, supervisionar, acompanhar em atividades escolares e de lazer, transportar pessoas que necessitam de cuidados a hospitais, sessões de fisioterapia, limpar e organizar a casa, fazer compras, fazer ou providenciar reparos ou serviços de manutenção e mais tantas outras. Trabalhos Reprodutivos são a base dos trabalhos produtivos, pois, para que qualquer outro trabalho seja realizado, os trabalhos domésticos e de cuidado devem ser praticados.

Segue a tabela que compreende as diversas atividades do Trabalho Reprodutivo (diferentes atividades de cuidado e afazeres domésticos):

Quadro 2: Atividades do Trabalho Reprodutivo

	TRABALHO DE CUIDADO COM PESSOAS (ADULTOS E IDOSOS) E CRIANÇAS MENORES DE 14 ANOS
	- Alimentação e higiene pessoal, medicação, auxílio para dormir; - Transporte ou acompanhamento ao médico e exames; - Leitura, participação em atividades lúdicas e lazer; - Marcar consultas e exames; - Acompanhar em atividades escolares; - Monitorar ou fazer companhia dentro do domicílio;

	ATIVIDADES E AFAZERES DOMÉSTICOS
	- Preparar e servir refeições; - Limpeza e organização de casa; - Cuidados e consertos das roupas e sapatos; - Lavar louças; - Reparo e manutenção da casa, veículos, utensílios e outros equipamentos; - Limpar e cuidar do quintal, jardim (plantas), etc; - Fazer compras, pagar contas, contratar serviços, orientar; - Cuidado de animais domésticos.

Fonte: dados da pesquisa 2026

Apesar da extensão da lista e da essencialidade dos Trabalhos Reprodutivos, eles seguem invisibilizados. Parte significativa dos valores gerados por eles não integra os sistemas de contas nacionais; as atividades não são socialmente valorizadas e o próprio conceito do “Trabalho Reprodutivo”, ainda que muito discutido em meios acadêmicos, é pouco conhecido no debate público. E como relatado por Dora, esse trabalho é sempre realizado por ela, o que reforça a naturalização da divisão sexual do trabalho, segundo a qual o cuidado e as tarefas domésticas são atribuídos quase exclusivamente às mulheres. Por isso, ao afirmar que esse trabalho “*tinha que ser bem pago*”, Dora explicita uma percepção rara, mas potente, acerca do valor econômico e social do Trabalho Reprodutivo. Um trabalho que, embora essencial para a manutenção da vida, permanece invisibilizado e não reconhecido como tal. Segue o relato:

Dona de casa faz tanta coisa, mulher. Minha casa é pequena, mas tem dias que tá assim, entendeu?. Principalmente quando chega o final de semana que está todo mundo em casa. Dia de segunda-feira é uma bagunça. E quem vai limpar? Eu, sozinha. Eu acho que se fosse para pagar tinha que ser bem pago (DORA, grifo nosso)

Assim, a rotina desse trabalho é detalhadamente contada pelas colaboradoras desta pesquisa, seguem as falas de Ana, Clara, Maria, Sara, Laís, Dora e Júlia:

Todos os dias eu acordo por volta das 6hs, aí depois das 6h30 o meu marido já dá banho em Maria e vou dar mingau pra ela e arrumar ela pra ir pra escola. As 7h a gente sai pra escola. Umas 7h15 eu já estou retornando, quando eu chego vou tomar o meu café e antes de sair, por exemplo, já deixo um feijão de molho ou carne descongelando. Tem dias que eu deixo a máquina lavando, mas nem todo dia eu consigo fazer isso nesse intervalo de 20min. No horário de 9hs já tenho que ter feito tudo, tipo, ter lavado o banheiro até às 9hs, eu tenho que ter lavado as roupas até às 9hs, porque eu já vou fazer o almoço. Eu tenho que deixar o almoço pronto até às 11hs, porque às 11hs é o horário que vou buscar a Maria na escola. Quando retorno

da escola eu já vou olhar o que ela tem na agenda da escola. Aí já vou “Maria tira roupa para tomar banho, Maria hoje é dia de lavar o cabelo”, vou desfazer a lancheira dela, e já deixo a comida no prato porque quando ela sair do banheiro ela já tá pronta [...] Maria vai brincar, enquanto isso eu volto de novo pra rotina, eu vou lavar as louças, vou recolher a comida. Vou separar a comida de Fernando, vou encher as garrafas, vou estender roupa. As 15h30 ela tem reforço, já tenho que deixar organizado todo o material dela e o lanche, pois às 3h15 ela tem que sair. Às 17hs eu já volto para buscar, só que às vezes tem um resto de arroz de ontem na geladeira, aí hoje eu almocei esse arroz, mas o Fernando precisa levar almoço no outro dia para o serviço, então às 16hs da tarde eu faço o arroz, porque quando Maria chega às 17hs, ela quer brincar, então eu tenho que descer com ela. Eu vou subir de novo umas 19h. Aí volto de novo “Maria tá na hora do banho, escovar os dentes pra gente deitar” e vou deitar um pouquinho com ela. Maria dorme, aí sim eu vou ter um pouquinho pra mim, eu vou estudar, eu vou fazer alguma coisa que eu queira, assistir um filme ou senão só cair na cama que é o que mais desejo, esse é o dia mais tranquilo (ANA, grifo nosso)

Então hoje eu faço o café da manhã e o meu esposo também ajuda, mas como o trabalho dele é externo, acabo ficando em casa [...] eu deixo o meu filho na escola, geralmente quando não dá tempo o meu esposo deixa, e para buscar também a gente fica sempre alternando, dependendo da atividade de cada um. Nesse intervalo que ele está na escola é horário que eu vou fazer almoço, que eu vou limpar a casa e vou fazer as minhas atividades, passa tudo muito rápido e o almoço chega [...] O meu filho é autista, ele é cheio de padrões, então ainda tenho que lidar com isso nesse intervalo de meio dia. Ele faz terapia todos os dias às 14hs, então é naquela correria, eu o levo para clínica e retorno para casa, que é o horário que retomo minhas atividades, nesse horário eu limpo a casa, tem dias que eu lavo a roupa, e volto para buscar ele na clínica. E nesse intervalo tem dias que eu tenho que ir ao supermercado, padaria, farmácia e retomo com ele pra casa. Geralmente eu faço a janta, depois que a gente volta pra casa, nós jantamos juntos, é o tempo de ele bagunçar a casa de novo e é um horário que eu brinco com ele, eu realmente consigo brincar com ele nesse horário de 19hs até 20hs, mas vem a atividade de colocar para dormir e depois que ele dorme eu retomo com as atividades da casa para amanhecer organizada, eu guardo as roupas, passo as roupas, é um resumo do resumo (CLARA, grifo nosso)

Eu costumo levantar por volta de 5h30, a minha primeira tarefa do dia é fazer a refeição das meninas que trabalham fora. Depois que eu encerro esse momento, eu já preparo o café da manhã de todos e sirvo esse café, eu acordo às crianças, coloco no banho, arrumo eles, arrumo a lancheira deles e boto no carro para ir para escola. Eu tomo o meu café, já por volta das 7h30 da manhã, 20min depois eu já começo a primeira rotina do dia, que é arrumar a casa, as roupas, as camas, limpo o banheiro e logo em seguida vou lavar louça, limpo os utensílios, como o fogão, limpo a geladeira e depois já começo a preparar o almoço, para que esteja pronto por volta das 11h30, que é o horário que as crianças retornam da escola pra eu atender eles, sirvo o almoço e depois já vem a tarefa da limpeza novamente. Depois, já começo a limpeza de área, quintal, molhar as plantas, cuidar dos animais, e fazer a comida dos animais. Por volta das 15hs da tarde, eu tiro 40 min de descanso, a partir das 16hs eu já começo a preparação do jantar, já vou ajudar os meninos na tarefa da escola, sou eu que ajudo. E até as 18h da tarde é servido o jantar, eu arrumo novamente o que vou servir no outro dia, pois já deixo organizado no dia anterior para preparar o almoço das meninas. Eu costumo dormir por volta das 19h e 20h no máximo eu já estou deitada (MARIA, grifo nosso)

Eu faço o café pela manhã, depois eu cuido das galinhas, vou alimentar os bichos. Mais tarde eu vou fazer a comida, organizo toda a casa, a noite eu faço o jantar e quando finalizo eu vou descansar (SARA, grifo nosso)

Eu acordo umas 5hs, faço o café e arrumo o lanche do Pedro. Um 07h20 eu saio para levar ele na escola e quando eu volto sempre lavo a louça, tomo o meu café, limpo a casa. Depois disso eu vou fazer o almoço, às vezes eu busco ele na escola umas

11h30 quando o pai não está, depois disso ele almoça e 12hs eu vou para o curso. Quando eu chego umas 18h30 eu vou fazer as outras coisas (LAÍS, grifo nosso)

*De manhã eu faço meu café e vou levar meu neném na escola. Quando eu volto eu faço almoço, quando é 11hs eu tenho que voltar para a parada, pego ele, chegamos em casa ele vai almoçar e descansar. **Depois tem que fazer o dever de escola dele**, a tarde é a mesma coisa. Vou fazer janta, mas nem todas as vezes eu faço janta, eu não gosto de fazer. Eu também lavo a louça de novo e vou dormir (DORA, grifo nosso)*

*Eu acordo às 5h50, chamo meu neto e **faço o café**, arrumo a mesa, ele toma banho. Depois eu vou **varrer a casa**, ver as **garrafas que estão secas na geladeira**, eu **preparo o almoço**, digamos uma 9hs. Se precisar sair para comprar alguma coisa eu vou na feira, eu compro e 12h eu **sirvo o almoço**. **Depois é a mesma coisa, arrumar a cozinha e as louças**, eu descanso um pouco de tarde também [...] 6hs eu começo a **providenciar a janta**, 19h30 eu **sirvo e jantamos**, depois eu **arrumo a cozinha novamente**, tomo banho, vou assistir e dormir (JÚLLIA, grifo nosso)*

Nos relatos acima, é perceptível como a natureza desse trabalho é interminável. Mesmo nos momentos em que os filhos estão na escola, o tempo é ocupado por outras obrigações das tarefas domésticas. Por outro lado, a forma como elas narram o tempo com precisão, desde o momento que acordam até o horário de descanso, mostram que esse trabalho também é um regime que requer disciplina e produção, a partir do cotidiano e do corpo feminino.

Por isso, a teoria econômica oferece pouco ou nenhum insight sobre a relevante questão de porque o trabalho doméstico é realizado predominantemente por mulheres. No caso da economia, as análises sobre bem-estar humano normalmente se restringem à produção mercantil de bens e serviços, negligenciando os demais aspectos materiais e imateriais que garantem a reprodução humana. São quase inexistentes os estudos sistemáticos das atividades relativas ao bem-estar humano e às necessidades das pessoas, e que tratam de questões como: a reprodução dos seres humanos, o trabalho doméstico, a socialização das crianças e o cuidado com os idosos e doentes. Essas tarefas, que antes eram organizadas por meio de relações de parentesco e inseparáveis em relação a sexo e classe, são, na sociedade capitalista, tratadas separadamente e mantêm íntima relação com a situação de inferioridade da mulher no mundo atual (Melo; Castilho, 2009).

Para Melo e Castilho (2009), essas atividades são consideradas como não-trabalho, porque se confundem “produção” com “produção de mercadorias” e “trabalho” com “emprego”. Essa percepção embute uma associação linear entre a atividade masculina e a produção mercantil e a feminina a atividade familiar doméstica. Para as feministas, essa associação evidencia a invisibilidade do trabalho doméstico das mulheres. Assim, as críticas formuladas pelas feministas acadêmicas a essa ocultação do trabalho ajudaram a ampliar a discussão sobre as formas de valorizar o papel das mulheres nas duas instâncias sociais:

reprodução e produção. Esse enfoque evidencia que a plena participação das mulheres pode ser visualizada através da eliminação das limitações que as marginalizam ou as tornam invisíveis, seja nas atividades domésticas, seja nas atividades públicas e produtivas. Esses estudos revelaram a desigualdade entre o trabalho do homem, associado à produção de mercadorias, e o da mulher, responsáveis pelo ambiente doméstico. Concluíram, assim, que o termo “dona de casa” não deve ser sinônimo de esposa e mãe, mas sim de trabalho doméstico não remunerado. Para Cavallero e Gago (2024), a casa se converteu em um campo de batalha, lugar de trabalhos múltiplos, de novos usos de plataformas digitais, de incidência de dívidas domésticas e de tecnologia financeira. Assim, é fundamental problematizar o que ocorre na vida cotidiana, pois o feminismo se dedicou a desconstruir esse espaço que, por muito tempo, foi mantido como privado, familiar e campo privilegiado ao trabalho não remunerado.

É importante frisar que a produção de alimentos, produtos de higiene, roupas e moradias não são suficientes por si só. Haja vista que, é imprescindível o trabalho de preparo das refeições para que trabalhadoras e trabalhadores possam se alimentar, a limpeza das casas e a manutenção das roupas limpas, garantindo que possam ser utilizadas de acordo com as necessidades do período. Da mesma maneira, isso também se aplica à formação de novas forças de trabalho. Ou seja, não basta apenas a reprodução ou a produção de bens essenciais para a sobrevivência dessas pessoas. É indispensável um trabalho voltado para a educação, a alimentação, a higiene e, de maneira geral, os cuidados necessários para atender as demandas desses seres humanos, que representam a futura força de trabalho requerida pelo capital (Souza, 2020).

No programa Falas Femininas⁸ (2021), um especial da rede Globo, é realizado um experimento para abordar a questão do trabalho invisível das mulheres. O experimento começa com a divulgação de uma vaga para gerente em um hotel, seguida pela convocação de candidatos para uma entrevista de emprego. A função proposta é basicamente gerenciar os salários, e os candidatos homens são convidados a precificar os seguintes cargos: passadeira, recreador, arrumadeira, cozinheira, motorista e faxineira. Em seguida, a recrutadora (interpretada por uma atriz) informa que não haverá verba suficiente para remunerar todas essas funções separadamente e propõe a ideia de concentrá-las em uma única pessoa, com uma jornada de trabalho de 24 horas, sem férias e sem remuneração, exigindo ainda que a pessoa concilie esse trabalho com outra atividade remunerada. Nesse momento, os candidatos

⁸ O Programa Falas Femininas (2021), disponível no Globoplay, as apresentadoras Taís Araújo e Paolla Oliveira conduzem o espectador por experimentos com câmeras escondidas que tratam de assédio, exaustão, gaslight e outros problemas que enfrentam as mulheres.

demonstram surpresa e incredulidade diante da proposta. Em seguida, a recrutadora anuncia que entrará uma pessoa responsável por realizar esse trabalho. Então, as mães e esposas dos candidatos entram na sala, surpreendendo-os e fazendo-os perceber que essas mulheres desempenham todas essas atividades sem qualquer remuneração. Nessa perspectiva, quando se questiona para Clara, Laís e Júlia sobre “Como você acha que o seu trabalho é visto pela sua família?”, elas afirmam que:

O meu marido hoje ele tem consciência, mas se for aumentar o leque, meu pai e minha mãe, não observam. As minhas tias, minha avó, cunhada, sogra, acham que isso é normal, que tem que arrumar, tem que deixar a casa organizada, que isso é uma função da mulher. Então se eu for aumentar esse leque para a minha família, ainda tem essa percepção de que o homem tem que estar com o serviço dele e a mulher que tem que fazer as atividades da casa, na minha família ainda tem essa ideia, os meus pais eles têm essa ideia. Apesar do meu pai lavar louça, mas eu ainda percebo a minha mãe querendo colocar a comida para o meu pai, lavar o prato que ele comeu, se responsabilizar por toda a louça depois do almoço (CLARA, grifo nosso)

Eu não sei se te dizer, nunca perguntei pra eles (LAÍS, grifo nosso)

Eu acho que eles gostam, eu nunca perguntei, eles nunca falaram não (JÚLIA, grifo nosso)

Os relatos acima e o experimento da série Falas Femininas (2021), evidenciam como os afazeres domésticos são tradicionalmente atribuídos às mulheres. Esse universo é naturalizado como feminino. Há um padrão de divisão sexual do trabalho que segmenta as atividades produtivas, vinculadas ao mercado, e as reprodutivas, relacionadas aos cuidados com os seres humanos, que vão além da maternidade como fator biológico e englobam todo o trabalho doméstico (Melo; Castilho, 2009). Portanto, são as mulheres que assumem esse trabalho, muitas vezes sem contar com o auxílio de outras pessoas da própria casa para a divisão das tarefas. Isso fica evidente na fala de Ana, que relata não possuir uma rede de apoio familiar, dependendo em diversos momentos de outras mulheres que vivem no mesmo local onde ela reside. Assim, ela afirma:

Se eu precisar sair e não tiver com quem deixar Maria, eu tenho uma vizinha e uma amiga aqui no condomínio. São pessoas que me socorrem, se eu preciso de algo na rua que eu não posso levar Maria e se for um dia que dê pra elas, eu posso contar com elas, mas tem dias que elas dizem que não dá. Ontem eu tive uma consulta e eu tive que desmarcar pois eu não tinha com quem deixar Maria, eu não tenho rede de apoio então eu fico contando com um e com outro (ANA, grifo nosso).

Maria, Clara, Sara, Laís, Dora e Júlia também acrescentam sobre o auxílio que recebem dos familiares:

*Infelizmente eu não tenho, eu acredito que não seja por falta da pessoa para fazer, isso acontece porque as meninas (filhas) não têm condições de ajudar, pois elas saem muito cedo e chegam muito tarde, então é inviável ter esse tipo de ajuda. Essa ajuda de casa mesmo, tipo, eu estou lavando um prato e o outro está secando, estou limpando uma casa e o outro está lavando o banheiro, realmente eu não tenho essa ajuda. **Eu tenho uma ajuda muito insignificante**, tipo hoje, eu pedi para tirar o prato de cima da mesa e teve alguém que foi lá e fez, mas isso durante a semana é muito difícil, então eu prefiro listar que não existe essa ajuda (MARIA, grifo nosso)*

Não tenho auxílio de outras pessoas (CLARA, grifo nosso)

Ninguém me ajuda não (SARA, grifo nosso)

Não tenho ajuda (LAÍS, grifo nosso)

*Às vezes a minha filha ajuda, o meu marido também. **Mas eu que faço** (DORA, grifo nosso)*

*Aqui eu **faço só**, eu e Deus (JÚLIA, grifo nosso)*

Percebe-se que na realização desses serviços, não há folga: sábados e domingos são iguais. Mesmo as mulheres que trabalham no mercado de trabalho continuam desempenhando o papel de donas de casa. O Trabalho Reprodutivo não tem aposentadoria, as mulheres começam muito jovens e nunca deixam de fazê-lo. As mulheres com filhos pequenos acumulam essa atividade com as outras relativas à limpeza, cozinha e lavação. Claro que essas tarefas diminuem quando os(as) filhos(as) crescem e saem de casa, mas permanece a labuta, porque em cada domicílio ou família, há um conjunto de tarefas essenciais à vida das pessoas e que devem ser realizadas por qualquer um dos membros da família (Melo; Castilho, 2009). Sobre a ausência de descanso neste trabalho, a Ana relata que nos finais de semana, em vez de vivenciar momentos de lazer, estava novamente envolvida nessas tarefas que realizava ao longo da semana, se tornando visível como o cotidiano feminino é atravessado pela continuidade das tarefas reprodutivas, assim, ela descreve:

*Quando nos juntamos, apesar de na época ser só nós dois, **a gente não tinha muito isso de lazer**, nosso lazer maior era só ir até Bacabeira⁹ nos finais de semana, então para o meu marido era muito prazeroso a gente ir até Bacabeira e voltar para São Luís. **Em Bacabeira, eu ia lavar as louças, ajudar a minha mãe na comida [...]** então não era um lazer, eu já passo a semana toda fazendo isso, então o que eu quero é no final de semana não fazer isso (ANA, grifo nosso)*

Segundo a pesquisa sobre Estudos de Gênero do IBGE (2024), em 2022 as mulheres dedicaram aos afazeres domésticos e cuidados de pessoas quase o dobro do tempo dos homens. Na Região Nordeste as mulheres dedicam mais horas a essas atividades (23,5 horas), sendo

⁹ Bacabeira é um município no estado do Maranhão, situado aproximadamente 63 km da capital, São Luís.

também a região com a maior desigualdade em relação aos homens. As mulheres pretas ou pardas estavam mais envolvidas nessas atividades do que as mulheres brancas. Esse indicador é de extrema importância para dar visibilidade ao trabalho não remunerado. Especificamente no estado do Maranhão, em 2022, as mulheres dedicavam aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos mais tempo que os homens (20,6 horas contra 11,5 horas). O recorte por cor ou raça indica, por sua vez, que as mulheres pretas ou pardas (20,7 horas), no Maranhão, estavam mais envolvidas com o trabalho doméstico não remunerado que as mulheres brancas (19,9 horas).

De acordo com Pinheiro (2019):

Das ocupações exercidas por trabalhadoras domésticas, portanto, praticamente 100% se concentram entre serviços internos do ambiente doméstico, sejam estas mulheres brancas ou negras. [...] Já entre os homens, ainda que a maior parte também se identifique como trabalhadores dos serviços domésticos em geral (58%), eles estão mais presentes em atividades externas, como cuidado com hortas, viveiros, jardins e a condução de automóveis. Para eles, as atividades realizadas na parte externa do domicílio respondem por pouco mais de um terço dos empregos domésticos. Nesse sentido, mesmo quando se trata de considerar apenas as atividades domésticas, é possível perceber a existência de uma divisão sexual do trabalho que, em alguma medida, ainda separa homens e mulheres segundo a clássica divisão do mundo público (deles) e do mundo privado (delas) (p. 17-18).

Para Teixeira (2021), quando falamos sobre o trabalho doméstico não remunerado, fica evidente a desigualdade no acesso a tecnologias que poderiam diminuir o tempo dedicado a essas tarefas, uma questão diretamente ligadas à situação socioeconômica. A autora relata que em agosto de 2020, durante a pandemia, uma colega da academia, especialista em temas de diversidade, comentou em uma rede social sobre o uso de máquinas de lavar louça. Respondendo a quem questionava se o aparelho realmente lavava bem, ela disse: "*Eu amo minha máquina de lavar louças. E fico chocada quando alguém me pergunta se ela lava mesmo. KKKKK Lava, amor, melhor que você. E ainda não usa aquela esponjinha craquelenta que você deixa na pia, KKKKK*". A autora afirma que esse comentário a ofendeu, tanto pessoalmente quanto de forma coletiva. Não importa se ela estava respondendo a perguntas inconvenientes; o que importa é que milhões de mulheres, em suas casas ou no trabalho doméstico remunerado, ainda dependem dessas "esponjinhas craquelentas" para lavar a louça. Essa é uma pauta importante a ser considerada nesta pesquisa, pois, ao serem questionadas sobre o acesso a essas tecnologias e de que maneira elas auxiliam no cotidiano, as colaboradoras relatam a rotina da seguinte maneira:

Facilita demais, sem ela o meu marido vai ter que comprar outra. Vou te contar uma história, a minha máquina estava cheia de roupa e era tipo, lençol, toalhas, coisas pesadas e a máquina quebrou na hora, eu chorei tanto. Aí eu liguei pra minha vizinha, minha vizinha morava no último, eu falei, "dá pra tu botar minha roupa só pra centrifugar mulher?". Ela custou responder, eu fiquei com mais raiva ainda, eu lavei

todas as roupas na mão, aí coloquei pra estender, passou semanas fedida. Aí ele mandou consertar, depois eu pude lavar tudinho de novo na máquina normal quando consertou né. Ah, mas é uma mão na roda, acho que a maioria das pessoas conseguem viver né, mas é algo que acelera muito a nossa vida, olha eu coloco a roupa pra lavar e saio de casa e se eu for lavar a roupa na mão eu teria que ficar ali lavando, então me ajuda muito (ANA, grifo nosso).

Na minha casa anterior eu tinha apenas a máquina de lavar roupa, e quando eu me mudei eu já vim com tudo esquematizado, é impressionante, porque reduz o nosso tempo mesmo no dia a dia. Até água, o estresse que faz para fazer um pedido de água e o cara chegar na tua casa para entregar, isso demanda tempo, isso te ocupa. Então quando eu me mudei, eu comprei um purificador de água. A máquina de lavar eu não trouxe, depois que eu descobri essas lavadoras que tem agora, aqui no condomínio tem uma, então pra mim é muito mais prático (CLARA, grifo nosso).

Eu tenho o auxílio da máquina de lavar e automaticamente do fogão de gás. Acredito que sejam os dois itens que mais ajudam a gente em casa, pois você imaginou ter que fazer o fogo, cozinhar a lenha, no carvão, eu tenho essa ajuda [...] Eu já planejo até economizar para comprar uma máquina maior, não dar para viver sem uma máquina não (MARIA, grifo nosso)

Eu tenho a máquina de lavar, fogão também, celular para auxiliar no tempo e fritadeira [...] não me imagino sem elas, ajuda muito, demais (SARA, grifo nosso)

Eu tenho o tanquinho para ajudar lavar roupa [...] de jeito nenhum eu me imagino sem ele (LAÍS, grifo nosso)

Eu tenho um tanquinho, Airfryer e uma panela elétrica. Essa panela eu utilizo todos os dias e eu já falei, quando bagunçar eu vou comprar logo outra [...] nossa, não posso ficar sem elas, principalmente a panela elétrica, o tanquinho, quando o tanquinho bagunçou eu tive duas semanas lavando a roupa na mão, eu botava tudo de molho e no outro dia tinha que passar a bucha. O meu braço ficava dolorido, aí eu fui e comprei logo um tanquinho, foi um alívio (DORA, grifo nosso)

Eu tenho máquina de lavar, Airfryer [...] eu não me imagino sem, tu já pensou lavar roupa na mão como antigamente?. Antigamente eu lavava roupa na mão, antes da minha nora ter máquina, eu lavava a minha, do meu marido e filhos (JÚLIA, grifo nosso)

De acordo com os relatos, essas tecnologias contribuem para reduzir o tempo gasto na realização de determinadas tarefas. Além da máquina de lavar, elas citam outras inovações que facilitam o cotidiano, como o purificador de água, Airfryer, panela elétrica, fogão a gás e os novos estabelecimentos de lavanderia self-service¹⁰. Apesar disso, ressalta-se que nem todas as mulheres têm acesso às tecnologias que facilitam as tarefas domésticas, sejam elas não remuneradas ou remuneradas. Ironicamente, as mulheres que mais precisam desses recursos são as que acumulam responsabilidades que, na verdade, deveriam ser compartilhadas igualmente com os homens. Sobre isso, Júlia relembra uma vivência anterior, quando ainda não possuía máquina de lavar roupas. Segue o relato:

¹⁰ É um estabelecimento em que os clientes lavam as suas próprias roupas utilizando máquinas de lavar e secar disponíveis no local.

Depois que a minha nora foi pra minha casa, eu tive máquina de lavar, porque eu sempre lavei na mão. Eu só lavava final de semana, sábado à tarde, eu já cuidava das roupas. A gente não tinha nem tanquinho, a gente tinha uma tábua que o meu marido colocou debaixo de um abacateiro, a torneira era lá, eu tinha duas bacias, botava de molho a roupa, depois eu escovava. Era o dia mais cansativo, porque tu já pensou, lavar roupa, fazer comida e deixar tudo pronto? Foi uma época bem difícil (JÚLIA, grifo nosso)

Para Vogel (2022), uma maneira importante de reduzir o trabalho doméstico é socializar suas tarefas. Lavanderias, lojas de roupas prontas para venda e cadeias de fast-food, por exemplo, transferem as tarefas do trabalho doméstico para o setor lucrativo, proporcionando também novas oportunidades aos empresários capitalistas. No entanto, é importante ir além da ideia de uma solidariedade universal entre mulheres. Então, percebem como essa discussão muitas vezes se limita ao acesso a determinados bens de consumo? Essa perspectiva pode ser uma armadilha, especialmente em um contexto neoliberal, no qual é vantajoso para o Estado que populações empobrecidas e negras consomem mais, mesmo que isso resulte na acumulação de dívidas significativas (Teixeira, 2021). Quando se trata de dívidas, Cavallero e Gago (2024), citam que as novas tecnologias financeiras se inserem no lar, conectando-o diretamente ao mercado financeiro, e a intensificação do trabalho não remunerado dentro da casa produz a necessidade de contrair dívidas, por isso a situação é ambígua: a sobrecarga de Trabalho Reprodutivo corresponde a mais endividamento. A necessidade de se endividar para viver se faz mais forte nos lares monoparentais, onde a mulher é a única responsável pelo cuidado e sustento das crianças, convertendo o endividamento em mais uma forma de intensificação das desigualdades de gênero e de exploração dentro e fora do espaço do lar.

Em geral, alguns fatores sociais podem aumentar ou diminuir o grau de equilíbrio de gênero: a disponibilidade do parceiro para compartilhar a carga do trabalho familiar/doméstico; o número e idade dos filhos ou crianças sob a responsabilidade da unidade familiar; o nível de escolaridade dos membros do casal; status profissional e a capacidade de encontrar serviços de cuidados ou apoios familiares. Assim como o acesso a creches e escolas públicas e as próprias políticas de gestão de pessoas nas empresas e instituições. Além disso, é importante ressaltar que a participação das mulheres no trabalho assalariado e o equilíbrio com a vida doméstica variam conforme a demanda do mercado, que as insere ou retira conforme a necessidade. Essa oscilação, ligada ao “exército de reserva”, é usada para aumentar a exploração, já que as mulheres oferecem mão de obra mais barata e flexível (Loureiro; Loureiro, 2018).

Nesse paradigma, é interessante trazer à tona a pesquisa de Figueiredo (2000), que buscou investigar se as mulheres estão mais sujeitas que os homens a desenvolver estresse, haja vista que necessitam constantemente conciliar o trabalho doméstico não remunerado com o

trabalho fabril. A empresa deste estudo possuía o programa COPA, que treinava os funcionários em todos os postos das linhas de produção, com o intuito de aumentar a sua qualificação e polivalência. Assim, semanalmente, alguns colaboradores participavam de treinamentos e retornavam à linha para observar e corrigir erros, visando melhorar a qualidade das peças. Um ponto importante nesse programa é que os cursos realizados fora do horário de trabalho, eram remunerados como hora extra, incentivando a participação. A polivalência e os treinamentos eram requisitos para promoções na estrutura de cargos, que possuíam três níveis (Operador 1, 2 e 3), cada um com cinco *steps*. A progressão horizontal dependia de tempo de serviço, desempenho, escolaridade e treinamento.

Por isso, além da exigência dos trabalhadores/as terem frequentado os cursos e treinamentos preparatórios fornecidos pela empresa, a promoção só acontecia quando o nível de escolaridade era suficiente. Foi observado, portanto, que existiam dificuldades das mulheres em serem selecionadas e promovidas, especialmente no chão de fábrica. Uma vez que, a preferência para contratações e promoções era quase sempre dada aos candidatos do sexo masculino. Na área de Montagem, dos seis Mestres (todos homens), apenas um não tinha restrições à contratação de mulheres. A preferência por homens era justificada com argumentos preconceituosos, como suposta fragilidade feminina, maior número de faltas, afastamentos por tendinite e alegações de que trabalham apenas para ajudar os maridos ou que choram facilmente (Figueiredo, 2000).

Assim, diante dos dados obtidos, verificou-se que as operárias estavam muito mais sujeitas a desenvolverem estresse que os homens. Poucos deles (operários) disseram estar sentindo algum sintoma psicofísico, como cansaço ou preocupação, o que não caracteriza um quadro de stress. Diante destes quadros de sintomas buscou-se encontrar questões geradoras de stress nas mulheres, entre elas: a dificuldade de inserção das mulheres no mercado de trabalho; as mulheres e a política de promoção adotada pela empresa; as condições de trabalho; o cuidado da casa e dos filhos. Além disso, a pesquisa mostrou que além de se adaptarem a novas estratégias no trabalho fabril, as mulheres enfrentam uma intensa sobrecarga e níveis elevados de estresse decorrentes das tarefas domésticas, tornando-se exaustivo conciliar tais responsabilidades com o trabalho fora de casa (Figueiredo, 2000).

Na Montagem, de doze operárias entrevistadas, onze tinham filhos. Destas onze mulheres, dez eram responsáveis por levar seus filhos ao médico quando necessário, e em nenhum caso na empresa o marido era responsável por este trabalho. Dos doze operários entrevistados, onze têm filhos. Destes, sete disseram que quem leva os filhos ao médico são as suas esposas, um disse acompanhar a esposa nesta tarefa, e um disse ser responsável por esta

atividade. A empresa só abona faltas ou atrasos quando as mães levam os filhos ao médico, mas não quando essa tarefa é feita pelos pais. De forma, essa política interna da empresa reforça a ideia de que o cuidado é responsabilidade feminina. Embora pareça apoiar as mães, a prática mantém o estereótipo de que o lugar da mulher é no lar, e isso serve de justificativa para não contratá-las e contribui para a desvalorização do trabalho feminino. Por isso, a pesquisa mencionada acima tem uma relação com a fala de Júlia, pois ambas evidenciam os desafios da conciliação do trabalho remunerado com o Trabalho Reprodutivo não remunerado, destacando a sobrecarga e o desgaste que recaem sobre as mulheres nessa dupla jornada. Assim, segue o relato de Júlia no qual ela narra o período em que tentava conciliar esses dois trabalhos:

Quando eu trabalhava na empresa eu saía de manhã, às 7hs eu tinha que estar no trabalho, mas antes disso eu deixava a comida dos meus dois filhos pronta, pois eles estudavam à tarde. Eu ia trabalhar, a cabeça lá e a outra em casa, foi um momento bem difícil. Eu trabalhei como vendedora, 8 anos, lá foi bem puxado. Depois que eu saí desse trabalho de vendedora, eu fui trabalhar em uma escola, eu trabalhava na limpeza da escola. Olha, eu fazia a limpeza da escola e quando eu chegava em casa eu fazia a mesma coisa. Eu chegava 18hs da tarde em casa, eu ia fazer nossa janta, eu cansava muito, essa época foi difícil, fisicamente eu me sentia muito cansada (JÚLIA, grifo nosso)

Portanto, dedicar-se apenas na produção, ou na esfera do trabalho assalariado, é abordar apenas parte do trabalho não pago explorado pelo capital. Apesar dos progressos alcançados pela luta feminista no mundo, a exploração de gênero diante do trabalho e a sociedade, ainda é uma realidade. A reprodução do capitalismo obscurece o caráter social desta exploração tão necessária, e assim permanecerá se o seu caráter social não for exposto. Por isso é importante que se permita repensar o que significa realmente o trabalho, e entender que as análises de reprodução enquanto processo que produz em totalidade a força de trabalho, oferecem a possibilidade para encarar uma nova dinâmica na luta contra a apropriação do trabalho, que também permite considerar todos os trabalhadores tradicionalmente excluídos dos movimentos contra a exploração (Loureiro; Loureiro, 2018).

O fato é: trabalho doméstico e reprodutivo são essenciais para a manutenção cotidiana da vida, porém, é sabido que não há interesse nem do capitalismo, muito menos do patriarcado em rever as relações desiguais de gênero. Até porque o capital sempre encontra uma nova fonte de acumulação, e isso se dá principalmente a partir da exploração de corpos femininos e racializados (Galetti, 2022). Conseguir um emprego assalariado nunca liberou as mulheres do trabalho doméstico. Dois empregos apenas significavam menos tempo e energia para a luta. Além disso, trabalhando em período integral, dentro ou fora de casa, casadas ou solteiras, as mulheres ainda precisam dedicar horas de trabalho à reprodução de sua força de trabalho. O

aumento do contingente feminino no mercado de trabalho, não modificou significativamente as suas responsabilidades com o lar. Essa articulação entre trabalho doméstico e trabalho profissional tem como uma de suas razões, fatores históricos que construíram na sociedade a concepção de que as mulheres possuem conhecimento e características que as tornam naturalmente aptas para a realização do trabalho do cuidado (Federici, 2021; Guimarães; Hirata, 2020).

Compreende-se, assim, que o trabalho doméstico e de cuidado não remunerado é o trabalho que permite que as pessoas se alimentem, tenham suas necessidades de cuidados atendidas, tenham um espaço habitável, participem do mercado de trabalho, estudem ou aproveitem o tempo de lazer, entre outras atividades. A distribuição desse trabalho é estruturalmente desigual: 9 em cada 10 mulheres realizam essas tarefas, que duram em média 6,4 horas por dia. Elas passam três vezes mais tempo que os homens. Acontece que essa distribuição assimétrica contribui para explicar por que sua participação no mercado de trabalho é menor que a dos homens. As mulheres enfrentam maiores taxas de desemprego, recebem salários menores e, conseqüentemente, vivem em condições de maior pobreza. Essa realidade está diretamente relacionada ao fato de que muitas ocupam empregos mais precários, o que aumenta sua vulnerabilidade social. Por exemplo, a falta de acesso à previdência social pode dificultar o acesso à aposentadoria no futuro, já que muitas não conseguem contribuir regularmente. Nesse contexto, é essencial compreender que as condições de trabalho remunerado estão profundamente ligadas à maneira como o trabalho não remunerado também é distribuído e realizado (D'Alessandro *et al.*, 2020).

4.1 “A pandemia foi um momento que eu descobri que não podia adoecer”: Trabalho Reprodutivo durante a pandemia

Retomando temporalmente o contexto, torna-se relevante falar sobre o Trabalho Reprodutivo a partir da pandemia, período em que as fronteiras entre o espaço doméstico e o profissional se tornaram ainda mais difusas, intensificando a carga de cuidados e as tarefas domésticas.

A crise mundial provocada pelo SARS-CoV-2, vírus da família coronavírus que causa doenças respiratórias, descoberto em dezembro de 2019, em Wuhan, na China, intensificou o cuidado e o trabalho doméstico. As mulheres, especialmente, passaram a assumir ainda mais responsabilidades relacionadas a essas tarefas, agora acrescidas das medidas sanitárias necessárias para prevenir a disseminação do vírus. Para Hirata (2022), a interdependência dos

seres humanos, intimamente relacionada a essa vulnerabilidade, tornou o cuidado uma atitude e uma prática central no contexto da pandemia, que evidenciou os chamados trabalhos “essenciais”, os quais carregam a marca da utilidade social.

Em 2020 as organizações Gênero e Número (GN) e Sempre Viva Organização Feminista (SOF), promoveram uma pesquisa, que se dedicou a compreender como as responsabilidades com o trabalho doméstico e de cuidado se reorganizaram no contexto da pandemia, considerando os diferentes trabalhos e tarefas que o cuidado cotidiano exige. Segundo a pesquisa referenciada, uma rotina na pandemia com responsabilidades do trabalho remunerado e do trabalho doméstico e de cuidados, dificultou o trabalho remunerado, de acordo com 61,5% das mulheres. Entre as mulheres responsáveis pelo cuidado de outra pessoa, 57% eram responsáveis por filhos de até 12 anos, e 6,4% afirmaram ser responsáveis por outras crianças. Já 27% afirmaram ser responsáveis por idosos, e 3,5% por pessoas com alguma deficiência. Assim, no período do isolamento social, 50% das mulheres passaram a apoiar ou se responsabilizar pelo cuidado de outra pessoa. Entre essas mulheres, 80,6% passaram a cuidar de familiares, 24% de amigos/as e 11% de vizinhos. Segundo Hirata (2022), no Brasil, a família é sempre a principal prestadora de cuidado, especialmente das mulheres, e, para os mais favorecidos, das empregadas domésticas e faxineiras, recrutadas para as tarefas da casa e para cuidar das pessoas idosas e das crianças da família.

Além disso, a percepção das mulheres é que o trabalho doméstico e de cuidado se intensificou de forma geral. A pesquisa acima mostra que preparar ou servir alimentos, lavar louça e limpar o domicílio estão entre as tarefas que mais se intensificaram no período da pandemia. Os resultados da pesquisa chamam a atenção para o aumento das tarefas relacionadas com o cotidiano das casas, especialmente entre as mulheres responsáveis pelo cuidado de idosos e/ou crianças de até 12 anos.

Para as entrevistadas esse trabalho se intensificou durante a pandemia, permanecendo sob suas responsabilidades conforme os relatos. Assim, seguem os discursos:

Na época da pandemia, a Maria tinha 1 aninho e foi um momento muito difícil pra mim porque eu fui a primeira a ter Covid, eu tive Covid sem saber que eu tive. Eu tive febre uma tarde, aquela febre persistente, eu tomava remédio e voltava, mas mesmo com o surto de Covid eu nunca imaginei que estava com Covid. Era uma pessoa que não saía de casa, meu marido ia na rua mas era de máscara. Então, nunca imaginei e passei a noite com febre, quando foi no outro dia [...] Eu fritei peixe e não dei conta que não estava sentindo o cheiro, quando eu despertei que fritei todo o peixe, eu “meu deus acho que estou com Covid”, eu perdi o olfato, até hoje tem coisas que eu não consigo sentir o cheiro. Ai depois veio a minha irmã, eu isolei a minha irmã porque eu tinha Maria, veio o Fernando e também isolei, aqui no nosso apartamento só tem dois quartos, eles passavam o dia todo dentro do quarto, eu colocava comida na porta, batia na porta, dava a comida deles, só que eu fazia comida pra todo mundo mesmo

eu doente, mesmo tendo Covid, já ter perdido o olfato, eu fazia comida, dava conta das roupas, eles passavam o dia todo no quarto, eu dava o lanche, eu dava o almoço, eu dava lanche de novo, eu dava janta. Antes da gente dormir, eu botava eles pra fora do quarto um por um, eu limpava todo esse quarto e tirava todas as roupas de cama, eu borrifava álcool pelo quarto todo e passava pano. A mesma coisa eu fazia com a minha irmã, eu colocava ela pra fora, eu limpava todo o quarto, higienizava o quarto, organizava tudo, aí ela ia dormir. Eu tinha que dar os remédios pra eles dois, eu ajudava, fazia remédio, fazia chá, fazia suco (ANA, grifo nosso).

A minha rotina durante a pandemia foi a casa mesmo, foi isso aqui, foi o que eu convivo hoje e vivo, porém um pouco mais intenso pela presença de todos em casa. Então esse período foi bem mais intenso, os gastos foram bem maiores, estresse não só da minha parte, mas como também dos outros membros, as cobranças foram bem maiores, pois estávamos todos juntos. Foi um período em que a realidade foi bem concentrada principalmente em casa com muita gente, como é aqui em casa. Foi um desafio grande, graças a Deus foi um período que a gente não passou necessidade, não teve essa de faltar alimento, mas até pelo fato da gente ficar mais restrito dentro de casa e cheia de gente, foi bem estressante [...] Nesse período nós tivemos um momento de divisão, cada um fazia alguma coisa, foi um período meio longo então até pra gente se desestressar um pouco cada um fazia uma função (MARIA, grifo nosso)

Sara e Laís também relatam sobre o período de isolamento na pandemia. Para Sara houve uma intensificação das tarefas reprodutivas (mais refeições, mais roupas, mais limpeza). Por outro lado, Laís menciona que o filho “dava menos trabalho” nesse período, mostrando uma hierarquização do esforço de cuidado. Pois, mesmo que haja dedicação, o parâmetro de “trabalho” para ela é comparado a tarefas mais visíveis. E essa perspectiva também pode revelar uma naturalização do cuidado como afeto, não como trabalho. Seguem os relatos:

Durante a pandemia foi só em casa mesmo, só cuidando das plantas, dos bichinhos, da casa. Foi ruim, foi só em casa, não podia receber ninguém. Eu acho que as atividades da casa aumentaram, muito mais roupas sujas, mais comida porque os meninos não iam para o colégio e lugar nenhum (SARA, grifo nosso)

Eu fiquei só em casa com Pedro, a gente ficou isolado. Pedro era pequeno, era uma outra fase por ele ser menor, ele dava menos trabalho, não tinha que levar para escola, por exemplo (LAÍS, grifo nosso)

Arelado a isso, é válido frisar que assim como o período pandêmico acentuou as atividades reprodutivas, também deixou marcas significativas na saúde mental dessas mulheres. As falas de Ana e Dora, por exemplo, mostram uma descoberta marcada pela desigualdade de gênero: para algumas mulheres, o adoecimento não é permitido, já que a sua ausência comprometeria a vida de outros que delas dependem. Seguem os relatos de Ana e Dora:

A pandemia foi um momento que eu descobri que não podia adoecer, porque os outros dependiam de mim. Então mesmo doente ou botava roupa pra lavar, eu tinha que dar conta da Maria, nesse período ela adoeceu e eu tive que levar ela no hospital mesmo com muito medo, enfrentar a emergência [...] o medo de morrer, não era só o medo de eu morrer, que eu acho que se eu morresse era só mais uma na estatística, mas deixar Maria, então quando eu penso na morte eu não penso em mim, “ah,

porque ela é orgulhosa”, digamos isso, “meu Deus e a minha filha como que ela vai ficar, o que minha filha vai fazer, quem vai cuidar dela?”, na pandemia foi onde me descobri, “meu deus, não tem essa possibilidade de eu adoecer, de acontecer algo comigo, porque eu tenho eles” (ANA, grifo nosso).

A pandemia foi difícil, eu gosto de sair e nessa época eu ficava só em casa. Pra não dizer que eu não saía, eu ia para casa da minha mãe que mora aqui próximo da avenida. Mas foi um sofrimento, eu creio que eu não peguei, mas tive gripe, febre [...] Eu fazia as coisas de casa, mesmo doente (DORA, grifo nosso)

O prolongamento da pandemia no Brasil demandou maior atenção à saúde mental da população. Uma pesquisa realizada após um ano de pandemia, com 30 países, demonstrou que 50% dos brasileiros declararam uma piora na saúde mental desde a covid-19. E isso levou o Brasil a ocupar o quinto lugar na lista dos que mais sentiram consequências no bem-estar emocional durante esse período. Ademais, uma pesquisa realizada em 2020 com mulheres, identificou que o isolamento social não apenas intensificou quadros de sofrimento emocional já existentes, como revelou preocupações e sentimentos até então desconhecidos. Os relatos mostraram a presença de medos diante dos riscos e das incertezas sobre o futuro, desenvolvimento de comportamentos compulsivos e prejudiciais, como o uso de substâncias, o comer em excesso, compras e limpeza, revolta ante a falta de colaboração social para combater o vírus, sobrecarga devido à dupla jornada de trabalho, dificuldades de concentração, desempenho das funções, e crises de ansiedade agudas (Dalcin; Neto, 2021). Essas consequências impostas pela pandemia, estão presentes nos discursos de Clara e Ana quando afirmam que a pandemia:

Foi um caos, pela questão mental, essa questão do medo, da perda, eu carrego comigo. Então eu perdi parentes, o meu problema com a pandemia foi mais nesse aspecto, naquele momento da pandemia o meu esposo veio pra dentro de casa e ele começou a ter a percepção do trabalho que é manter uma casa, então ali começou um despertar dele em fazer essa troca comigo. E a gente morava em uma casa, tinha um quintal grande, então dava pra gente se tranquilizar um pouquinho. Mas lidar naquela fase com os problemas externos e com a família adoecendo, eu sou privilegiada porque o meu esposo conseguiu trabalhar de casa e ele também conseguiu abrir a mente para colaborar, a dividir naquele momento, ele me ajudou. E foi um período mais delicado pra gente porque foi o momento que a gente descobriu o autismo do meu filho, que descobrimos a regressão dele, e foi um caos, aconteceu morte, o diagnóstico (CLARA, grifo nosso)

Eu fiquei com uma crise de ansiedade, então eu tinha crise de ansiedade, até hoje eu já identifico quando eu tô tendo crise de ansiedade, mas antigamente não, eu achava que ia morrer, então eu desenvolvi devido a preocupação (ANA, grifo nosso)

Percebe-se, também, que para Clara a pandemia trouxe um fator adicional: o diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista (TEA) do seu filho. Haja vista que, ao aceitar a condição do filho com autismo a mãe passa a submeter-se às exigências da condição da criança,

tornando essa aceitação algo positivo ou negativo, dependendo do contexto em que vivem os indivíduos envolvidos.

A sobrecarga de trabalho gratuito afetou as possibilidades das mulheres, sobretudo aquelas que são consideradas chefes de família com filhos, de se inserir no mercado de trabalho. Assim, o contexto da pandemia penalizou essa fatia da população em decorrência do aumento tanto do trabalho de cuidado como da restrição de acesso a serviços públicos de educação, e com a impossibilidade de dispor de tempo para exercer empregos fora do lar. Portanto, se antes se falava em tripla jornada de trabalho, hoje estamos diante da quase impossibilidade de distinguir as horas em que cada uma dessas jornadas acontece. Cada hora é tripla jornada em si mesma. Enquanto se faz o trabalho remoto, é feito o trabalho de cuidado; enquanto é feito o trabalho comunitário, atende-se à família; ao mesmo tempo que se trabalha em domicílio, são feitos os trâmites para acessar benefícios sociais e é feita a comida (Cavallero; Gago, 2024).

Portanto, se considerarmos que o trabalho doméstico gratuito é uma condição essencial para o funcionamento do capitalismo, a questão central se desloca. Em vez de debater se esse trabalho produz ou não valor (o que claramente produz), devemos perguntar por que o sistema necessita que esse trabalho seja invisibilizado e mantido na gratuidade, e qual dispositivo político permite que essa lógica persista. Assim, a partir dessa compreensão, é possível estabelecer estratégias voltadas ao reconhecimento, remuneração e, principalmente, à reorganização do trabalho doméstico (Cavallero; Gago, 2024).

Além disso, pode-se compreender que umas das principais contribuições desta pesquisa reside na reivindicação de um novo estatuto para o Trabalho Reprodutivo, propondo que este seja reconhecido não apenas como uma das “outras formas de trabalho”¹¹, mas como uma modalidade específica de trabalho não registrado formalmente. Tal perspectiva busca tensionar as fronteiras estabelecidas entre o trabalho doméstico remunerado, reconhecido estatisticamente como ocupação formal ou informal, e o conjunto de atividades de cuidado e manutenção da vida que, embora indispensáveis à reprodução social, permanecem invisibilizadas nas métricas oficiais de trabalho e no próprio cálculo do Produto Interno Bruto (PIB).

¹¹ O IBGE considera como "outras formas de trabalho" as atividades relacionadas a afazeres domésticos, cuidado de pessoas, produção para o próprio consumo e trabalho voluntário, que não são consideradas trabalho remunerado, mas contribuem para o bem-estar e a economia. Atrelado a isso, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD (2022) investiga que essas atividades não entram na contagem da ocupação da pesquisa, e por essa razão são chamadas de outras formas de trabalho, haja vista que também são consideradas trabalho, ainda que não precificado ou tratado como parte do Produto Interno Bruto - PIB do País.

5. O INVISÍVEL QUE SUSTENTA O MUNDO: O TRABALHO REPRODUTIVO À LUZ DA PSICODINÂMICA DO TRABALHO

Prefiro queimar o mapa
Traçar de novo a estrada
Ver cores nas cinzas
E a vida reinventar
E um homem não me define
Minha casa não me define
Minha carne não me define
Eu sou o meu próprio lar¹²

Na Psicodinâmica do Trabalho (PDT), durante os anos de 1980, a relação entre saúde mental e trabalho foi, em grande parte, conceitualizada por homens. Essa construção teórica baseou-se principalmente em investigações clínicas realizadas com trabalhadores do sexo masculino, que exerciam atividades consideradas perigosas, como pilotos de caça, operadores, engenheiros da indústria de processo contínuo e operários da construção civil. Nesse contexto, a autora Danièle Molinier dedica parte significativa de seu trabalho à análise da PDT e à relação social entre os sexos, destacando uma reflexão crucial na contemporaneidade: a ideia de que o trabalho é sexuado e, por isso, o sofrimento e o prazer são igualmente marcados por essa condição, pois, quando do surgimento das teorias acerca da PDT, as situações vivenciadas pelas mulheres ainda não eram consideradas. Em outras palavras, para aproximar a PDT da discussão de gênero no trabalho, Dejours afirmou que cada sofrimento é sexuado, sendo alguns masculinos e outros femininos, haja vista que as situações de trabalho que os produzem são diferentes (Leal; Antloga; Carmo, 2017; Lima, 2012; Molinier, 2004).

Por isso, é relevante salientar que, desde então, Dejours já havia identificado a existência de estratégias coletivas específicas de acordo com o gênero, denominadas “Mulheridade” e “Virilidade”. A estratégia da Virilidade manifesta-se nos coletivos de trabalhadores expostos a situações de risco e perigo, através da negação do medo, haja vista que nessa circunstância não é recomendado demonstrar que se tem medo. Pelo contrário: é preciso mostrar aos outros provas de coragem e bravura, por isso, na elaboração da recusa do sofrimento, a Virilidade social é fundamental. Do lado das mulheres, criou-se o neologismo Mulheridade, para designar o estatuto de submissão conferido às mulheres nas relações sociais de sexo. Assim como a virilidade, a Mulheridade é uma identidade defensiva de sexo (Dorna; Muniz, 2018).

¹² Música - Triste, louca ou má (2016)

Assim, nesta pesquisa, optou-se por suspender deliberadamente a discussão sobre a natureza das diferenças entre homens e mulheres, direcionando a análise para o conflito entre o sujeito e os constrangimentos impostos pela organização do trabalho, em consonância com as diretrizes metodológicas da Psicodinâmica do Trabalho. Ou seja, em vez de abordar a questão das diferenças naturais entre os sexos, a pesquisa redefine esse conflito ao inseri-lo em uma problemática mais ampla, que integra a divisão sexual do trabalho como uma dimensão estrutural fundamental. Essa divisão é abordada como um elemento central que molda a relação entre subjetividade e trabalho, influenciando a experiência dos indivíduos no contexto laboral e, ao mesmo tempo, sendo refletida e reforçada nas estruturas organizacionais (Molinier, 2004).

Sob essa perspectiva, é importante frisar que o trabalho pode ser tanto fonte de prazer quanto de sofrimento, sendo que um não anula o outro. Prazer e sofrimento para a PDT são indissociáveis, é o trabalho que contribui para subverter o sofrimento em prazer a partir das condições sociais, políticas e éticas da organização. Tanto o prazer quanto o sofrimento são resultado da relação da história do sujeito com a organização do trabalho. Dessa forma, a Psicodinâmica do Trabalho compreende que o estudo do prazer e do sofrimento, são processos psíquicos mobilizados a partir do confronto do sujeito social com a realidade do trabalho (Machado, 2022; Mendes; Muller, 2013).

Sendo assim, antes de aprofundar a discussão sobre as vivências de prazer e o sofrimento, é importante esclarecer, primeiramente, sobre o significado da palavra vivência. Vivenciar, de acordo com o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa significa sentir ou experimentar (algum acontecimento ou situação) com intensidade. Logo, a vivência compreende uma experiência ou modo de vida. Para Machado (2022), após uma ampla análise das obras de Freud, constatou-se que ele empregava a palavra vivência para referir a uma experiência direta ou pessoal de alguma coisa, sendo determinante e significativo na vida de uma pessoa. Como a PDT faz uso da teoria psicanalítica, o esclarecimento desse termo é necessário para a compreensão do significado da obra de Dejours, haja vista que o conceito de prazer-sofrimento é uma vivência subjetiva do próprio trabalhar, compartilhada coletivamente e influenciada pela atividade do trabalho. Dessa maneira, para Dejours (1994):

Falar da saúde é sempre difícil. Evocar o sofrimento e a doença é, em contrapartida, mais fácil: todo mundo o faz. Como se, a exemplo de Dante, cada um tivesse em si experiência suficiente para falar do inferno e nunca do paraíso. Apesar de tudo o que se pôde dizer e escrever sobre a infelicidade, sempre há o que descobrir neste domínio. Curioso paradoxo, que dá, definitivamente, à Vivência alguns passos de vantagem sobre a Palavra (p. 11).

Segundo Lima (2012), uma premissa central para a PDT diz respeito à relação estabelecida entre a psicodinâmica do reconhecimento e a conquista da identidade. Considera-se que a conquista da identidade no campo social, mediada pela atividade de trabalho, atravessa a prática do reconhecimento. Assim, o reconhecimento refere-se ao registro do fazer, do trabalho em si; depois se destina para o registro do ser, da realização do eu e, conseqüentemente, a possibilidade de fortalecer a identidade. Por isso, é nesta dinâmica do reconhecimento que se pode construir um sentimento de pertencimento a uma coletividade, representando um contraponto à solidão. Identidade e pertencimento se colocam como alicerces da saúde mental. A identidade, por se constituir a partir do olhar do outro, requer formas de objetivação, e a obra é a forma mais poderosa de objetivação da identidade. Então a concretude e o reconhecimento do Trabalho Reprodutivo constituem a identidade dessas mulheres, e remete, portanto, às relações sociais, as quais podem ser continuamente transformadas.

Percebe-se, contudo, que o Trabalho Reprodutivo é desvalorizado e considerado "invisível". Dessa maneira, indaga-se, como a vivência da invisibilidade desse trabalho afeta a identidade, autoestima e, conseqüentemente, a saúde mental dessas mulheres, haja vista que a falta de reconhecimento pode levar a sentimentos de desvalorização e frustração. Molinier (2004) faz referência a uma pesquisa com mulheres de homens que trabalham em turnos em uma indústria de processo contínuo. A pesquisa confirma que as relações de produção não podem ser comprovadas isoladamente das relações de reprodução e, portanto, as investigações sobre o sofrimento no trabalho não devem ser dissociadas dos desafios relacionados às transformações nas condições de trabalho. Com efeito, a contribuição das mulheres de homens que trabalham em turnos não se limita à execução das faxinas domésticas. As mulheres, como "guardiãs" do sono de seus maridos, da regularidade dos tempos familiares e da estabilidade do casal, têm um papel indispensável na cooperação dentro do espaço doméstico, o que impacta diretamente no desempenho dos trabalhadores em turnos. Na verdade, muitos desses trabalhadores afirmam que um homem solteiro não teria tanto tempo disponível. O modo de produção doméstico toma tanto tempo que a maioria das esposas renunciaram a um trabalho assalariado ou desejam parar de trabalhar. A suspensão, provisória ou definitiva da atividade é o preço a pagar para a sua própria saúde e a estabilidade do casal, pensam elas.

Ainda nessa perspectiva, também é importante mencionar que existe um estudo no Brasil sobre as mulheres que cuidavam dos maridos adoecidos em Minas de amianto¹³. Ao

¹³ Amianto ou asbesto é um grupo de fibras minerais compostas por silicatos de magnésio, ferro, sódio e cálcio. Essas fibras ocorrem naturalmente em rochas, podendo estar incrustadas ou visíveis. O amianto é cancerígeno, e

longo de décadas o Brasil ocupou a posição de terceiro maior produtor mundial de amianto. E a exposição ocupacional ou ambiental ao amianto está amplamente relacionada ao desenvolvimento de doenças graves, entre as quais se destacam o câncer de pulmão, o mesotelioma, as placas pleurais e a asbestose. Um estudo qualitativo acerca das mulheres expostas ao amianto nos ambientes de trabalho no estado de São Paulo encontrou, entre 1980 e 1997, 22 casos de adoecimento por mesotelioma, dos quais oito eram de mulheres e 14 de homens. Das oito mulheres, duas eram donas de casa e tinham menos de 40 anos, o que sugere exposição na infância (em virtude do longo período de latência da doença), e adquirida provavelmente não de forma ocupacional e indireta, mas por intermédio de pessoas da família em contato com o agente cancerígeno ou mesmo por exposição ambiental. Identificou-se no estudo, que as mulheres expostas ocupacionalmente estavam, de fato, triplamente expostas, já que lavavam suas roupas contaminadas e de seus cônjuges, também trabalhadores da mesma indústria. Essas mulheres foram, ainda, triplamente sobrecarregadas, tendo que lidar com a exploração no trabalho, as tarefas domésticas e os cuidados com a saúde de suas famílias (Felix; Gomes; Waissmann, 2025).

Tratando-se de uma doença mortal como a mesotelioma, existe um processo rápido de deterioração da saúde, causando um desequilíbrio nas relações familiares cujas consequências sobrecarregam as mulheres das famílias, que se ocupavam do cuidado do doente (marido) e do sustento da casa. A análise dos casos revela uma situação complexa, na qual se entrelaçam dimensões da saúde, do trabalho e das relações de gênero. Eles nos apontam para as mesmas lógicas das relações sexo/gênero, saúde e trabalho observadas em outras pesquisas, as quais indicam que a doença profissional provoca alterações significativas na dinâmica familiar, geralmente administradas pelas mulheres (Scavone; Giannasi; Thébaud-Mony, 1999). Presume-se que existam dinâmicas desiguais na condução, no cuidado e na assistência à saúde das mulheres e que parecem ser mais latentes em função da naturalização das imposições sociais e do cuidado à família exercido pelas mulheres. Ademais, é importante ressaltar que a situação enfrentada pelas mulheres expostas ao amianto tem sido ignorada e mantida em silêncio por décadas (Felix; Gomes; Waissmann, 2025).

Nesse sentido, compreender como essas desigualdades estruturam a experiência do cuidado e do trabalho permite avançar para uma análise mais ampla das vivências laborais. Dessa forma, evidencia-se que a experiência do trabalho é atravessada por relações de gênero, organização laboral e reconhecimento social, o que impacta diretamente a saúde mental e a

a inalação de fibras de amianto provocam doenças que se desenvolvem a longo prazo, mesmo que a exposição tenha sido interrompida (Agência Estadual de Vigilância Sanitária, RS).

construção da identidade dos sujeitos. A compreensão dessas dinâmicas prepara o terreno para a análise do prazer e do sofrimento no trabalho, permitindo investigar como os indivíduos vivenciam, enfrentam e transformam essas experiências no cotidiano laboral.

5.1 Prazer e sofrimento: “*Eu não tinha prazer, casamento e filho era sinônimo de desprazer*”

O prazer no trabalho se define como um princípio mobilizador que coloca o sujeito em ação para a busca da gratificação, realização de si e reconhecimento pelo outro da utilidade e beleza do seu trabalho. Em outras palavras, o que permite a busca pelo prazer é a mobilização da inteligência prática, o espaço público de discussão; a deliberação e, também, a construção do coletivo de trabalho via cooperação e reconhecimento (Mendes; Muller, 2013). Assim, seguem as falas de Ana, Maria, Sara, Laís, Dora e Júlia sobre o prazer nesse ambiente de trabalho:

Eu vejo assim, na hora do jantar, eu preparei aquela comida, a gente chega na hora do jantar e vai sentar nós três para comer, aquilo me deixa muito feliz porque é o único momento do dia que estamos juntos. Então é só durante a noite, isso me deixa feliz, o capricho, eu faço com bastante carinho. Nem todo dia a gente tá com a mesma empolgação né?. Tem dia que só pela misericórdia de Deus, mas com aquela empolgação de ver a minha filha “oh mãe, muito obrigada por isso” e me abraçar no final do dia e dizer “mãe, hoje foi tão bom a gente brincar” só assim, não é tudo, tem dia que a gente tá de pé virado, mas a grande maioria dos dias eu fico feliz por realizar tudo isso. Eu tenho prazer de acordar todos os dias e fazer o almoço, de cuidar da minha casa, apesar de eu ter estudado, eu tenho a vontade de trabalhar lá fora, mas eu me sinto feliz em está fazendo o que eu faço hoje, entendeu?. Que não deixa de ser um trabalho, né? E que dá muito trabalho, muito (ANA, grifo nosso).

É bem divertido durante essas atividades, apesar da maioria do tempo estar empenhada nos afazeres, mas no momento que eu paro para ensinar as tarefas dos meninos e às vezes a gente ainda tem um pouco de brincadeira, principalmente com o Fernando, que é o menor. A gente ainda brinca um pouco, na hora do banho deles a gente costuma brincar e tem os momentos de alegria sim, a gente se diverte, muitas vezes na hora do café da manhã e na hora de dormir, a gente sempre lembra o que foi passado no dia, até porque a gente só dorme depois de uma oração e essa oração ela tem um complemento para dizer como foi o nosso dia, o que agradou, a gente sempre diz que o melhor horário é aquele que a gente já está deitado [...] esse momento de alegria em um grupo, é mais no final de semana (MARIA, grifo nosso).

Eu me sinto bem e feliz, por cuidar das minhas coisas. E grata por ter dois filhos que eu possa ajudar e cuidar deles (SARA, grifo nosso)

Eu acho bom, pelo menos a gente distrai um pouco a cabeça, né? E o cuidado de Pedro, ver que ele tá crescendo uma criança saudável. Eu acho que a fonte de satisfação está mais relacionada ao cuidado de Pedro (LAÍS, grifo nosso)

No final de semana eu amo limpar a casa, tirar toda a bagunça, tiro tudo do lugar. Eu limpo, as vezes eu lavo a geladeira [...] O mais prazeroso para mim é cuidar dos meus filhos, lógico, e depois vem a casa (DORA, grifo nosso)

Na hora de servir o almoço que estão todos na mesa, a família toda reunida com tudo o que eu faço, eu fico feliz. Eu já preparei e tá tudo bom, eu fico feliz, eu sempre fiquei feliz (JÚLIA, grifo nosso)

Percebe-se que os momentos de maior satisfação estão presentes no cuidado, afeto e reconhecimento dos filhos diante do trabalho. Atrelado a isso, os relatos trazem à tona o uso da estratégia da Mulheridade, ancorados no ideário neoliberal conservador e patriarcal de servidão voluntária. Nessa estratégia, ocorre o embelezamento da realidade, ou seja, elas elaboram um discurso sobre o cuidado e as tarefas domésticas que omite as adversidades e desafios desse trabalho. Trata-se de uma forma defensiva e inconsciente que se manifesta em condutas nas quais a mulher se esforça para cumprir as expectativas sociais a seu respeito, configurando uma posição feminina de submissão. Entre os relatos, destaca-se a experiência de Clara, que evidencia como as transformações recentes na rotina impactaram diretamente na sua percepção de prazer no cotidiano. Segue o relato:

Eu estou passando por diversas turbulências nesses últimos anos. Então, eu mudei recentemente de casa por conta dessas minhas consciências que eu tenho tido. Se tu me entrevistasse 1 ano atrás, eu diria pra ti que não, que nenhum momento para mim é prazeroso do dia, porque eu morava mais distante da clínica do meu filho e pegava um trânsito de 1h, todos os dias, para deixar na clínica e voltar, um estresse e ele desregulando dentro do carro. Então, a minha fala nesse momento ia ser que eu não tinha momento de felicidade durante o dia, pra mim era só exaustão, o casamento uma merda, ter filho uma merda, só que hoje eu estou em outro contexto, por conta dessa consciência. A gente resolveu mudar de casa e estou mais próxima da clínica do meu filho, isso facilitou muito a minha vida. Hoje eu posso te dizer que tenho um momento de prazer, que é justamente esse momento de 18h, que eu consigo fazer uma comida fresquinha pra gente, que eu consigo brincar com o meu filho. Antes eu não podia fazer isso, pegava o engarrafamento e já chegava no ponto de jantar e botar para dormir e iniciar o outro dia, hoje eu tenho esse momento de prazer, eu percebo né "nossa que benção?", esse momento aqui, de está curtindo o meu filho, andar com ele no parquinho, hoje eu consigo fazer isso, e isso é coisa de 4 meses viu? São 4 meses de uma mudança, muito recente (CLARA, grifo nosso)

Por outro lado, quando se trata de desafios no trabalho, Machado (2022), afirma que o sofrimento é concebido como uma vivência subjetiva intermediária entre a doença mental descompensada e o conforto (ou bem-estar) psíquico, tendo uma dimensão dinâmica. O sofrimento implica, sobretudo, em um estado de luta do sujeito contra as forças, ligadas às organizações, que empurram em direção à doença mental. Em outras palavras, o sofrimento integra o trabalho porque o real se revela ao sujeito quando este se depara com incidentes ou imprevistos. A experiência com o real se dá de modo afetivo, a partir da vivência da frustração por não ser reconhecida nessa tarefa. Dessa forma, trabalhar consiste em se deparar, inevitavelmente, com a experiência de sofrimento. Além disso, as vivências de sofrimento no trabalho podem ser sinalizadas pela presença dos seguintes sentimentos: medo, insatisfação,

insegurança, estranhamento, desorientação, impotência diante das incertezas, alienação, vulnerabilidade, frustração, inquietação, depressão, tristeza, agressividade, impotência para promover mudança, desgaste, desânimo, desgaste físico e emocional, desvalorização, culpa, tensão e raiva (Moraes, 2013a). As vivências de sofrimento, isto é, os desafios advindos desse trabalho comparecem na fala de Ana da seguinte maneira:

*O principal desafio que eu encontro ao realizar essas atividades é quando eu estou doente, pois eles dependem de mim, então isso me deixa muito, muito triste, me deixa de fato muito triste **quando eu não consigo fazer com aquela perfeição, com aquele carinho que eu sempre faço, porque eles dependem de mim** e no dia que não dá pra fazer, eu me sinto tão culpada. Já ser mãe é um desafio, ser doméstica é um desafio, mas a pessoa que só trabalha em casa e não tem filhos, é uma coisa. **Ser mãe e trabalhar em casa é totalmente diferente, então só ser mãe é um desafio muito grande, porque é uma criação de uma outra pessoa que depende total de ti.** Às vezes eu fico pensando “meu Deus e a minha filha no futuro, o que vai ser da minha filha, **minha filha ela precisa ser uma mãe, mas antes de tudo ela precisa ser uma cidadã, ela precisa ser uma pessoa de bem**” então a cabeça da mãe, trabalha 24h e a minha funciona 24h, depois que fui mãe eu acho que eu nunca mais sei o que é dormir uma noite inteira há muito tempo, porque vez ou outra vem esses pensamentos, dessas cobranças porque não são só pensamentos, **são cobranças**. Eu me cobro muito pelo futuro da Maria (ANA, grifo nosso).*

Esse relato de Ana traz à tona os desafios da maternidade e a impossibilidade de adoecimento, uma vez que os outros dependem dela. Esse discurso pode ser relacionado com a figura da Mulher-Maravilha, idealizada por William Marston, um psicólogo, em meio à Segunda Guerra Mundial, no ano de 1941. O autor depositou na personagem todas as características vistas por ele nas mulheres: generosidade, bondade e poder. Marston acreditava que a bondade e o amor eram características inerentes às mulheres e sua pretensão ao conceber uma super-heroína com esse perfil era o de atribuir uma carga forte e positiva a essas qualidades (Hauch, 2017). Diferente dos super-heróis do sexo masculino, ela não tinha como objetivo apenas acabar com o crime, mas também auxiliar os criminosos para que eles pudessem se transformar em “cidadãos de bem”, essa narrativa reforça a ideia do feminino como gênero de cuidado.

A Mulher-Maravilha, então, passa a ser o ideal dessa figura feminina, que consiste em uma heroína, que não pode se permitir cansar, falhar, que tem que dar conta de tudo sem sofrer, pois, ser mulher ainda é a maior de suas fraquezas (Batista; Diniz; Oliveira, 2022). Por isso, como a heroína dos quadrinhos, o discurso de Ana revela a performance de um sentimento de responsabilidade extrema, um ideal de força e entrega que, embora admirável, também pode ser opressor. Ao exigir perfeição, Ana nega-lhe o direito ao descanso, ao erro e ao cuidado de si. Essa idealização da força feminina aparece também nas falas de outras mulheres, como no

relato de Clara, que expressa a sobrecarga e o sofrimento decorrentes da naturalização dessa responsabilidade. Segue o relato:

A mulher pega toda a carga né, é impressionante como a gente carrega isso só pra gente, e nós achamos certo, não dividir, a gente acha certo assumir apenas pra gente. Eu sempre falo para as minhas primas mais novas que ficam nessa ilusão de querer casar, ter filhos [...] eu acho que porque os meus últimos 6 anos foram intensos, de está sozinha, o meu esposo logo no início quando o meu filho ainda estava bebê, ele ainda fazia faculdade a noite. Olha a loucura, eu passava o dia todo sozinha, em uma casa distante, cuidando de um bebê e ele chegava 22hs da noite, porque depois do serviço ele ainda ia para faculdade. No final de semana, ele ainda trabalhava, geralmente ainda tinha que ir dia de domingo, eu ficava na pilha, o tempo inteiro, eu não tinha prazer, casamento e filho era sinônimo de desprazer (CLARA, grifo nosso)

Clara revela como o Trabalho Reprodutivo pode ser fonte de sofrimento quando realizado de forma solitária e sem reconhecimento. Essa ausência de reconhecimento também comparece na fala de Dora, quando diz que:

Tem homem que não reconhece o que as mulheres fazem dentro de casa, mesmo eu estando em casa eu cozinho, lavo, limpo a casa e às vezes não reconhece (DORA, grifo nosso)

O reconhecimento é a forma de retribuição simbólica advinda da contribuição dada pelo sujeito, através do engajamento da sua subjetividade e inteligência no trabalho. Assim, tais julgamentos tratam sobre o fazer, sobre a atividade, e não sobre a pessoa. Para a PDT existem dois tipos de julgamento: utilidade e beleza. Dessa forma, o julgamento de utilidade é econômico, social e técnico, proferido na linha vertical (chefias, subordinados e clientes) e confere ao fazer do trabalhador. Por outro lado, o julgamento de beleza acontece na linha horizontal (pares e comunidade de pertença), dividido em julgamento da conformidade, que possibilita ao trabalhador o sentimento de pertencimento a um grupo profissional por ser um julgamento daquilo que faz dele um indivíduo como os outros. E o julgamento de originalidade, sendo nomeadamente importante e mais significativo, por ser a forma de julgamento que aprecia a distinção e a originalidade da obra, possibilitando o reconhecimento de sua identidade singular (Lima, 2013).

Além disso, uma questão importante para a psicodinâmica do reconhecimento é a sua relação com o coletivo de trabalho, haja vista que o reconhecimento implica no julgamento do outro, dos pares, e este somente é possível quando existe um coletivo de trabalho. Para obter o reconhecimento, é preciso, antes, vencer a invisibilidade do trabalho. Ou seja, o reconhecimento se torna possível quando o trabalho efetivo obtém a visibilidade (Lima, 2013). Nesse ponto, as falas das entrevistadas nesta pesquisa revelam um elemento central para a compreensão da

dinâmica do Trabalho Reprodutivo: a ausência de reconhecimento formal, técnico ou social. As mulheres relatam que a validação de seu trabalho doméstico e de cuidado é mínima e, quando aparece, ocorre quase exclusivamente pela via afetiva, sobretudo através dos filhos. Esse reconhecimento afetivo, embora importante emocionalmente, não supre a falta de legitimação social e simbólica do trabalho que realizam, refletindo a invisibilidade estrutural que marca o Trabalho Reprodutivo.

O trabalho não-remunerado realizado pelas mulheres apresenta características como: a invisibilização, o não reconhecimento e a desvalorização. Tornando este trabalho uma atividade repetitiva, sem sentido e desgastante, gerando sofrimento para as mulheres que exercem as atividades domésticas (Minuzzi; Soares, 2013). No trabalho do cuidado, como é o caso dos/as cuidadores/as sociais, em que o núcleo da atividade refere-se a questões afetivas e relacionais que, por si, se sustentam como invisíveis. Esta particularidade da invisibilidade do trabalho do profissional voltado para o cuidado repercute como mais uma variável para a falta de reconhecimento identificada nestes espaços laborais e indica a discriminação de gênero ainda presente na ordem do reconhecimento (Lima, 2013). Assim, a análise das entrevistas confirma a literatura: a invisibilidade e a falta de reconhecimento não são apenas características abstratas do Trabalho Reprodutivo, mas experiências vividas pelas mulheres. A dependência de um reconhecimento afetivo, e não institucional ou social, revela a profundidade da desvalorização desse trabalho e seus impactos subjetivos.

Assim, com a ausência de reconhecimento as mulheres também podem experimentar sentimentos de sofrimento ao realizar o Trabalho Reprodutivo.

Ainda sobre o sofrimento, elas afirmam que:

Na atualidade um dos meus maiores desafios é já ter uma certa idade e ter filhos pequenos na escola, o que me leva a estresse. E também onde nós moramos não é tão acessível, às vezes eu quero comprar uma verdura que acabou, um tomate, você tem que depender de um transporte pra ir até um supermercado ou feira mais próxima, então isso pra mim se torna um desafio (MARIA, grifo nosso).

Um dos principais desafios é com os bichos, pois eu preciso cuidar para não morrer. E da casa é ter todos os dias a disponibilidade de acordar para fazer as coisas. Nem todos os dias eu acordo querendo fazer, tem dias que eu não quero. Antes eu não podia fazer, eu estava doente. E também tem horas que estou cansada e sem disposição, este também é um desafio (SARA, grifo nosso)

Tem dias que a gente amanhece sem querer fazer nada. O que eu acho cansativo é ter que ir buscar Pedro na escola, não é perto de casa, ainda mais no sol, eu vou andando. Ele estuda em uma escola comunitária, é uns 10min andando daqui pra lá, o que cansa é o sol. Eu também acho um desafio o problema da água¹⁴, a água não

¹⁴ Laís é moradora da Zona Rural de São Luís-MA e alguns bairros enfrentam problemas de abastecimento de água.

sobe de jeito nenhum, a gente tem que ficar carregando água direto para fazer as coisas de casa (LAÍS, grifo nosso)

*Cozinhar é um desafio [...] mas eu também creio que é na hora de lavar a roupa, mesmo que seja na máquina, mas na hora de estender eu não gosto não. Aqui ainda é tanquinho, tu sabe como é?. **Tem que tirar a roupa, torcer, colocar no balde, colocar amaciante e depois estender.** A roupa não sai seca, o meu é diferente, é mais sofrimento. Eu penso em mudar daqui, queria ir para outro bairro, o bairro é bom. Mas tem muitas coisas aqui na Vila Maracujá¹⁵ que a gente sofre, **tipo para fazer uma feira, eu tenho que ir para o outro lado, então isso é um desafio** (DORNA, grifo nosso)*

***O desafio é o cansaço, eu fico cansada, tu entende?. O cansaço vem da labuta do dia a dia, você sente no final o cansaço que eu acredito que todo trabalho que é feito, fica cansado** (JÚLIA, grifo nosso)*

Assim, percebe-se através das falas que as vivências de sofrimento estão relacionadas a: sobrecarga, maternidade, idade para realizar essas atividades, o território onde vive, o cuidado com os animais, o cansaço, o abastecimento de água, cozinhar alimentos, lavar roupas e a desigualdade na divisão das tarefas. Todavia, o sofrimento é inevitável, pois coloca o sujeito frente ao real, ao incerto, e a tais constrangimentos impostos pelo cuidar. Em um primeiro momento, surge como uma experiência de fracasso e impotência, onde o sujeito se depara com o fato de que as prescrições não são suficientes ou os conhecimentos não são tão eficazes e o saber-fazer é derrotado (Lima, 2012).

Por outro lado, como mencionado por Ana, a impossibilidade de adoecimento aparece como um dos principais desafios enfrentados pelas mulheres, já que suas tarefas de cuidado não podem ser interrompidas. Diante dessa afirmação, foi necessário questionar como Ana realizava as atividades domésticas e de cuidado quando estava doente. Além disso, como relatado por Sara, havia um tempo que ela estava doente e não podia fazer as tarefas, nessa situação, tornou-se evidente como o auxílio de outras mulheres foi essencial para garantir a continuidade das atividades com a família. Seguem os relatos:

*Como ele (marido) sai muito cedo, eu já tenho que ter falado com a menina que faz transporte escolar para levar a Maria, já que não vou mais conseguir. **Pra almoçar sempre dá fraqueza, força, dependendo do que eu esteja eu consigo fazer um arroz e pra piorar Maria tem alergia ao ovo, então a gente não pode comer qualquer coisa aqui em casa.** Eu tenho que pedir alguma coisa na rua, além de eu só ter ele (marido) eu não tenho nenhuma rede de apoio, só tenho ele, então ele é minha rede de apoio ou então eu não tenho rede de apoio porque ele passa o dia todo fora. O que acontece é que Maria não vai pro reforço, ela também já não vai pro ballet que ela faz. Mas aí a gente já tenta pedir um pouquinho mais de delivery, pede comida pronta, **porque a máquina não vai poder fazer, entendeu.** Eu já fico brincando mais com ela deitadinha quando é algo que eu não consigo me levantar. Às vezes nem dá, ela quer fazer uma outra coisa, tá entediada e eu já fico ali mais pertinho dela, a gente vai levando como Deus permitir (ANA, grifo nosso)*

¹⁵ Vila Maracujá é um bairro localizado na Zona Rural de São Luís - MA.

Antes eu tinha hérnia, ninguém fazia essas atividades aqui em casa, só o meu marido que ajudava, mas ficava tudo sujo. Eu também tinha umas amigas que vinham e faziam a comida, cuidavam dos meus filhos e de mim nesse tempo que eu estava doente (SARA, grifo nosso)

Ainda de acordo com Machado (2022), os conflitos, o sofrimento e o prazer que emergem na situação de trabalho devem, também, sua dinâmica à organização do trabalho ou às dificuldades. Nas últimas décadas o sofrimento se intensificou. Mudanças relevantes no mundo do trabalho conduziram à degradação das relações intersubjetivas e ao esfacelamento dos coletivos de trabalho. As novas formas de gestão do trabalho, relacionadas ao modo de acumulação flexível de capital, que ganharam espaço a partir da década de 90, intensificaram o controle e a dominação no trabalho. De forma sutil, os discursos da gestão alcançam o registro da subjetividade, esperando que o trabalhador assuma os objetivos da gestão, aumentando o risco da servidão e alienação (Moraes, 2013a).

Em outras palavras, do mesmo modo que o sofrimento é tido como inevitável, é importante pontuar que o seu reconhecimento e a busca pela ressignificação conduzem à saúde, a vivências de prazer, enquanto que a negação do sofrimento, conduz a estratégias defensivas individuais ou coletivas ou até mesmo à patologia. Ambos, prazer e sofrimento, muitas vezes se mostram de forma concomitante no trabalho, dada a sua complexidade (Lima, 2012). Portanto, tendo em vista o que já foi dito, observa-se que as colaboradoras da pesquisa demonstraram mais vivências de sofrimento do que de prazer. Então, infere-se, que os desafios predominam na relação das mulheres com o Trabalho Reprodutivo, embora elas vivam poucos momentos de satisfação.

5.2 Estratégias de mediação e autocuidado: “Eu não penso muito em mim, primeiro vêm eles”

Buscando extrapolar a discussão para o âmbito das estratégias de mediação a partir da PDT, cabe-nos indagar de que forma tais estratégias de defesa estariam sendo mobilizadas frente ao mal-estar contemporâneo associado aos efeitos dos chamados “novos modelos de gestão”. Segundo Gaulejac e Hanique (2024), é importante reconhecer que nem todas as pessoas, ao serem confrontadas com injunções paradoxais, desenvolvem reações extremas, como a loucura. De fato, esse confronto pode gerar reações defensivas e mecanismos de distanciamento. As reações defensivas, por um lado, protegem o ego por meio de comportamentos adaptativos. Já os mecanismos de distanciamento envolvem o

desenvolvimento de qualidades específicas nos âmbitos reflexivo, psíquico e social, permitindo à pessoa agir sobre os efeitos paradoxais e neutralizá-los.

Com isso, as estratégias de mediação compreendem, tanto as estratégias defensivas como as estratégias de mobilização coletiva:

Estratégias defensivas: são mecanismos utilizados pelos trabalhadores, por vezes de modo inconsciente, para negarem (negação do próprio sofrimento) ou racionalizar (evitação e eufemização da angústia, medo e insegurança vivenciados no trabalho) o sofrimento e o custo humano no trabalho (Ferreira; Mendes, 2003).

Estratégias de mobilização coletiva: referem-se ao modo como os trabalhadores se organizam conjuntamente quando há um objetivo comum de eliminar o custo negativo que o trabalho lhes impõe. Tais estratégias, para que sejam utilizadas, necessitam da existência de cooperação entre os trabalhadores (confiança e solidariedade entre os colegas). Além de necessitar de um espaço público de discussão sobre o trabalho. Dessa forma, a utilização desses recursos depende da dinâmica contribuição-retribuição simbólica que pressupõe o reconhecimento da competência do trabalhador pelos seus pares e pela hierarquia (Dejours, 1999, 2007b).

Estratégias defensivas ou estratégias de defesa podem ser entendidas como um recurso que o trabalhador utiliza para eufemizar o sofrimento advindo de sua relação com o trabalho. Essas estratégias aparecem de várias formas e podem ser exploradas pela organização e conduzir à alienação. Inicialmente se estruturam como defesas de proteção; posteriormente como defesas de adaptação e, por fim, como defesas baseadas na exploração. Por isso, as defesas de proteção se fundamentam na racionalização e consistem em modos de pensar, sentir e agir compensatórios, que são utilizadas para suportar o sofrimento no trabalho. As defesas de adaptação e exploração se baseiam na negação do sofrimento e na submissão do desejo dos trabalhadores aos objetivos da organização (Moraes, 2013b). Para Gaulejac e Hanique (2024, p. 206), “as adaptações defensivas são como os sistemas imunológico, somático e psíquico. Permitem ao indivíduo se proteger de agressões de diferentes naturezas que podem colocá-lo em perigo, inclusive o protegendo contra a doença”. Em outras palavras, segundo Dorna e Muniz (2018), entre as pressões do trabalho e a doença mental encontra-se um indivíduo capaz de compreender, reagir e se defender de determinada situação.

É importante destacar que o sofrimento conduz a elaboração de estratégias defensivas, que apresentam riscos à alienação. Esse processo desencadeia o sofrimento, agravando-o, o que aumenta o risco de desencadear uma crise de identidade e um quadro de descompensação, que sinaliza o esgotamento da eficácia da estratégia de defesa. As estratégias mais utilizadas no

ambiente de trabalho são: a racionalização, negação, aceleração de cadências, uso de brincadeiras durante o trabalho, chegar antes do horário, os scripts, criar expressões verbais, buscar apoio no coletivo do trabalhador; embotamento afetivo, individualismo e passividade (Moraes, 2013b). Um exemplo que pode ajudar a compreender melhor essa questão é sobre a estratégia de Racionalização que permite apresentar a realidade de maneira coerente e normal, em conformidade com a razão. Como mecanismo de defesa, a Racionalização se coloca a serviço do poder, oferecendo justificativas lógicas para comportamentos que, na verdade, já não são racionais. Assim, a Racionalização consiste em elaborar e desenvolver uma argumentação que legitima ações questionáveis, defendendo o próprio comportamento “apesar de tudo”, mesmo quando este é contraditório com os próprios valores (Gaulejac; Hanique; 2024). Assim, segue o relato de Ana:

Primeiro eu choro, antes de tudo eu choro, eu sou fraca, eu choro por besteira, porque são duas situações, quando eu estou doente e quando Maria está de um jeito que eu não sei te explicar. Eu choro muito, eu me cobro muito, eu me sinto muito culpada, então eu choro, nas duas situações eu me sinto muito culpada. Às vezes quando eu tô doente, me sinto muito culpada, eu choro, mas eu tento contornar essa situação, então independente de como eu esteja eu tento fazer, eu tento dar o meu melhor, eu não penso muito em mim, primeiro vêm eles, principalmente primeiro ela, né. É como se eu me cobrasse muito, então eu me sinto muito culpada em relação ao estar doente (ANA, grifo nosso).

Portanto, Ana lida com esse momento através do choro e da culpa, a estratégia criada é seguir realizando as tarefas, colocando em primeiro lugar a filha e o marido, negligenciado o seu autocuidado. Atrelado a isso, a estratégia de Racionalização é percebida no seu relato no momento em que ocorre a minimização de acontecimentos no seu cotidiano, ou seja, no “apesar de tudo”. Ana atribui explicações do ponto de vista lógico para preservar sua saúde frente às dificuldades vividas no contexto de trabalho. Essa estratégia é percebida quando ela afirma que, “independente de tudo, tenta contornar as situações”, isto é, independente de como esteja, ela segue realizando as tarefas do seu cotidiano. De acordo com Gaulejac e Hanique (2024), essa estratégia produz um novo indivíduo: flexível, resistente ao estresse, capaz de enfrentar constantemente as injunções paradoxais sem ser afetado. Mas o preço a se pagar é elevado, transformar a Racionalização em “recurso humano”, equivale a lhe pedir que renuncie a se tornar sujeito.

Por outro lado, o relato de Ana também reproduz a estratégia da Virilidade, atribuindo força e coragem, silenciando o medo e o sofrimento. Não obstante, em relação ao trabalho produtivo, é requerido que mulheres que ocupam postos de comando façam provas de firmeza, empregando os métodos viris como os homens, mas que também estejam atentas ao cuidado

com os outros. No Trabalho Reprodutivo, podemos ter a utilização da mesma estratégia, uma vez que dentro de suas casas elas desempenham uma função de comando, de serem responsáveis pela organização e gerenciamento de toda a casa, sendo levadas a esconderem quaisquer sentimentos ligados socialmente à fraqueza: como choro, tristeza ou ansiedade (Molinier, 2004; Silva, 2023).

Ainda sobre as estratégias de mediação, Clara revela que:

O ideal de estratégia seria uma rede de apoio, mas eu não tenho uma rede de apoio. O que eu encontrei de estratégia foi realmente me aproximar da clínica do meu filho e da escola que ele estuda. Eu não sei porque, mas eu nunca tive, talvez pelo custo, de ter um babá que eu pudesse dividir essa atribuição, como eu tinha essa ideia de não colaborar financeiramente eu achava realmente que eu tinha que dar conta, então nunca pensei em ter um babá, pois eu estou em casa, eu achava isso, eu tenho que dar conta, não é outra pessoa que tem que dar conta, é meu filho. Eu me desdobrava nesse sentido, naquela época eu cheguei a conclusão que pra eu me ajudar eu tinha que me aproximar da escola e da clínica [...] Sobre a terapia, é interessante porque eu fui para a terapia mais para uma demanda que eu tinha além de todo esse cansaço, essa exaustão que eu vim perceber na terapia. Ela dizia, "você está abandonada", e eu não me dava conta disso, eu fui pra uma demanda de trauma meu, pois eu tive uma filha antes, eu perdi uma filha e logo em seguida eu engravidei, e foi algo que ficou mal resolvido, esse medo de perder, tava me prejudicando, no sentido de não confiar em ninguém a cuidar dele. Foi isso que me levou a terapia, me ajudar nessa questão, na terapia que eu fui me dar conta da minha rotina porque eu queria dar conta da minha insegurança e queria dar conta da casa, foi muito importante, se eu não tivesse feito eu não teria a percepção que eu tenho hoje. Então foi a terapia e as circunstâncias (CLARA, grifo nosso)

Clara encontrou como estratégia a mudança de casa, haja vista que ficou mais próxima da clínica e escola do seu filho, além disso, reconhece a terapia como um recurso fundamental para a percepção da sua exaustão diária. Todo o processo que Clara vivenciou e relatou através de sua fala, também evidencia um sujeito constantemente em performance, cuja experiência/cotidiano não lhe permitia espaço para o questionamento da sua realidade. É por essa razão, que a ação permanente impede que o sujeito dedique tempo à elaboração psíquica. Condenado a ser móvel, flexível e adaptável, o indivíduo se torna instável. Essa inquietação permanente leva a uma perda de sentido da própria vida, como se a ideia de estar sempre em movimento fosse uma qualidade. Com isso, o uso de estratégias defensivas pode criar um obstáculo para que os sujeitos pensem e reajam contra os elementos da organização, gerando alienação. Uma vez que o uso exacerbado pode levar ao esgotamento e iniciar um processo de adoecimento (Lima, 2012; Gaulejac; Hanique, 2024).

Outro ponto que o relato de Clara faz suscitar é de que a ação constante é um movimento poderoso para canalizar a ansiedade, pois, enquanto o ego estiver concentrado em uma tarefa, tenta-se evitar que a depressão se manifeste. O *burnout* (esgotamento profissional), por exemplo, encontra sua fonte na necessidade de trabalhar sem descanso para lutar contra as

ansiedades depressivas. Trata-se, portanto, de não dar nenhuma brecha ao surgimento da angústia e do questionamento da realidade. Por isso, é um sujeito que dá a si mesmo a ilusão de agir, sem ter consciência do real de sua atividade (Gaulejac; Hanique, 2024), uma vez que a sua experiência também está atravessada pelas imposições da sociedade e pelas estruturas do patriarcado, por isso Clara somente tomou consciência disso ao longo de seu processo terapêutico.

Por outro lado, nota-se que os discursos anteriores de Clara evidenciam de forma contundente a estratégia defensiva da Mulheridade, na medida em que revelam a crença, internalizada a partir de sua família, de que as mulheres devem assumir integralmente a carga do Trabalho Reprodutivo. Mas ao contrário da estratégia Virilidade, a Mulheridade não é valorizada, só leva a depreciação de si, como colocado por Clara quando a sua terapeuta diz: "você está abandonada". Nesse sentido, trata-se de uma estratégia menos promissora que a Virilidade. Para Dorna e Muniz (2018), quando engendrada por um grupo de mulheres, a Mulheridade consiste em punir por exclusão aquelas que não se satisfazem com a condição de dominadas. Essas “rebeldes” representam para as demais o risco de revelar o sofrimento gerado pela opressão e tomada de consciência do esforço que elas mobilizam para lidar com a opressão de forma a sofrer menos possível. Além disso, sobre o suporte da terapia, ainda que seja uma forma de enfrentamento individual, aproxima-se da lógica de mobilização coletiva, pois envolve cooperação e reconhecimento externo.

Ainda se tratando de estratégias, Maria se planeja para que não falte nada em casa e, assim, evita o estresse. Em situações de maior sobrecarga, recorre a práticas emocionais simples, como respirar “fundo” ou “ignorar” momentaneamente as demandas. Além disso, Maria faz uso da estratégia defensiva chamada Passividade, pois fica evidente um estado de inércia frente às dificuldades encontradas no seu dia a dia. Percebe-se, em sua fala, que ela se mantém imóvel diante das imposições e das possibilidades de transformação, como evidenciam expressões sobre “eu não lido com isso”, “são momentos que eu ignoro”, “eles estão falando, eu estou ignorando”. Ao mesmo tempo, Sara e Laís também demonstram um comportamento passivo diante da vivência contada. Para Barros e Mendes (2003), na utilização da estratégia defensiva Passividade, o indivíduo apenas cumpre as ordens sem questionar o contexto. Seguem as falas de Maria, Sara e Laís:

*Na verdade, **eu não lido com isso**, a gente tenta planejar que não falte nada, se faltar algo necessário pra fazer uma comida, eu tento me organizar para que não falte. E na questão do estresse com as crianças **eu tento respirar fundo**, porque o desafio se torna bem intenso. Eu já tenho as atividades da casa e quando eles chegam da escola, e o almoço não tá pronto, fica naquela agonia, se torna bem intenso pra mim, **são***

momentos que eu ignoro, eles estão falando e eu estou ignorando (MARIA, grifo nosso).

Olha, mesmo cansada eu tenho que fazer essas tarefas. Eu tenho que cuidar dos bichos, senão eles morrem. Eu tenho que cuidar dos meus filhos. Mesmo cansada eu sigo fazendo (SARA, grifo nosso)

Tipo eu programo, né. Na parte da tarde eu não tenho e nem gosto de fazer nada em casa, então eu me programo para fazer tudo pela manhã, então a minha estratégia é fazer dessa forma. E a outra forma de lidar é só aceitando mesmo a vida (LAÍS, grifo nosso)

É perceptível que as estratégias defensivas podem ser um recurso construído pelas mulheres para lidarem com o sofrimento sem adoecer, a fim de permanecer realizando o Trabalho Reprodutivo. Somado a isso, observa-se que o labor impacta na subjetividade dessa mulher que, por sua vez, deixa de se escutar e se enxergar como sujeito de necessidades. Nesse contexto, aquilo que pode começar como estratégia de defesa, se não cuidado, pode vir a adoecer. Além disso, se considerarmos que as mulheres historicamente ocupam o papel de cuidar, amar e zelar pelo outro e a estrutura familiar, sem que lhe seja permitido questionar tal lugar, compreende-se que seu psiquismo está inteiramente habitado por marcas estruturantes da cultura patriarcal (Rezende *et al.*, 2024).

Arelado a essa questão das estratégias de mediação, também é importante se questionar “como fica o autocuidado dessas mulheres?”. Afinal, ao dedicarem grande parte do seu tempo para o cuidado dos outros, acabam negligenciando o seu próprio cuidado. Ana afirma “é como se eu não tivesse tempo para adoecer. Não que o meu marido fale sobre isso, mas eu mesma me cobro”. A partir dessa ideia de que não há tempo para adoecer, ela descreve sobre uma situação que enfrenta um nódulo de gordura nas costas desde 2023. Segue o relato:

Ontem eu tinha uma consulta com o dermatologista, aí eu falei com a minha vizinha aqui na frente, ela tá doente e a Maria também está doente e o meu marido ia pro interior a trabalho. Eu tive que desmarcar minha consulta porque eu não tinha quem deixar ela, porque estava doente e não pude ir. Eu não tenho uma rede de apoio, aí eu fico contando com um e com outro, não tenho um irmão mais próximo e a minha mãe. Eu estou com um nódulo de gordura enorme na minha costa, e eu já venho empurrando com a barriga, aí eu consegui marcar um dermatologista ontem, e tive que desmarcar, e ainda não marquei. Agora eu tenho que ver um dia pra minha vizinha ficar com ela, um horário pra eu ir. Eu tento remarcar a dermatologista desde 2023, eu fiz a ultrassom que deu o nódulo de gordura, no ano passado eu não consegui marcar, consegui esse ano e o exame já não serve mais e eu não pude ir. Mas vai dar certo (ANA, grifo nosso)

Na entrevista de Ana, ela se mostrou bastante desconfortável com essa situação. Ela não buscava atendimento médico com frequência, pois as responsabilidades cotidianas e a dependência dos outros em relação ao seu trabalho doméstico e de cuidado tornam difícil

priorizar a sua própria saúde. Ainda sobre essa perspectiva do autocuidado, indaga-se: “As suas atividades interferem na sua saúde e no seu bem-estar? Se sim, como?”. Ana afirma que:

*Acho que interfere, como qualquer outra pessoa que trabalhe, independente se for em casa ou não, **porque primeiro vem a nossa cobrança, todo funcionário, se está devendo alguma coisa vem aquela cobrança.** A gente mesmo que estuda, acho que é natural da gente, se cobrar. Então eu me cobro muito, **acho que por isso me adocece mais, aquilo que eu não dou conta eu fico me sentindo muito mal,** até porque eu tenho um filho pequeno, então 24h do meu dia tem que dar pra eu fazer tudo e mais um pouco. **O meu dia tinha que ter 27h,** para eu conseguir fazer tudo, tipo a Maria diz "mãe, vem deitar comigo", eu não consegui deitar com ela, então aquilo me machuca muito, mexe muito comigo e aos poucos a gente tem que... assim **eu dedico muito do meu tempo, esqueço de mim, então mexe com a saúde mental da gente, com o físico** (ANA, grifo nosso).*

O relato de Ana reforça a negligência existente com o próprio autocuidado, não por uma questão individual, mas como resultado de uma rotina de trabalho que, na maioria das vezes, é difícil de conciliar. Ademais, ainda no percurso e finalização desta pesquisa, é válido trazer que, por ser algo que a incomodava, Ana conseguiu, ao final do ano de 2025, retirar o nódulo das costas.

Ainda sobre o impacto das atividades na saúde física e mental devido ao Trabalho Reprodutivo. Seguem os relatos de Clara, Sara, Dora e Laís:

*Muito e muito. **Eu sinto no meu corpo o nível de estresse, hoje eu tenho reação física mesmo, eu fico cheia de bolhas, eu sinto dor de cabeça.** O meu esposo até fala, "parece que tu estás em uma competição, tem que tá tudo limpo e tudo arrumado". E com isso, **a gente vai criando algo na cabeça por não conseguir e dói a cabeça, vem a ansiedade e o estresse** (CLARA, grifo nosso)*

*Antes eu usava fogão a lenha, mas eu parei de usar, porque **estava doendo a minha barriga.** Pois eu fiz a cirurgia, e quando eu cozinhava lá, **era muito quente e esquentava, eu passava mal.** Foi eu parar de utilizar, passou (SARA, grifo nosso)*

*O tanquinho quando tava quebrado **eu sentia muitas dores nos braços** (DORA, grifo nosso)*

***Interferem sim porque eu me estresso, afeta.** Eu sou aquele tipo de pessoa que **sou muito estressada, com poucas coisas.** Se eu chego em casa e tem vários pratos na pia, eu me estresso, se Pedro bagunça a casa eu me estresso, eu sou muito estressada (LAÍS, grifo nosso)*

É importante mencionar que Laís também afirmou estar sentido dores nas costas, tal fato se atrela a seguinte situação que ela trouxe em seu relato:

*Eu estava carregando balde de água direto, esses dias eu não estou pegando porque **estou com dores nas costas,** acho que foi o mal jeito em pegar o balde e estou sentindo, como a gente tem que subir pela escada com o balde, acho que isso afetou a minha dor (LAÍS, grifo nosso)*

Por outro lado, para Sara, realizar essas atividades ajudam na saúde e bem-estar. Segue o relato:

Eu acho que fazer as atividades me ajudou a viver mais. Se eu parar, eu fico doente, eu tenho que trabalhar, eu me sinto bem. Quando eu não trabalhava eu era depressiva, doente, devido o processo que eu passei da hérnia, eu fiquei ruim. Eu acho que foi um meio de ficar bem. É a maneira que eu me sinto bem, fazendo as minhas atividades (SARA, grifo nosso)

Ao mesmo tempo, a fala de Júlia revela uma visão naturalizada do Trabalho Reprodutivo, compreendido como algo “leve” e inerente à condição feminina. Ao minimizar o impacto desse trabalho em sua saúde, Júlia reproduz a lógica de invisibilidade, como algo natural. Segue a fala:

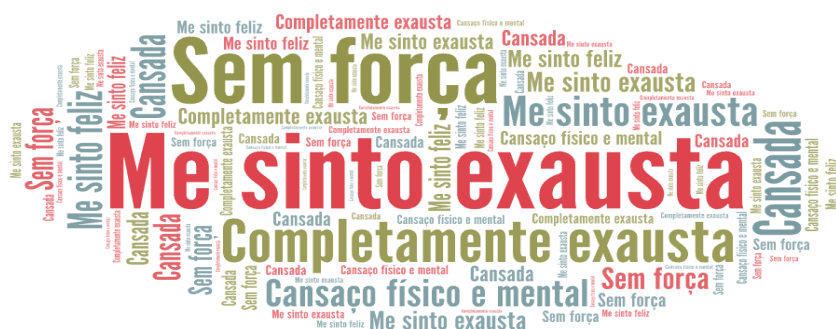
Eu não acho que interfere na minha saúde, eu não faço nada ultrapassando o que qualquer outra pessoa faria dentro de casa, né? Eu acho que o meu trabalho é leve (JÚLIA, grifo nosso)

Observou-se que, ao final da entrevista, houve um insight significativo por parte de Júlia, quando foi questionada sobre o que pensava a respeito do seu trabalho após a nossa conversa. Nesse momento, ela afirma:

Tu acredita que eu nunca parei para pensar nisso?... Estou me perguntando agora o porque outras pessoas você chamaria para fazer e ia remunerar?. Eu nunca parei para pensar sobre isso, eu acho agora que nós deveríamos receber remuneração por isso. Pior né? Tem muitas mulheres que não recebem, né? (Júlia, grifo nosso)

Esse movimento de reflexão no discurso de Júlia evidencia como o processo de escuta e diálogo pode suscitar momentos de conscientização sobre o valor do Trabalho Reprodutivo. A partir disso, foi proposto que as colaboradoras expressassem como se sentem ao final de um dia de trabalho. As respostas deram origem a uma nuvem de palavras que mostram os sentimentos e as percepções que atravessam o cotidiano dessas mulheres. Segue:

Figura 2: Percepções acerca do Trabalho Reprodutivo



Fonte: dados da pesquisa 2026

Por isso, é importante buscar compreender de que modo elas têm observado a sua rotina e a si, mesmo diante desse trabalho. Embora o Trabalho Reprodutivo muitas vezes ocorra em ambientes informais ou domésticos, as condições de trabalho são igualmente importantes. O Trabalho Reprodutivo em si é invisível, uma vez que não se vê as esperanças e expectativas depositadas no trabalho, também não se vê o sofrimento e o prazer vivido nesta experiência, nem os esforços dispensados, sejam eles individuais ou coletivos, e as formas de inteligência que ele suscita. Contudo, algumas atividades são tidas como mais invisíveis por não se transformarem num objeto concreto. Este é o caso do Trabalho Reprodutivo que se define muito mais na esfera do *não trabalho* que, propriamente, na *do trabalho*.

6. (IN)CONCLUSÕES

A presente pesquisa teve como objetivo geral analisar as implicações do Trabalho Reprodutivo não remunerado na subjetividade de mulheres, tendo como alicerce teórico a Psicodinâmica do Trabalho e a Teoria da Reprodução Social. Compreender esse trabalho exige, a priori, que não se naturalize como uma responsabilidade feminina. Em seguida, partindo da PDT, busca-se entender todos os processos que atravessam esse tipo de trabalho, o qual, assim como qualquer outro, é permeado por sofrimento e, quando este não encontra espaço para ser transformado em prazer, torna-se um potencial fonte de adoecimento para as mulheres.

Percebeu-se ao longo da história, que mesmo com os avanços e conquistas através da entrada das mulheres no mercado de trabalho, ainda são elas que continuam realizando e responsabilizando-se por todo o Trabalho Reprodutivo da sociedade. Vogel (2022), afirma que o trabalho necessário é acompanhado por um componente do trabalho doméstico obscuro. Embora apenas um componente apareça no mercado e possa ser visto, a reprodução da força de trabalho envolve ambos. Ou seja, os salários podem permitir que os trabalhadores comprem mercadorias, mas o trabalho doméstico, também deve, em geral, ser realizado. As crianças não são apenas cuidadas, mas também educadas nas habilidades necessárias para se tornarem adultos competentes da classe trabalhadora. Os indivíduos da classe trabalhadora precisam ser assistidos. Essas várias tarefas são, pelo menos, realizadas através do Trabalho Reprodutivo.

Além disso, ao abordar sobre a força de trabalho e os três processos descritos por Bhattacharya (2019), identificou-se uma relação direta com a pesquisa de Molinier (2004), uma vez que a autora destaca que o trabalho das mulheres, especialmente no âmbito doméstico, exerce influência direta sobre o desempenho do(a) companheiro(a) na esfera produtiva. Essa relação é igualmente confirmada pelos dados obtidos na pesquisa realizada, que evidenciam como o Trabalho Reprodutivo, ainda que não remunerado, sustenta e possibilita o funcionamento das demais esferas produtivas. Assim, reafirma-se que os Trabalhos Reprodutivos constituem a base dos trabalhos produtivos, uma vez que, para que qualquer outro trabalho possa ser realizado, é indispensável que os trabalhos domésticos e de cuidado sejam praticados.

Dessa maneira, o trabalho não deve ser compreendido apenas como uma atividade remunerada ou que produz valor, é importante ampliar esse conceito para atividades que englobam, por exemplo, o Trabalho Reprodutivo, haja vista que mesmo invisibilizado, esse trabalho é essencial para a manutenção da sociedade. Com isso, percebeu-se que o sentido do trabalho é um construto subjetivo e historicamente determinado, que vai além de uma relação econômica e se insere na constituição da identidade. Para as mulheres, ao mesmo tempo que o

sentido do Trabalho Reprodutivo está ligado ao sentimento de utilidade, ao cuidado e ao servir, esse trabalho também é atravessado pela ideia de servidão, sendo uma função carregada de sacrifício, culpa, repetição e cansaço. Essa ambiguidade perpassa os discursos das mulheres, que associam o trabalho ao amor e doação, mas também vivenciam como invisível e obrigatório.

A rotina dessas mulheres revela uma jornada de trabalho extensa e sem folgas, sendo narrada com notável precisão e detalhes, permitindo compreender a intensidade e a complexidade do dia a dia. Além disso, constatou-se que a divisão desse trabalho é desigual, haja vista que mesmo quando os homens ou membros da família ajudam, a maior responsabilidade recai sobre elas. Muitas mulheres não tem uma rede de apoio e, conseqüentemente, são mais sobrecarregadas. Observou-se, por exemplo, que o tempo dedicado a essas atividades varia de 12 a 18 horas diárias. Atrelado a isso, as tecnologias facilitam o cotidiano, mas é importante frisar que não estão acessíveis a todas elas. E as mulheres que mais necessitam dessas tecnologias, estão em maior situação de vulnerabilidade. Outro ponto a ser visto, é que a pandemia intensificou o Trabalho Reprodutivo, esse período tornou evidente, por exemplo, a ideia de que essas mulheres não podem adoecer, pois a sua ausência impacta a vida do outro.

Quando se trata de reconhecimento no trabalho, constatou-se que o Trabalho Reprodutivo permanece pouco reconhecido e valorizado. Nos discursos das mulheres, observou-se que não há uma divisão igualitária das tarefas; tampouco um retorno por parte da família em relação ao trabalho. Além disso, muitos homens não percebem a dimensão e o esforço necessário para realização das atividades cotidianas. Por se tratar de uma pesquisa que tem como base a PDT, é válido frisar que o reconhecimento no trabalho é crucial para a construção da identidade e, conseqüentemente, para o estabelecimento da saúde e prazer. Assim, a ausência de reconhecimento impede que o sofrimento inerente ao trabalho seja elaborado e transformado, permanecendo, muitas vezes, como fonte de desgaste e desvalorização.

Ao mesmo tempo, as falas das colaboradoras mostram que os momentos de prazer nesse trabalho estão ligados ao cuidado e afeto dos filhos, o que evidencia que o valor simbólico de suas atividades é sustentado mais pelas relações afetivas do que pelo reconhecimento social. Um outro ponto visto é que as mulheres tendem a embelezar a realidade do Trabalho Reprodutivo, transformando o que é sobrecarga em obrigação e vocação. Esse comportamento evidencia a estratégia coletiva da Mulheridade, uma vez que se manifesta em todas as falas,

configurando-se como um mecanismo de defesa ancorado em ideais conservadores e patriarcais que incentivam a servidão e a submissão feminina.

Por outro lado, ao adotar essa estratégia, as mulheres internalizam as expectativas sociais. Esse modelo pode ser comparado a figura da Mulher-Maravilha, construída historicamente como representação do feminino forte e incansável. Essa idealização, contudo, produz efeitos psíquicos opressores, pois impõe às mulheres a negação do cansaço, do erro e da necessidade de autocuidado. Ao mesmo tempo, observa-se a presença de outra forma defensiva: a estratégia coletiva da Virilidade. Essa estratégia manifesta-se quando o sujeito busca provar a sua força e capacidade de suportar o sofrimento sem demonstrar fragilidade. No contexto das mulheres, ela se expressa no esforço contínuo de “dar conta de tudo”, não adoecer, não falhar e não pedir ajuda, mesmo diante da exaustão.

Ademais, os desafios relatados estão relacionados à maternidade, sobrecarga física e emocional, idade para realização dessas atividades, condições precárias de infraestrutura (território, abastecimento de água), ausência de uma rede de apoio e a desigualdade na divisão das tarefas. Além disso, a impossibilidade de adoecimento é destacada como principal fator de sofrimento, haja vista que as atividades são contínuas e não podem ser interrompidas. Assim sendo, mesmo diante das limitações, as mulheres precisam encontrar maneiras de manter o funcionamento da casa e das necessidades dos outros. Portanto, infere-se que as colaboradoras da pesquisa demonstraram mais vivências de sofrimento do que de prazer. Ou seja, os desafios predominam na relação das mulheres com o Trabalho Reprodutivo, embora elas vivam raros momentos de satisfação.

Para lutar contra o sofrimento advindo dessa relação, observou-se que as estratégias defensivas predominam diante das estratégias de mobilização coletiva. Entre elas, destaca-se a estratégia de Racionalização, que busca justificar e dar coerência ao sofrimento. Observa-se, também, a utilização da Passividade, marcada pela aceitação e pela inércia frente às adversidades, como forma de evitar o confronto com a dor. E como já mencionado anteriormente, evidencia a estratégia coletiva de Virilidade, quando a mulher nega fragilidade/medo e impõe força e resistência. E o uso da estratégia Mulheridade, que expressa a crença de que é dever feminino suportar sozinha o cuidado familiar e o trabalho doméstico. Além disso, utiliza-se a ação constante como tentativa de controlar a ansiedade e evitar o adoecimento, tais estratégias embora sejam protetoras, podem conduzir ao esgotamento. Assim, surgem sinais de estratégias de mobilização coletiva, especialmente na experiência de Clara, que utiliza a terapia como forma de elaboração do sofrimento. No entanto, a ausência de redes de solidariedade e espaços coletivos de fala faz com que prevaleçam respostas individuais,

revelando o isolamento e a sobrecarga emocional das mulheres no desempenho do Trabalho Reprodutivo.

Nessa discussão, a Lei nº 15.069/2024, sobre a Política Nacional de Cuidados, afirma que o cuidado compreende o direito a ser cuidado, cuidar e o autocuidado, e isso abre um caminho para pensar o cuidado. O primeiro ponto é reivindicar um novo estatuto de classificação para o Trabalho Reprodutivo, ou seja, reconhecer esse trabalho dentro da economia. Também é importante olhar para a proteção social e econômica dessas mulheres, pensar em uma política de renda é um dos primeiros passos na defesa de direitos, como por exemplo, a aposentadoria especial para as mulheres que dedicaram a vida ao Trabalho Reprodutivo, haja vista que elas enfrentam maiores taxas de desemprego, recebem salários menores e, conseqüentemente, vivem em condições de maior pobreza.

Outro ponto relevante nesse estudo é de que o autocuidado feminino é impactado pela sobrecarga decorrente do Trabalho Reprodutivo. Esse contexto laboral reforça uma dinâmica da negação de si, na qual as necessidades pessoais são deixadas em segundo plano. Os efeitos dessa sobrecarga manifestam-se tanto no plano físico (por meio de dores e cansaço), quanto emocional (estresse e ansiedade). Ademais, percebeu-se que o processo reflexivo proporcionado pela escuta e pela fala das mulheres revela a possibilidade da tomada de consciência desse trabalho e da importância do cuidado de si mesmas.

Ademais, torna-se indispensável discutir sobre o autocuidado, pensando em “quem cuida de quem cuida?”, haja vista que o autocuidado vai além das práticas de bem-estar individual, deve ser visto pela perspectiva política e social. Por isso, é válido fortalecer os programas de saúde integral tendo em vista as mulheres que realizam o Trabalho Reprodutivo.

Com base nisso, é importante considerar que esta pesquisa oferece contribuições para o campo de estudos da saúde no trabalho, especificamente através do olhar da Psicodinâmica do Trabalho. Considera-se, também, que existem poucas pesquisas voltadas para investigar essa temática no campo da Psicologia, por isso, essa análise proporciona uma compreensão que leva em consideração os desafios e particularidades que estão presentes na subjetividade dessas mulheres.

Ainda que os objetivos propostos tenham sido alcançados, identifica-se como limitação a insuficiente exploração das interseccionalidades de raça/etnia, classe social e geração. Ademais, considerando que a amostra foi composta exclusivamente por mulheres cisgênero, reconhece-se a limitação no alcance de outras expressões e vivências de mulheridades. Essas dimensões são fundamentais para a compreensão do Trabalho Reprodutivo, uma vez que determinam diferentes formas de inserção, reconhecimento e valoração social desse tipo de

trabalho. A experiência desse trabalho não se manifesta de maneira homogênea entre as mulheres; ao contrário, é atravessada por desigualdades estruturais que ampliam ou atenuam as condições de sobrecarga e invisibilidade. Assim, estudos futuros devem considerar tais marcadores sociais para aprofundar a análise sobre as múltiplas formas de vivenciar e significar o Trabalho Reprodutivo.

Por fim, diante do percurso empreendido pela pesquisa e dos dados coletados com a mesma, é possível afirmar que tal investigação pode servir como contribuição teórica para a Psicologia Organizacional e do Trabalho e para a Psicodinâmica do Trabalho. Assim, também faz parte do que se espera como conquista alcançada, contribuir teoricamente para o desenvolvimento de futuras pesquisas acerca da temática. Esse estudo torna-se relevante por fomentar maior desenvolvimento acadêmico e contribuição para a visão e exercício da atuação da(o) psicóloga(o). Portanto, esse estudo trouxe contribuições para compreender como se estrutura os sentidos do trabalho para as mulheres, bem como analisou as vivências de prazer e sofrimento e, sobretudo, foi possível investigar quais estratégias de mediação estão sendo utilizadas frente ao sofrimento no trabalho. Entretanto, novas pesquisas devem ser elaboradas no intuito de produzir conhecimento e compreensão sobre o Trabalho Reprodutivo, sobretudo, em relação aos aspectos subjetivos.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, C. N. **Sejamos todos feministas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- ALBORNOZ, S. **O que é trabalho?**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.
- ALVES, B. F.; GUIMARÃES, M. O. A inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro: direitos, desigualdades e perspectivas. **Revista Augustus**, Rio de Janeiro, vol. 14, n. 28, 2009.
- ALVES, A. E. S. Divisão sexual do trabalho: a separação da produção do espaço reprodutivo da família. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 11, n. 2, p. 271–289, 2013.
- ANTHONY, P. D. **The ideology of work**. London, Tavistock, 1977.
- ANTLOGA, C.; MONTEIRO, R.; MAIA, M.; PORTO, MANUELLA.; MACIEL, M. Trabalho Feminino: Uma Revisão Sistemática da Literatura em Psicodinâmica do Trabalho. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 36, p. 1-8, 2020.
- ARAÚJO R. R.; SACHUCK M. I. Os sentidos do trabalho e suas implicações na formação dos indivíduos inseridos nas organizações contemporâneas. **Revista de Gestão USP**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 53-66, 2007.
- ANTUNES, R. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.
- BASEGGIO, J. K.; SILVA, L. F. M. As condições femininas no Brasil colonial. **Revista Maiêutica**, Indaial, v. 3, n.1, p. 19-30, 2015.
- BADINTER, E. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BARROS, P. C. R.; MENDES, A. M. Sofrimento psíquico no trabalho e estratégias defensivas dos operários terceirizados da construção civil. **Psico USF**, 63-70, 2003.
- BATISTA, N.; DINIZ, S.; OLIVEIRA, B. **A responsabilidade civil do cônjuge pela sobrecarga mental gerada na mãe em razão da criação dos filhos**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Potiguar, 2022.
- BENDASSOLLI, P. F; SOBOLL, L. A. **Psicologia do trabalho**: Psicologia aplicada. São Paulo: Atlas, 2011.
- _____. Reconhecimento no trabalho: Perspectivas e questões contemporâneas. **Psicologia em Estudo**, v. 17, n. 1, p. 37–46, 2012.
- BLANCH, J. M. Trabajar en la modernidad industrial. In: BLANCH, J. M. (Org.). **Teoría delas relaciones laborales**: fundamentos. Barcelona: UOC, 2003, pp. 19-148.
- BHATTACHARYA, T. O que é a teoria da reprodução social?. **Revista Outubro**, v. 32, n. 1, p. 99-113, 2019.

_____. **Teoria da reprodução social:** remapeamento de classe, recentralização da opressão. Tradução Juliana Penna. São Paulo: Elefante, 2023.

BORGES, L. O. As concepções do trabalho: um estudo de análise de conteúdo de dois periódicos de circulação nacional. **Revista de Administração Contemporânea**. Curitiba, v. 3, n. 3, 1999.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Santa Catarina, v. 2, no 1 (3), p. 68-80, 2005.

BRASIL. Constituição (1934). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 16 jul. 1934.

_____. Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 103, p. 1-3, 2 jun. 2015.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico 2022. Rio de Janeiro: IBGE. 2022.

BRITO, M. M. L. A.; COELHO, G. G. C. Feminismo marxista e psicologia: o trabalho reprodutivo na formação da subjetividade das mulheres. **Revista de Ciências Sociais**, nº 55, p. 184-200, 2021.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. Instruídas e trabalhadeiras trabalho feminino no final do século XX. **Cadernos Pagu**, p.157-196, 2002.

BRUSCHINI, C.; PUPPIN, A. B. Trabalho de mulheres executivas no Brasil no final do século XX. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 121, jan/abr. 2004.

BULFINCH, T. **O livro de ouro da mitologia:** histórias de deuses e heróis. Tradução: David Jardim Júnior, 26a ed. Rio de Janeiro, 2002.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. Petrópolis, R.J: Vozes, 2001

CAVALLERO, L.; GAGO, V. **A casa como laboratório:** finanças, moradia e trabalho. Tradução: Rabahie, J. São Paulo: Elefante, Porto Alegre: Criação Humana, 2024.

CASTRO, A. B.; SANTOS, J.; SANTOS, J. **Gênero, patriarcado, divisão sexual do trabalho e a força de trabalho feminina na sociabilidade capitalista.** Anais da Faculdade do Vale do Jaguaribe, Ceará, 2018.

CENTRO ESTADUAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE (RS). Legislação de outros contaminantes. Porto Alegre: CEVS-RS, [s.d.]. Disponível em: <https://www.cevs.rs.gov.br/legislacao-de-outros-contaminantes>. Acesso em: 17 out. 2025.

COLLING, A. M. Pós-cidadania feminina. **Revista Territórios & Fronteiras**, v. 10, n. 2, p. 9–22, 2017.

D'ALESSANDRO, M.; O'DONNELL, V.; PRIETO, S.; TUNDIS, F.; ZANINO, C. La dirección de economía, igualdad y género presentó el informe “Los cuidados. **Ministério da Economía Argentina**, 2020.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **Trabalho e emancipação**. Tradução: Franck Soudant. Brasília: Paralelo 15, 2012.

_____. A psicodinâmica do trabalho na pós-modernidade. In: MENDES, A. M.; LIMA, S. C. C.; FACAS, E. P (Orgs.). **Diálogos em Psicodinâmica do trabalho**. Brasília: Paralelo 15, 2007a.

_____. **A banalização da injustiça social**. Tradução: Luiz Alberto Monjardim. 7 ed. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2007b.

DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. **Psicodinâmica do trabalho**: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. Atlas, 2011.

DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E. Itinerário teórico em psicopatologia do trabalho. In: DEJOURS, C; ABDOUCHELI, E; JAYET C; BETIOL, M. I. S. (orgs). **Psicodinâmica do trabalho**: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 1994. p. 119-145.

DALCIN, L. R.; NETO, J. L. F. Isolamento social e sofrimento emocional de mulheres durante a pandemia de covid-19. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, 2021.

DORNA, L. B. H.; MUNIZ, H. P. O maternar como atividade de trabalho. **Pesquisas e práticas psicossociais**, São João del Rei, v. 13, n. 2, p. 1-16, 2018.

DUARTE, G.; SPINELLI, L. M. Estereótipos de gênero, divisão sexual do trabalho e dupla jornada. **Revista Sociais e Humanas**, v. 32, n. 2, p. 126–145, 2019.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

FALAS FEMININAS. [Programa de TV]. Rede Globo, 2021.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017. 464 p.

_____. **O patriarcado do salário**. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2021.

_____. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FARIA, C. A. P. Entre marido e mulher, o estado mete a colher: reconfigurando a divisão do trabalho doméstico na Suécia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 17, 2002.

FERREIRA, M. C.; MENDES, A. M. **Trabalho e Riscos de Adoecimento**: O Caso dos Auditores-Fiscais da Previdência Social Brasileira. Brasília: LPA Edições, 2003.

FELIX, E. G.; GOMES, L.; WAISSMANN, W. Invisíveis no trabalho e na saúde: exposição ocupacional de mulheres ao amianto na região de Pedro Leopoldo - MG. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, 2025.

FIGUEIREDO, V. C. N. Escuta clínica da servidão: em pauta o sofrimento de mulheres desempregadas. In: **Psicopolítica e psicopatologia do trabalho**. Fernanda Sousa-Duarte; Ana Magnólia Mendes; Emílio Peres Facas (Orgs.) - Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

_____. **Stress e gênero: impactos da divisão sexual do trabalho em uma metalúrgica**. (Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista), 2000.

FONTOURA, N. Debates conceituais em torno do cuidado e de sua provisão. In: CAMARANO, Ana Amélia; PINHEIRO, Luana (org.). **Cuidar, verbo transitivo: caminhos para a provisão de cuidados no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 2023.

GALETTI, C. Repensando as relações entre gênero e capitalismo: discussão sobre trabalho e salário. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 30, n. 2, 2022.

GAULEJAC, V.; HANIQUE, F. **Capitalismo paradoxante: um sistema adoecedor**. Org: BRAZ, M. V.; BANDINI, M. tradução: ALVES, D. S. C. 1ª ed. São Paulo: Hucitec, 2024.

GÊNERO E NÚMERO; SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. **Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia**. Relatório. São Paulo; Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://mulheresnapan pandemia.sof.org.br/relatorio>

GOLDMAN, W. **Mulher, Estado e Revolução**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GRECCO, F. Trabalhos domésticos e de Cuidados sob a ótica da Teoria da Reprodução Social. **Revista Mediações**, Londrina, v. 23, n. 3, p. 70-102, 2018.

GRINT, K. **Sociologia do Trabalho**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

GUIMARÃES, N. HIRATA, H. O gênero do cuidado: desigualdades, significações e identidades. Cotia: **Ateliê Editorial**. Anuário Antropológico [Online], v.49, n.1, 2020.

HAUCH, E. **Mulher maravilha: uma jornada por suas re(a)presentações**. (Monografia, Universidade Federal de Santa Catarina), 2017.

HIRATA, H. **O cuidado: teoria e práticas**. São Paulo: Boitempo, 2022.

_____. Gênero, patriarcado, trabalho e classe. **Revista Trabalho necessário**, n. 29, p. 14-27, 2018.

_____. Relações sociais de sexo e do trabalho: contribuição à discussão sobre o conceito de trabalho. **Aberto**, Brasília, v. 15, n. 65, p. 39-49. 1995.

_____. Trabalho doméstico: uma servidão “voluntária”? In: GODINHO, T.; SILVEIRA, M.L. (orgs.). **Políticas Públicas e Igualdade de Gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004, p.43-54.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França, Japão. In: COSTA, A. O, *et al.* (Org.). **Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais**. Rio de Janeiro: FGV, p. 15-34, 2008.

_____. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

IBGE. **Estatísticas de gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil**, 2024.

_____. **Estatísticas de gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. 2018.

KERGOAT, D. **Lutar, dizem elas**. Coordenação editorial: Maria Betânia Ávila e Verônica Ferreira, tradução: Eliane Aguiar. Recife: SOS Corpo, 2018.

KNUST, J. E. M. Uma maldita diferença: a categoria trabalho na antiguidade grecorromana em contraposição à realidade capitalista. **Revista história comparada**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, 2019.

KUHNER, M. H. **O Desafio atual da mulher**. Rio de Janeiro, 1977.

LEAL, D. F. S.; ANTLOGA, C. S. X.; CARMO, M. M. **Pascale Molinier e a Psicodinâmica do trabalho feminino**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13º Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

LEITE, M. O trabalho de cuidado e a reprodução social: entre o amor, o abuso e a precariedade. **Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 13, n. 1, p. 011-032, 2023.

LEONE, E. T.; PORTILHO, L. Inserção de mulheres e homens com nível superior de escolaridade no mercado de trabalho brasileiro. **Temáticas**, Campinas, 26, p. 227-246, ago/dez. 2018.

LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Horizonte Universitário, 1978.

LIMA, S. C. C. O trabalho do cuidado: uma análise psicodinâmica. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 203-215, ago. 2012.

_____. Reconhecimento no Trabalho. In: VIEIRA, F. O; MENDES, A. M; MERLO, Á. R. C. **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba: Jarua Psicologia, 2013b. p. 351-355.

LOUREIRO, E. Z; LOUREIRO, C. Z. **Trabalho não pago: trabalho doméstico e superexploração das mulheres no Brasil**. 2018.

MAAS, R. H.; MATIEVICZ, G. H. **Direito ao cuidado: um olhar em face da Lei 15.069/2024**. Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, 2025.

MACHADO, L. S. Psicodinâmica do trabalho: uma teoria em construção. In: Lúcio de Souza Machado; Kátia Barbosa Macêdo. (Org.). **As relações de trabalho em tempos de crise - o olhar da psicodinâmica do trabalho (teoria, método e casos)**. 1 ed. Curitiba: Editora Crv Ltda, v. 1, p. 21-64, 2022.

MARTINS, J. T.; ROBAZZI, M. L. C. C.; BOBROFF, M. C. C. Prazer e sofrimento no trabalho da equipe de enfermagem: reflexão à luz da psicodinâmica Dejouriana. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 44, p. 1107-1111, 2010.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. 32ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2014.

MELO, H. P.; CASTILHO, M. Trabalho Reprodutivo no Brasil: Quem faz?. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, p. 135-158, jan./abr. 2009.

MENDES, A. M; MULLER, T. C. Prazer no trabalho. In: VIEIRA, F. O; MENDES, A. M; MERLO, Á. R. C. **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba: Jarua Psicologia, 2013. p. 289-292.

MENDES, A. M. **Psicodinâmica do trabalho: teoria, método, pesquisas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

MIES, M. Origens sociais da divisão sexual do trabalho. A busca pelas origens sob uma perspectiva feminista. **Revista Direito E Práxis**, p. 838–873, 2016.

MINAYO, M. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MINUZZI, R. T.; SOARES, E. T. Mulher e dor: um estudo na perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho. **Estud. pesqui. psicol. (Impr.)**, v. 13, n. 2, p. 611- 624, 2013.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Boletim Mulheres no Mercado de Trabalho**: março de 2025. Brasília: MTE, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego>

MOHANDESI, S.; TEITELMAN, E. Without Reserves. In: BHATTACHARYA, T. **The Social Reproduction Theory: Remapping class, recentring oppression**. Londres, Pluto Press, p. 37-67, 2017.

_____. Sem reservas. In: BHATTACHARYA, T. **Teoria da reprodução social: remapeamento de classe, recentralização da opressão**. Tradução Juliana Penna. São Paulo: Elefante, 2023.

MOLINIER, P. Psicodinâmica do trabalho e relações sociais de sexo. Um itinerário interdisciplinar. **Revista produção**, v. 14, n. 3, p. 014-026, Set/Dez, 2004.

MORAES, R. D. Estratégias defensivas. In: VIEIRA, F. O; MENDES, A. M; MERLO, Á. R. C. **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba: Jarua Psicologia, 2013b. p. 415-419.

_____. Sofrimento Criativo e Patogênico. In: VIEIRA, F. O; MENDES, A. M; MERLO, Á. R. C. **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba: Jarua Psicologia, 2013a. p. 415-419.

MOREIRA, M. M. **Freud e o casamento: o sexual do trabalho de cuidado**. 1 ed, Belo Horizonte: Autentica, 2023.

MULLER, E. F.; MOSER, L. **Economia do cuidado**: um debate conceitual. IV Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 04 a 06 de julho de 2022.

NEGRI, A.; HARDT, M. **O trabalho de Dioniso**: para a crítica ao Estado pós-moderno. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF - PAZULIN, 2004.

OIT. **Perfil do Trabalho Decente no Brasil. Brasília e Genebra**: Organização Internacional do Trabalho, 2009.

ORNELLAS, T. C. F.; MONTEIRO, M. I. Aspectos históricos, culturais e sociais do trabalho. **Revista Brasileira de Enfermagem**, jul-ago, 2006.

PATIAS, N. D.; HOHENDORFF, J. V. Critérios de qualidade para artigos de pesquisa qualitativa. **Psicologia em estudo**, v. 24, 2019.

PASTORINI, V. Mulheres francesas do século XIX: trajetórias de lutas. Albuquerque: **revista de história**, vol. 13, n. 26, jul. - dez. de 2021

PINHEIRO, L.; LIRA, F.; REZENDE, M.; FONTOURA, N. **Os desafios do passado no trabalho doméstico do Século XXI**: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD contínua. Rio de Janeiro: IPEA: 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2528.pdf>. Acesso em abril. 2025.

PIRENNE, H. **História econômica e social da idade média**. 6. ed. São Paulo, p. 282, 1982.

QUERINO, L. C. S.; DOMINGUES, M. D. S.; LUZ, R. C. A evolução da mulher no mercado de trabalho. **Revista dos discentes da Faculdade Eça de Queirós**, Ano 2, n. 2, 2013.

REZENDE, A.; ANTLOGA, C.; FERREIRA, F. G.; MARTINS, H. Trabalho doméstico. **Interfaces em psicanálise**: subjetivações e cultura. (Organizadores) Daniela Scheinkman, *et al.* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2024.

RIBEIRO, C. V. S.; LEDA, D. B. Sentidos atribuídos ao trabalho na sociedade contemporânea e as repercussões na subjetividade do trabalhador. **Revista Espaço Acadêmico**, n.211, p. 39-49, 2018.

_____. O significado do trabalho em tempos de reestruturação produtiva. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, nº 2, 2004.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. **Revolução Constitucionalista de 1932**: documentos históricos. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.

SCAVONE, L.; GIANNASI, F.; THÉBAUD-MONY, A. Cidadania e doenças profissionais: o caso amianto. **Perspectivas**, São Paulo, 115-128, 1999.

SCHWARTZ, Y. Conceituando o trabalho, o visível e o invisível. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 9, supl. 1, p. 19-45, 2011.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Porto Alegre: **Educação & Realidade**; 1995, p. 71-100.

_____. Preface a gender and politics of history. **Cadernos Pagu**, nº. 3, Campinas/SP 1994.

SIQUEIRA, M. J. T. Sobre o trabalho das mulheres: contribuições segundo analítica de gênero. **rPot**, vol. 2, n. 1, janeiro-junho, 2002.

SILVA, C.O.P.; FONSECA, L.S.V.; COSTA SILVA, T. M. Direito humano e fundamental ao cuidado: caminhos para seu reconhecimento, valorização, remuneração e coletivização. *In*: PIOVESAN, F. *et al.* (Coords.) SANTOS, S. F. dos. (Org.) **Proteção jurídica dos cuidados**. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2025.p. 47-62.

SOUZA, M. D. “**Ser trabalhadora produtiva é antes um azar**”: A expansão da exploração capitalista sobre o trabalho reprodutivo (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais), 2020. <http://hdl.handle.net/1843/33344>

STEARNS, P. N. A base tradicional: civilizações e patriarcado. **História das relações de gênero**. São Paulo: Editora Contexto, 2º ed, p. 27 – 59, 2018.

STELMACHUK, M. S. L. **Mulheres do século XX**: memórias e significados de sua inserção no mercado formal de trabalho. Tese (Doutorado em Psicologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

TEIXEIRA, J. C. **Trabalho doméstico**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

VINUTO, J. A amostragem bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, 22, p. 203-220, ago/dez. 2014.

VOGEL, L. **Marxismo e a opressão às mulheres**: rumo a uma teoria unitária. Tradução do Grupo de Estudos sobre Teoria da Reprodução Social (GE-TRS): Camila Carduz Rocha [et al]. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidada a participar da pesquisa intitulada “As repercussões do Trabalho Reprodutivo não remunerado na subjetividade de mulheres em São Luís - MA”, no qual será desenvolvida pela pesquisadora Victória Amorim da Silva sob a orientação da Profa. Dra. Carla Vaz dos Santos Ribeiro (DEPSI).

O objetivo da pesquisa é analisar as repercussões do Trabalho Reprodutivo não remunerado na subjetividade de mulheres em São Luís - MA. Para tanto, busca-se investigar os sentidos do trabalho, bem como os elementos que se constituem como fonte de prazer e sofrimento e, por fim, investigar as estratégias de mediação utilizadas pelas mulheres para lidar com o trabalho.

Os critérios de participação nessa pesquisa são: Mulheres maiores de idade, que não possuem trabalho remunerado. Não há critérios para número de filhos e estado civil condição socioeconômica. Como critério de exclusão, não participarão as mulheres que discordarem com os termos da pesquisa, assim como da recusa de assinatura do TCLE.

A pesquisa é caracterizada como de campo e qualitativa, na qual será dividida em três momentos distintos. O primeiro momento consistirá no contato inicial da pesquisadora com a participante, de modo que será apresentada a proposta da pesquisa e, se houver concordância, assinatura do TCLE, no qual uma cópia ficará sob domínio da pesquisadora e outra cópia com a participante. No segundo momento, em acordo de dia e horário, ocorrerá o encontro para a entrevista. Será utilizado celular com gravador de voz para registro da entrevista, uma vez que haja concordância da participante com assinatura do termo de consentimento para gravação de voz, mantendo os princípios de privacidade e sigilo. O terceiro momento constituirá na análise dos dados coletados, no qual a pesquisadora realizará a transcrição das entrevistas que sejam pertinentes para a pesquisa.

A participação é voluntária e não remunerada, o que significa que não implica em ganhos financeiros ou de natureza semelhante. Assim como não haverá indenização de qualquer eventual prejuízo decorrente da participação na pesquisa.

Serão mantidos em sigilo seus dados e não terá a identidade divulgada, mantendo os princípios éticos de privacidade e confidencialidade, sob responsabilidade da pesquisadora. Assim como no armazenamento dos dados coletados da presente pesquisa, de forma a assegurar os princípios de sigilo e a confidencialidade de sua participação. Os dados coletados serão

armazenados em um dispositivo local, enquanto durar a pesquisa, e não terão qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem".

Os possíveis prejuízos que podem, eventualmente, ser provocados pela participação na pesquisa são de ordem emocional, mobilizando aspectos das vivências que poderão gerar desconforto, angústia e/ou outros afetos. A pesquisadora e psicóloga estará à disposição para realizar o seu acolhimento, caso esses desconfortos apareçam. Se nesses casos, você não se sentir à vontade para dar continuidade à pesquisa, poderá encerrar suas atividades na pesquisa a qualquer momento, sem que haja impedimentos.

Os benefícios estão em contribuir para a produção do conhecimento científico, possibilitando a abertura para visibilidade das demandas de mulheres com relação ao Trabalho Reprodutivo não remunerado. Assim como, ser essa uma possibilidade da participante encontrar na pesquisa espaço de escuta com benefício terapêutico.

Caso decida não participar, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. A pesquisadora estará à sua disposição para qualquer esclarecimento que considerar necessário, em qualquer etapa da pesquisa.

Esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da Universidade Federal do Maranhão (CAAE: 81632224.3.0000.5087) e aprovada sob o número 7.232.485. Os Comitês de Ética em Pesquisa são colegiados interdisciplinares e independentes, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para garantir a proteção dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Profa. Dra. Carla Vaz dos Santos Ribeiro/ Pesquisadora Responsável

Whatsapp: (98) 988621224

E-mail: carla.vaz@ufma.br

Victória Amorim da Silva

Whatsapp: (98) 984917611

E-mail: victoria.amorim@discente.ufma.br

Considerando que estou informada do objetivo da proposta dessa pesquisa, de quais critérios para minha participação, dos procedimentos e dos possíveis riscos e benefícios envolvidos, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos nessa investigação sejam utilizados para fins científicos, como artigos e outras publicações. Também estou ciente de que minha privacidade e sigilo serão mantidas. Assim como estou ciente de que minha participação é voluntária e não remunerada.

Após essas considerações, se desejar finalizar a sua confirmação de participação voluntária na pesquisa, assinale a opção “Li e estou de acordo em participar voluntariamente”.

Uma cópia deste TCLE sob seu domínio e outra cópia ficará com a pesquisadora responsável. Caso não concorde em prosseguir, apenas comunique à pesquisadora, de modo que não haverá nenhum prejuízo.

() Li e estou de acordo em participar voluntariamente e aceito a gravação da entrevista em áudio

() Não concordo.

Assinatura do(a) participante voluntário(a)

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO

1. Nome completo:
2. Número para contato:
3. Idade:
4. Estado civil?
() Solteira () União Estável () Casada () Divorciada () Outros
5. Como você se autodeclara?
() Branca () Parda () Preta () Amarela () Indígena
6. Número de filho(s):
7. Idade do(s) filho(s):
8. Escolaridade:
9. Religião:
10. Quantas pessoas vivem na sua casa? Quem são?
11. Há alguém com quem você divida o trabalho doméstico? Se sim, com quem?
12. Marque as atividades domésticas que você realiza:
() Preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa ou lavar louça;
() Cuidar da limpeza ou manutenção de roupas e sapatos;
() Fazer pequenos reparos ou manutenção do domicílio, do automóvel, de
() Eletrodomésticos e outros equipamentos;
() Limpar ou arrumar o domicílio, a garagem, o quintal ou o jardim;
() Cuidar da organização do domicílio (pagar contas, contratar serviços, orientar empregados);
() Fazer compras ou pesquisar preços de bens para o domicílio;
() Cuidar dos animais domésticos;
() Outras tarefas domésticas.

Quanto tempo você gasta: limpando a casa, arrumando e consertando roupas, preparando e cozinhando alimentos, fazendo compras domésticas, consertando e mantendo a casa? _____

Quanto tempo você gasta cuidando de crianças/doentes ou idosos da família?

13. De onde vem a sua renda? _____

14. Renda média familiar:

- ☐ () Menos de 1 salário mínimo
- ☐ () De 1 a 2 salários mínimos
- ☐ () De 2 a 3 salários mínimos
- ☐ () De 3 a 4 salários mínimos
- ☐ () De 4 a 5 salários mínimos
- ☐ () De 5 a 6 salários mínimos
- ☐ () De 6 a 7 salários mínimos
- ☐ () De 7 a 8 salários mínimos
- ☐ () De 8 a 9 salários mínimos
- ☐ () De 9 a 10 salários mínimos
- ☐ () Acima de 10 salários mínimos

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. O que você pensa quando eu falo a palavra trabalho?
2. O que o trabalho significa para você? O que o trabalho doméstico significa para você?
3. Descreva o seu cotidiano atual (as principais atividades realizadas, horários de trabalho doméstico, etc)
4. Fale sobre as principais fontes de alegria/prazer vivenciadas no seu dia a dia.
5. Fale sobre as principais fontes de desafios/sofrimento vivenciados no seu cotidiano.
6. Como você tem lidado com as dificuldades encontradas nas atividades que você realiza durante o seu dia a dia?
7. Você tem auxílio de outras pessoas, que tem dado suporte nas atividades do seu dia a dia?
8. Você tem auxílio de tecnologias para a realização dessas atividades? Se sim, você se imagina sem elas?
9. Como foi a sua rotina durante a pandemia?
10. As suas atividades interferem na sua saúde e bem-estar? Como?
11. Como você se sente ao final de um dia de trabalho, considerando suas atividades não remuneradas?
12. Você tem momentos de lazer? O que costuma fazer?
13. Como você acha que o seu trabalho é visto pela sua família?
14. Fale de suas expectativas/projetos para o futuro.
15. Você gostaria de falar algo mais?